

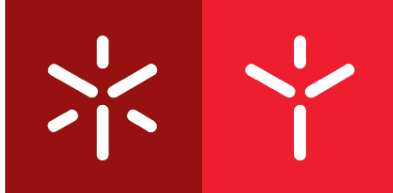


Douglas Ribeiro Weber

**Valores Africanos e Homofobia de Estado em
África: A Lei Anti-Homossexualidade do
Uganda como estudo de caso**

Universidade do Minho
Escola de Direito





Universidade do Minho

Escola de Direito

Douglas Ribeiro Weber

**Valores Africanos e Homofobia de Estado em
África: A Lei Anti-Homossexualidade do
Uganda como estudo de caso**

Mestrado em Direitos Humanos

Trabalho efetuado sob a orientação da

Prof.^a Doutora Patrícia Jerónimo

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Universidade do Minho, Braga, 25 de outubro de 2019.

DOUGLAS RIBEIRO WEBER

Ao Conrado, meu marido, meu amoroso, meu melhor amigo. Quem alegra os meus dias, me apoia e me faz ser um homem melhor.

À Deolinda, minha mãe, pelo amor, apoio, pelo exemplo de caráter e bondade e por compreender que as mudanças são necessárias, mas que a distância é passageira.

À minha família e aos meus amigos que ficaram no Brasil enviando amor e apoio durante estes anos longe de casa.

À Professora Patrícia, que sempre foi muito mais que uma mestre. Foi uma amiga e também uma inspiração.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, Braga, 25 de outubro de 2019.

DOUGLAS RIBEIRO WEBER

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo desenvolver uma investigação sobre as minorias sexuais na África, tendo como estudo de caso o Uganda. A análise realizada buscará verificar as reformas legislativas anti homossexualidade realizadas no Uganda nos últimos anos à luz do seu enquadramento histórico, cultural, político e jurídico. Este estudo propõe uma reflexão da homofobia no Uganda, a partir de sua existência, permanência e crescimento, contrariando todos os tratados internacionais de direitos humanos. Tal reflexão será consubstanciada nos últimos anos, desde a aprovação da Lei Anti Homossexualidade de 2014 e a trajetória das *sodomy laws* no país.

Para que tal investigação ocorra e tenha os objetivos alcançados, partiremos da delimitação conceitual de todos os termos utilizados neste estudo, bem como de uma análise da proteção das minorias sexuais nos padrões internacionais de Direitos Humanos. Doravante, o estudo se dedica as minorias sexuais no continente africano, a presença da homofobia em vários países e o argumento das tradições jurídicas africanas sobre o tema. Por fim, examinaremos a homossexualidade e a identidade de gênero no Uganda, seu contexto histórico desde o período pré-colonial, depois enquanto colônia britânica e por último, o ponto de situação atual dos indivíduos LGBTI no país. Em seu contexto cultural, analisaremos os argumentos utilizados contrários à homossexualidade e a chegada dos missionários norte-americanos no Uganda. No enquadramento político nos debruçaremos sobre o governo do país e o Presidente Yoweri Museveni. No plano jurídico, atentaremos para as previsões constitucionais que protegem o princípio da igualdade e da não discriminação, o Código Penal que prevê a criminalização dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, passando pelos instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais o Uganda é signatário.

Nesta análise, atentaremos em especial ao modo como o legislador e os tribunais ugandenses têm lidado com as minorias sexuais, bem como os desafios práticos que identificarmos a partir da opinião de doutrinadores e juristas e perante os organismos internacionais de supervisão e proteção dos direitos humanos.

Palavras-Chaves: Direitos Humanos, Minorias Sexuais, Homofobia, LGBTI, Uganda.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to develop research on sexual minorities in Africa, with a case study about Uganda. The analysis undertaken will seek to verify the anti-homosexuality legislative reforms carried out in Uganda in recent years in light of its historical, cultural, political and legal framework. This study proposes a reflection of homophobia in Uganda from its existence, permanence, and growth, contrary to all international human rights treaties. Such reflection will be substantiated in recent years, since the approval of the Anti Homosexuality Law of 2014 and the trajectory of sodomy laws in the country.

For such an investigation to take place and achieve its objectives, we will start from the conceptual delimitation of all terms used in this study, as well as an analysis of the protection of sexual minorities in international human rights standards. Hereafter, the study focuses on sexual minorities on the African continent, the presence of homophobia in various countries and the argument of African legal traditions on the subject. Finally, we will look at homosexuality and gender identity in Uganda, its historical context since the pre-colonial period, then as a British colony, and finally, the current state of affairs of LGBTI individuals in the country. In its cultural context, we will analyze the arguments used against homosexuality and the arrival of US missionaries in Uganda. In the political framework, we will look at the government of the country and President Yoweri Museveni. At the legal level, we will look at the constitutional provisions that protect the principle of equality and non-discrimination, the Criminal Code which provides for the criminalization of same-sex sexual acts, as well as the international human rights instruments to which Uganda is a signatory.

In this analysis, we will pay particular attention to the way in which the Ugandan legislature and courts have dealt with sexual minorities, as well as the practical challenges that we identify from the opinion of indoctrinators and jurists and before international human rights oversight and protection bodies.

Keywords: Human Rights, Sexual Minorities, Homophobia, LGBTI, Uganda.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
ABREVIATURAS	09
INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I - MINORIAS SEXUAIS E DIREITOS HUMANOS	14
1. Delimitação Conceitual	15
1.1. Sexo e Género	15
1.2. Identidade de Género e Transexualidade	17
1.3. Sexualidade e Orientação Sexual	19
1.4. Minorias Sexuais	21
2. Identidade de género e minorias sexuais nos padrões internacionais de direitos humanos	24
2.1. Os Instrumentos Normativos da Organização das Nações Unidas	24
2.1.1. A Carta Internacional de Direitos Humanos	24
2.1.2. Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	28
2.1.3. A Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes	30
2.1.4. A Declaração de Viena e seu Programa de Ação	30
2.1.5. Resoluções e recomendações específicas sobre Orientação Sexual e Identidade de Género	32
2.2. Os instrumentos normativos adotados no quadro do Conselho da Europa...	35
2.2.1. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos	35
2.2.2. Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica – Convenção de Istambul	38
2.3 Os instrumentos normativos adotados no quadro da Organização dos Estados Americanos	40
2.3.1. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Corte	

Interamericana de Direitos Humanos	40
2.3.2. Resoluções e Recomendações sobre Direitos LGBTI e Identidade de Gênero	42
2.4 Os instrumentos normativos adotados no quadro da União Africana	44
2.4.1. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	44
2.4.2. As Resoluções sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	47
CAPITULO II - IDENTIDADE DE GÉNERO E MINORIAS SEXUAIS NO CONTINENTE AFRICANO ...	50
1. Homossexualidade, transexualidade e direitos sexuais em África: Enquadramento histórico	51
2. As tradições jurídicas africanas e a compatibilidade com os direitos humanos	56
3. A homofobia nos países africanos: uma visão geral do continente	61
4. Lugares paralelos: África do Sul, a Nigéria e o Sudão	65
CAPITULO III - IDENTIDADE DE GÉNERO E MINORIAS SEXUAIS NO UGANDA	70
1. Enquadramento histórico: a homossexualidade desde o período pré-colonial	70
2. Enquadramento sociocultural e religioso: as manifestações de homofobia	73
3. Enquadramento político	78
4. Enquadramento Jurídico	81
4.1. Compromissos internacionais em matéria de direitos humanos	81
4.2. Constituição da República do Uganda	83
4.3. Código Penal	87
5. The Anti-Homosexuality Act, de 2014	89
5.1. Antecedentes e trabalhos preparatórios – The Anti-Homosexuality Bill, 2009...	89
5.2. Texto do Projeto de Lei Anti Homossexualidade	92
5.3. Controlo da Constitucionalidade - Judicial Review	95
6. Ponto de situação do tratamento das minorias sexuais no Uganda e Ativismo dos direitos humanos	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
LISTA BIBLIOGRÁFICA	105

ABREVIATURAS

Ac. -Acórdão

Al. - Alínea

Art. - Artigo

CC - Código Civil

CEDH - Convenção Europeia dos Direitos do Homem

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CNPCJ- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens

CPC- Código de Processo Civil

CRP – Constituição da República Portuguesa

Cf.- Confrontar

DL – Decreto-Lei

DR – Diário da República

HIV/SIDA - *Human Immunodeficiency Virus*/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

Op. cit. – Obra citada

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

P. – página

PGR- Procuradoria Geral da República

Proc. – Processo

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

TC - Tribunal Constitucional

V. Vide

Vol. - Volume

INTRODUÇÃO:

Em fevereiro de 2014, o Presidente do Uganda, Yoweri Museveni, promulgou uma Lei Anti Homossexualidade (*Anti-Homosexuality Act*) cujo texto previa a criminalização de quem promovesse ou praticasse atos homossexuais naquele país. De acordo com a exposição de motivos que acompanhou o Projeto de Lei (*The Anti-Homosexuality Bill, 2009*), a legislação então vigente no Uganda não era suficiente para combater as ameaças internas e externas à família tradicional, pelo que se justificava a introdução de dois novos tipos penais: os crimes de homossexualidade e de homossexualidade agravada¹. Os novos tipos penais traziam condenações que iam desde a pena de prisão por sete anos até à condenação a prisão perpétua, com previsões que atingiam não apenas qualquer pessoa LGBTI², mas também a sociedade como um todo³. Em agosto de 2014, a Lei Anti Homossexualidade foi invalidada pelo Tribunal Constitucional do Uganda, que a declarou nula e sem efeitos, com o fundamento de que a lei fora aprovada pelos parlamentares sem o quórum necessário⁴.

A *Anti-Homosexuality Act* do Uganda se enquadra numa tendência mais vasta, comum a vários países africanos que desenvolvem uma política de repressão de atos homossexuais e da homossexualidade propriamente dita. O próprio preconceito estatal e a discriminação social que marginaliza a população LGBTI corresponde a uma transformação mais recente e que alcança diferentes países africanos de forma distinta. Isso porque, em determinadas regiões, a diversidade de orientação sexual e de género são aceites, assim como eram no passado, e em outras, deparamo-nos com países que criminalizam, que condenam à pena de morte e que proíbem o casamento ou a união civil entre pessoas do mesmo sexo⁵. A discriminação social sofrida pela população LGBTI traduz-se em violações de direitos humanos que variam entre a negação de direitos básicos até à violência extrema resultando na morte dessas pessoas. Diversos países têm vindo a reforçar as leis que criminalizam as práticas

¹ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»: The Future of Homosexuality Legislation in Africa", in *Journal of Human Rights*, vol. 11, 2013, p. 13, disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2210985 [03.07.19]. Cf., igualmente, Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014. Legislação anti gay e a ameaça aos direitos humanos da população LGBTI no Uganda*, 2016, p. 2, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12157/1/Rui%20Garrido.pdf> [20.09.2019].

² LGBTI são as iniciais para "Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intergéneros". A escolha pela sigla LGBTI deve-se ao facto de ser a mais abrangente e internacionalmente utilizada.

³ Cf. Sylvia TAMALE, "A Human Rights Impact Assessment of the Ugandan Anti-homosexuality Bill 2009", in *The Equal Rights Review*, vol. 4, 2009, p. 53.

⁴ Cf. Stella NYANZI e Andrew KARAMAGI, "The social-political dynamics of the anti-homosexuality legislation in Uganda", in *Agenda: Empowering women for gender equity*, vol. 29, n.º 1, 2015, pp. 30-32, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10130950.2015.1024917> [30.09.2019].

⁵ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, pp. 3-5.

homossexuais, ampliando a lista de penalizações⁶.

Uma das justificações para esta repressão é a pressuposta incompatibilidade entre a homossexualidade e os valores africanos. Os líderes políticos e religiosos defendem que a homossexualidade em África é um fenómeno ocidental, *unAfrican*, uma ameaça estrangeira que não pertencente à cultura do continente⁷. Em nome de ditos valores africanos, os homossexuais e outras minorias sexuais são hoje vítimas de perseguição e atentados à vida e à integridade física. Segundo Mathew Waites, “in certain African states such as Uganda and The Gambia, [the] level of both state oppression and wider social discrimination can be argued to have escalated to practices seeking eradication of homosexuals as a group, through silencing, imprisonment, threats and violence”⁸. A discriminação e a perseguição sofridas pelas minorias sexuais encontram-se em flagrante violação de padrões internacionais e, por vezes, constitucionais de direitos humanos.

Esta dissertação de mestrado buscará desenvolver uma análise da “homofobia de Estado”⁹ que atinge as minorias sexuais em África, tendo como estudo de caso o Uganda. Para procurar compreender os desafios encontrados na tutela das minorias sexuais no continente africano, analisaremos os desenvolvimentos legislativos anti-homossexualidade realizados nos últimos anos, a partir do contexto nacional e do contexto continental africano e à luz dos padrões internacionais dos direitos humanos. Por intermédio de um enquadramento histórico, cultural, político e jurídico, este estudo propõe uma reflexão da homofobia no Uganda, a partir de sua existência, permanência e crescimento, contrariando todos os tratados internacionais de direitos humanos.

Isto posto, a presente dissertação de mestrado se inicia com uma delimitação conceitual dos termos abordados, seguida de uma análise da promoção e proteção das minorias sexuais e da identidade de género nos diversos instrumentos internacionais de direitos humanos. No quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), analisaremos a Carta Internacional dos Direitos Humanos como os instrumentos que se seguiram. Desde a sua criação em 1945 até à década de 1980, a ONU não

⁶ Cf. Sibongile NDASHE, “The battle for the recognition of LGBTI rights as human rights”, in AAVV, *Perspectives: Political Analysis and Commentary from Africa*, Heinrich Böll Foundation, 2010, p. 4, disponível em: https://www.boell.de/sites/default/files/perspectives_africa_4-2010_struggle_for_equality_lgbti_africa.pdf [14.08.2019].

⁷ Cf. Sylvie NAMWASE, “Culture versus homosexuality: Can a right ‘from’ culture be claimed in Ugandan courts?”, in Sylvie Namwase e Adrian Jjuuko (eds.), *Protecting the human rights of SEXUAL MINORITIES in contemporary Africa*, Pretoria, Pretoria University Law Press, 2017, p. 52; Cf., igualmente, Phillip M. AYOUN, *When States Come Out Europe’s Sexual Minorities and the Politics of Visibility*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2016, pp. 213-217.

⁸ Cf. Matthew WAITES, “Genocide and global queer politics”, in *Journal of Genocide Research*, vol. 20, n.º 1, 2017, p. 4, disponível em: <http://eprints.gla.ac.uk/142311/> [20.06.19], interpolação nossa.

⁹ Homofobia de Estado é o termo recentemente utilizado para caracterizar a aversão do Estado à homossexualidade e às formas encontradas pelo governo para criminalizar a população LGBTI. No entanto, alguns autores nomeiam o fenómeno como homofobia política, uma nomenclatura diferente, mas com o mesmo significado. Cf. Phillip M. AYOUN, *When States Come Out Europe’s Sexual Minorities...*, *op. cit.*, pp. 213-217. Cf., igualmente, Meredith L. WEISS e Michael J. BOSIA, *Global Homophobia: States, Movements, and the Politics of Oppression*, Urbana-Champaign, University of Illinois Press, 2013.

abordou expressamente o tema da diversidade de orientação sexual, tendo-o feito pela primeira vez por intermédio da Organização Mundial de Saúde (OMS) ao associar a epidemia do vírus HIV/SIDA à população homossexual¹⁰. Entretanto, vários instrumentos normativos introduziram previsões específicas sobre o tema, como é o caso da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1987, da Declaração de Viena e seu Programa de Ação, de 1993. No âmbito das organizações regionais dos continentes europeu, americano e africano, também analisaremos a forma como a proibição da discriminação e a previsão do princípio da igualdade estão estabelecidas em seus instrumentos de direitos humanos.

Em seguida, por intermédio de um enquadramento histórico, social e cultural, examinaremos de forma específica o tratamento das relações entre pessoas do mesmo sexo e a diversidade de género em África. Assim, analisaremos a discriminação social e a perseguição do Estado, uma realidade do cotidiano dessas minorias sexuais. Todos os anos, a International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA) elabora um mapa da legislação que criminaliza ou que consente as práticas homossexuais ao redor do mundo¹¹. No mapa de 2019, a ILGA apontou a existência de onze países que condenam a homossexualidade com a pena de morte, sendo que dentre eles estão a Mauritânia, a Nigéria, o Sudão e a Somália¹². A pesquisa ainda apurou que outros nove países preveem uma pena de prisão superior a dez anos de reclusão, outros vinte países uma pena máxima de oito anos de reclusão¹³. Além disso, a pesquisa relata que outros 16 países africanos não criminalizam, mas também não protegem as práticas homossexuais. Apenas um país, Angola, tem ampla proteção prevista na sua legislação, assim como apenas um único país em todo o continente tem essa proteção prevista no texto constitucional, a África do Sul. O mapa da legislação confirma o entendimento comum em trabalhos académicos sobre o tema de que a grande maioria dos países africanos legisla contra a homossexualidade, com penas que variam entre multas, castigos corporais, penas de prisão e penas de

¹⁰ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História, Conquistas e Desafios*, Curitiba, Appris, 2018, p. 60.

¹¹ A ação da ILGA é reconhecida internacionalmente, mas não é incontroversa. Muna-Udbi Abdulkadir Ali, por exemplo, reconhece na atividade da ILGA a iniciação dos movimentos LGBTI ocidentais, mas defende que os relatórios e mapas anuais ocultam desejos imperiais de dominação e visões orientalistas com representações racistas de pessoas e de Estados vistos como perseguidores. “Drawing on postcolonial critiques of international development initiatives and Western epistemologies, I argue that ILGA’s report and map are part of a project of imperialism masked under cloaks of human rights and (anti)homophobia activism. [By] inciting discourses of (anti)homophobia as well as human rights paradigms, ILGA enforces a sexuality grounded in Western epistemology. As a result, all Other forms of sexuality and sexual practices are marginalized and cast as ‘pre-modern’, ‘barbaric’, ‘savage’ and ‘unliberated’”. Cf. Muna-Udbi Abdulkadir ALI, “Un-Mapping Gay Imperialism: A Postcolonial Approach to Sexual Orientation-Based Development”, in *Reconsidering Development*, vol. 5, n.º 1, 2017, pp. 2-3, disponível em: <https://pubs.lib.umn.edu/index.php/reconsidering/article/view/907> [31.07.19], interpolação nossa, aspas no original.

¹² Informação disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_Sexual_Orientation_Laws_Map_2019.pdf [08.08.19].

¹³ Informação disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_Sexual_Orientation_Laws_Map_2019.pdf [08.08.19].

morte. Não existe previsão criminal explícita e taxativa no Burkina Faso, em Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Ruanda, Madagáscar, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, Moçambique, África do Sul¹⁴, Angola e Botsuana. Outras questões de extrema importância serão levadas em análise com o desenvolvimento deste estudo, como a discrepância em relação ao tratamento dado às minorias sexuais no próprio africano diante da existência das *sodomy laws* e o posicionamento adotado por governos que promovem a igualdade e a não discriminação em razão do gênero ou da orientação sexual. Assim é o caso da África do Sul, por exemplo, que se tornou um país pioneiro ao aceitar e reconhecer legalmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo¹⁵.

Por fim, todo este referencial que envolve a proteção das minorias sexuais contra tratamentos discriminatórios ou outros atentados à dignidade da pessoa humana serão analisados tendo como estudo de caso o Uganda. Por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, abordaremos, no último capítulo, os motivos que fundamentam a discriminação e perseguição contra as pessoas LGBTI no país. Além de ser atual, o ataque à população LGBTI no Uganda recebeu nos últimos anos grande atenção acadêmica e dos *media*. No entanto, atualmente, os estudos realizados sobre a “homofobia de Estado” e os fatores que tornam crescente a existência de leis que criminalizam essas minorias sexuais se tornaram escassos. O ataque contra essas pessoas ainda é desconhecido em vários lugares do mundo, sendo que escrever sobre este tema permite dar visibilidade ao que lá ocorre. Sendo assim, pretendemos com esta dissertação de mestrado fazer uma reflexão da escalada homofóbica no Uganda, a partir de sua existência, permanência e crescimento. Tal reflexão terá sobretudo por objeto os desenvolvimentos jurídicos ocorridos nos últimos anos, desde a aprovação da Lei Anti Homossexualidade de 2014 e a trajetória das *sodomy laws* no Uganda.

¹⁴ Cf. Adam J. KRETZ, “From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...”, *op. cit.*, pp. 3-5.

¹⁵ Cf. Patrick AWONDO *et. al.*, “Homophobic Africa? Toward A More Nuanced View”, *in African Studies Review*, vol. 55, n.º 3, 2012, pp. 157-159, disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/1591183/147198_Homophobic_Africa.pdf [02.10.2019].

CAPÍTULO I - MINORIAS SEXUAIS E DIREITOS HUMANOS

Neste capítulo inicial, subdividido em dois eixos, analisaremos em um primeiro momento a conceitualização de minorias sexuais e a definição apresentada pelas ciências biológicas e pelas ciências sociais para os conceitos de sexo e gênero, identidade de gênero e transexualidade, sexualidade e orientação sexual, bem como de minorias sexuais. As ciências biológicas, sociais, jurídicas e até mesmo as ciências tecnológicas podem nos apresentar diferentes características capazes de conceituar todas estas categorias. Sexo e gênero, por exemplo, apesar de frequentemente tratados como sinónimos na linguagem comum, são categorias conceituais distintas. O sexo é biológico, enquanto o gênero é uma construção social. No entanto, não estamos diante de duas categorias estanques, o que justifica que façamos um esforço de delimitação. Sexo e gênero correspondem a um primeiro conjunto de categorias entre as diferenças referentes às características naturais, entretanto, “nem todas são investidas de significado”, socialmente visíveis ou geradoras de desigualdade¹⁶. De outro lado, identidade de gênero pode representar uma experiência individual de cada um, vista de uma forma mais abrangente pelos académicos e mais técnica pelos instrumentos normativos. Ao mesmo tempo em que a orientação sexual dos indivíduos é diferente, os membros que constituem as minorias sexuais também apresentam suas próprias características e experiências.

Em continuidade, analisaremos também os padrões internacionais de direitos humanos, procurando perceber de que forma a promoção e a proteção das minorias sexuais e da identidade de gênero figuram nesses textos e de que modo foram sendo acrescentados com o passar dos anos, diante das mudanças sociais que deram sentido a novas interpretações. Na análise dos padrões internacionais de direitos humanos, começaremos pelos instrumentos relevantes adotados no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Carta Internacional dos Direitos Humanos e os instrumentos que a integram, qual sejam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais, ambos de 1966. Referente aos instrumentos da ONU, analisaremos também a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, seguindo-se a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1987, a Declaração de Viena e seu Programa de Ação, de 1993, e as recentes resoluções e recomendações adotadas sobre questões que envolvam os direitos das pessoas LGBTI e identidade de

¹⁶ Cf. Manuela Ivone P. da CUNHA, “Vocabulário Elementar da Diferença e da Desigualdade: Conceitos e Problemas nas Ciências Sociais”, in Patrícia Jerónimo (coord.), *Temas de Investigação em Direitos Humanos para o Século XXI*, Braga, Universidade do Minho, 2016, pp. 184-185.

género. Depois, examinaremos os padrões desenvolvidos no quadro de organizações regionais em três continentes – o Conselho da Europa, com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, de 1950, e a Convenção de Istambul, de 2011; a Organização de Estados Americanos, com a Convenção Interamericana, de 1969, além das resoluções que promovem e protegem os direitos das minorias sexuais nas Américas; e, por fim, a União Africana, com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, de 1981, bem como as recentes resoluções adotadas sobre os direitos LGBTI e Identidade de Género no continente africano.

1. Delimitação Conceitual

1.1. Sexo e Género

Sexo é definido biologicamente como cromossomático ou sexo genital, pressupondo suas capacidades reprodutivas atingidas com base nos cromossomos, genitais, gónadas, hormonas, entre outras¹⁷. Bernice Lott e Diane Maluso apresentam o sexo como um combinado limitado de estruturas inatas e características fisiológicas relacionadas à reprodução, suficientes para dividir todas as espécies em feminino e masculino¹⁸. Como refere Maria Berenice Dias, sexo é identificado no nascimento pelos caracteres anatómicos, exclusivamente pela genitália¹⁹. Em sentido muito semelhante, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em uma Opinião Consultiva emitida em 2017, apresentou a definição de sexo como um termo que, em sentido estrito, refere-se às características fisiológicas e à soma das características biológicas que definem o espectro de pessoas como mulheres e homens, mas também se refere à construção biológica baseada em características genéticas, hormonais e anatómicas, capazes de classificar uma pessoa como masculina ou feminina²⁰. Por ser uma categoria biológica, é tendencialmente binária: masculino ou feminino. No entanto, conforme determina a Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma categoria que comporta outras realidades, como os indivíduos que nascem com

¹⁷ Informação disponível no *site* da Associação para o Planeamento da Família, Sexualidade, Identidade e Orientação Sexual, s/d, em: <http://www.apf.pt/sexualidade/identidade-e-orientacao-sexual> [08.03.2019]. Para uma leitura complementar, cf. Shannon DEA, *Beyond the Binary - Thinking about Sex and Gender*, Peterborough, Broadview Press, 2016, pp. 11-28.

¹⁸ Cf. Bernice LOTT e Diane MALUSO, “Gender Development - Social Learning”, in Judith Worell (ed.), *Encyclopedia of Women and Gender - Sex Similarities and Differences and The Impact of Society on Gender, A-P*, vol. 1, San Diego, Academic Press, 2001, p. 537.

¹⁹ Cf. Maria Berenice DIAS, *Transexualidade e o direito de casar*, s/d, p. 1, disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_788\)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_788)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf) [08.03.2019].

²⁰ Cf. Corte Interamericana de Direitos Humanos, Opinião Consultiva n.º 24/17, de 24 de novembro de 2017, §§ 15-16, disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf [09.07.19].

ambos os sexos, também conhecidos como intersexos²¹. A intersexualidade²² pode ser definida como uma característica de pessoas que nascem com ambas as genitálias, correspondentes ao sexo masculino e ao sexo feminino, resultado de uma anomalia no cromossomo sexual ou algum eventual desalinhamento na anatomia, podendo, assim, serem consideradas como detentoras igualmente de ambos os sexos²³. No campo biomédico, a intersexualidade foi denominada de Anomalia do Desenvolvimento Sexual (ADS) ou Distúrbio da Diferenciação Sexual (DDS), uma terminologia ainda sem consenso científico, mas adotada no Consenso de Chicago em 2005²⁴.

De outro lado, gênero pode ser definido como uma construção social e cultural, associada a papéis desempenhados em sociedade por homens e mulheres, com implicações quanto ao modo de vestir e de falar, por exemplo. Miguel Vale de Almeida refere que, com base na distinção entre sexo e gênero apresentada pela antropologia, o gênero é a elaboração cultural de sexo²⁵. No entanto, para a OMS, gênero é o conjunto de características socialmente construídas que podem ser utilizadas para descrever as diferenças entre homens e mulheres²⁶. Neste sentido, muitos estereótipos de gênero, também eles construções sociais, são utilizados para subordinar as mulheres e para ostracizar os transexuais, os homossexuais, etc.²⁷. O gênero, diferente do sexo, é específico para humanos e pressupõe atributos mais complexos concebidos por uma cultura para cada um dos sexos²⁸. Em sentido semelhante,

²¹ CF. World Health Organization, *Sexual and reproductive health*, s/d, disponível em: https://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/ [10.09.2019].

²² O nome intersexo substitui o termo hermafrodita ou hermafroditismo, ainda utilizado em linguagem comum de forma equivocada. O termo hermafrodita está em desuso para seres humanos, mas pode ser utilizado para caracterizar plantas e animais. Para uma leitura complementar, ver, por exemplo, a notícia intitulada “Sou intersexual, não hermafrodita”, *El País Brasil*, edição de 18 de setembro de 2016, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/17/estilo/1474075855_705641.html [10.09.2019]. A intersexualidade passou a ser estudada e melhor conhecida na última década. No passado, era comumente confundida com transexualidade, como foi o caso da ex-modelo brasileira Roberta Close. Conhecida por títulos como “a mulher mais bonita do Brasil”, Close sempre foi reconhecida como uma mulher transexual. Entretanto, recentemente, veio a público explicar que nasceu com os genes masculinos e femininos, característicos dos intersexuais. Para uma leitura complementar, cf. Rita SANTOS, *Beyond Gender Binaries: The History of Trans, Intersex, and Third-Gender Individuals*, Nova Iorque, Rosen YA, 2019, pp. 14-16.

²³ Cf. Shannon DEA, *Beyond the Binary - Thinking about Sex and Gender...*, op. cit., pp. 65 e 83-98. De acordo com Edwin Segal, a forma como diferentes culturas buscam interpretar a ocorrência das anomalias e da existência de pessoas com mais de um sexo ou sem um sexo definido permite entender o gênero e até mesmo o sexo cultural, que não depende da realidade biológica, mas que, em muitas comunidades, como no Quênia, por exemplo, conduz à infelicidade dessas pessoas, ou, como ocorre nos Estados Unidos da América, é visto pelo resto da comunidade como “erro da natureza”. Cf. Edwin S. SEGAL, “Cultural Constructions of Gender”, in Carol R. Ember e Melvin Ember (eds.), *Encyclopedia of sex and gender: men and women in the world's cultures*, Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2003, pp. 3-4.

²⁴ Cf. Roberta Tourinho Dantas FRASER e Isabel Maria Sampaio Oliveira LIMA, “Intersexualidade e Direito à Identidade: Uma Discussão Sobre o Assentamento Civil de Crianças Intersexuadas”, in *Journal of Human Growth and Development*, 2012, pp. 358-366, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v22n3/pt_12.pdf [01.04.2019].

²⁵ Cf. Miguel Vale de ALMEIDA, *Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Etnográfica Press, 1995, pp. 127-155, disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/466> [15.09.2019].

²⁶ Cf. World Health Organization, *Gender: Definitions*, s/d, disponível em: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/health-determinants/gender/gender-definitions> [10.09.2019].

²⁷ Para uma leitura complementar, cf. Lynn WEBER, *Understanding Race, Class, Gender, and Sexuality: A Conceptual Framework*, 2.ª ed., Oxford, Oxford University Press, 2010, pp. 23-24.

²⁸ Cf. Bernice LOTT e Diane MALUSO, “Gender Development – Social...”, op. cit., p. 537.

Ann Oakley descreve gênero como um termo filosófico e cultural em que “to be a man or a woman, a boy or a girl, is as much a function of dress, gesture, occupation, social network and personality, as it is of possessing a particular set of genitals”²⁹. O gênero é igualmente definido como uma categoria social, sendo construído com base em condições específicas e particulares, além experiências que podem definir feminilidade e masculinidade³⁰. Seus significados específicos e suas associações são variáveis de acordo com o período histórico, os estágios de desenvolvimento e a própria cultura. Como refere Maria Berenice Dias, o gênero não decorre tão somente das características capazes de identificar o sexo, como a genitália, mas sim de fatores psicológicos, sociais, genéticos e somáticos³¹. Já a Corte Interamericana de Direitos Humanos apresentou uma definição de gênero referindo-se às identidades, às funções e aos atributos que são socialmente construídos de mulheres e homens e ao significado social e cultural atribuído em razão dessas diferenças biológicas³².

1.2. Identidade de gênero e transexualidade

Identidade de gênero pode ser definida como o resultado do desenvolvimento das diferenças individuais de cada um, aliado às influências culturais, familiares, conflitos internos e externos, buscando tentar manter um eu estável³³. De outro lado, há quem defina identidade de gênero como um senso pessoal de si mesmo como feminino ou masculino no que se refere ao comportamento, atitude e preferências, sendo o primeiro passo no desenvolvimento do gênero o ato de se autorrotular³⁴. Simone de Beauvoir revolucionou as discussões a respeito do gênero e da identidade, quando, celebradamente, proferiu que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”³⁵. A frase utilizada por Simone de Beauvoir encontra sentido no conceito utilizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao descrever que a identidade de gênero corresponde à experiência individual de como a pessoa se sente e se vê, e que pode corresponder ao sexo do nascimento ou não, mas que deriva da experiência corporal, seja o sexo modificado cirurgicamente ou não³⁶. Alguns autores referem que a identidade é fixada no início do desenvolvimento, sendo que as crianças são capazes de rotularem-se como meninos ou meninas aos

²⁹ Cf. Ann OAKLEY, *Sex, Gender and Society*, Aldershot, Gower/Maurice Temple Smith, 1985, p. 158.

³⁰ Cf. Bernice LOTT e Diane MALUSO, “Gender Development – Social...”, *op. cit.*, p. 537.

³¹ Cf. Maria Berenice DIAS, *Transexualidade e o direito de casar*, s/d, p. 1, disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_788\)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_788)1__transexualidade_e_o_direito_de_casar.pdf) [08.03.2019].

³² Cf. Corte Interamericana de Direitos Humanos, Opinião Consultiva n.º 24/17, *op. cit.*, § 16.

³³ Cf. Michael BIEBER, “Adolescent Sexuality”, in Fedwa Malti-Douglas (ed.), *Encyclopedia of Sex and Gender*, Farmington Hills, Thomsom Gale, 2007, p. 13.

³⁴ Cf. Lucia F. O’SULLIVAN et al., “Adolescent Gender Development”, in Judith Worell (ed.), *Encyclopedia of Women and Gender...*, *op. cit.*, p. 57.

³⁵ Cf. Simone de BEAUVOIR, *O Segundo Sexo*, Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1980, p. 9.

³⁶ Cf. Corte Interamericana de Direitos Humanos, Opinião Consultiva n.º 24/17, de 24 de novembro de 2017, *cit.*, §§ 16-17.

dois anos de idade, e a partir dos três e quatro anos aprendem que o gênero é uma característica estável³⁷. A OMS propõe que identidade de gênero é uma experiência interna e individual, que pode corresponder ao sexo atribuído no nascimento ou não, mas que não é necessariamente confirmada por uma identidade feminina ou masculina³⁸. Os maiores exemplos que temos na atualidade envolvendo identidade de gênero são as pessoas transgênero e as pessoas cisgênero.

Entende-se por pessoas cisgênero aquelas que se identificam sem objeções ao sexo com que nasceram e se reconhecem com o gênero correspondente a esse sexo³⁹. De outro lado, conceituam-se como pessoas transgênero aquelas que se identificam com uma ampla variedade de gêneros ou identidades, incluindo-se neste grupo as pessoas transexuais, as pessoas com um terceiro gênero e outros indivíduos que possuem uma aparência ou características atípicas, segundo a OMS⁴⁰. Neste sentido, as pessoas trans nascem com um determinado sexo, mas se reconhecem ou se identificam com o gênero oposto ao sexo relacionado ao do nascimento⁴¹. A terminologia utilizada para descrever o gênero dos transexuais é dinâmica e descreve também o sexo, o corpo, a sexualidade, o *status* médico e outros fatores que podem ser associados à identidade de gênero⁴². As pessoas transexuais convivem com uma não coincidência entre o sexo aparente e o psicológico e, além de um constante conflito interno e individual, sofrem diversos problemas de ordem médica e jurídica⁴³. A OMS utiliza o nome “trans” e refere que algumas pessoas buscam a realização de cirurgias e tomam hormônios para modificar o seu corpo, buscando alinhar com a sua identidade de gênero⁴⁴. A ONU, que usa a mesma nomenclatura que a OMS, refere que as pessoas trans possuem um senso de gênero que não corresponde ao sexo designado no nascimento e afirma que, em alguns casos, a aparência, os maneirismos e outras características externas podem entrar em conflito com o esperado pela sociedade quando se trata de

³⁷ Cf. Lucia F. O'SULLIVAN et al., “Adolescent Gender Development”, in Judith Worell (ed.), *Encyclopedia of Women and Gender...*, op. cit., p. 57.

³⁸ CF. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights*, 2016, p. 1, disponível em: <https://www.who.int/gender-equity-rights/news/20170329-health-and-sexual-diversity-faq.pdf> [10.09.2019].

³⁹ Cf. Shannon DEA, *Beyond the Binary - Thinking about Sex and Gender...*, op. cit., p. 66.

⁴⁰ CF. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, op. cit., p. 3.

⁴¹ Cf. Aisling CURTIN et al., “Self and Perspective Taking for Sexual Minorities in a Heteronormative World”, in Matthew Skinta e Aisling Curtin (eds.), *Mindfulness & Acceptance for Gender & Sexual Minorities: A Clinician's Guide to Fostering Compassion, Connection & Equality Using Contextual Strategies*, Oakland, Context Press, 2016, p. 14.

⁴² Cf. Tarynn M. WITTEN et al., “Transgender and Transsexuality”, in Carol R. Ember e Melvin Ember (eds.), *Encyclopedia of sex and gender: men and women in the world's cultures...*, op. cit., pp. 218-219.

⁴³ Cf. Maria Berenice DIAS, *Transsexualidade e o direito de casar...*, op. cit., pp.1-4. Infelizmente, até aos dias de hoje, a comunidade transexual é quase que invisível para a sociedade e altamente estigmatizada, muitas vezes sem proteção legal, oportunidades de emprego e carreira, educação, assistência médica gratuita e de qualidade, mesmo perfazendo um percentual significativo para diversos países como os Estados Unidos da América, Reino Unido e até mesmo o Brasil. Para uma leitura complementar, cf. Tarynn M. WITTEN et al., *Transgender and Transsexuality...*, op. cit., pp. 216-229.

⁴⁴ Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, op. cit., p. 3.

normas de gênero⁴⁵. Como um avanço positivo na luta das pessoas transexuais, no recente ano de 2018, a OMS editou uma nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11) e deixou de considerar a transexualidade como transtorno mental, caracterizando-a como uma incongruência de gênero⁴⁶.

1.3. Sexualidade e orientação sexual

Foi a partir da segunda metade do século XIX, durante uma enorme repressão contra o sexo, que se iniciaram os estudos científicos sobre a sexualidade humana, tendo predominado até então uma irremediável ignorância e um recatado silêncio⁴⁷. A OMS apresenta a definição de sexualidade como sendo um aspeto central do ser humano, presente ao longo da vida e que engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução, ao que pode ser igualmente influenciada por fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais⁴⁸. Em contrapartida, Luiz Mott propõe que a sexualidade não pode ser considerada como um fator biológico, uma vez que nenhuma satisfação poderá ser alcançada sem a realização de determinados atos ou com base em padrões, códigos simbólicos, práticas sociais e propriedades culturais⁴⁹. Lynn Weber refere que a ideologia dominante da sexualidade ainda é restritiva às supostas práticas sexuais da maioria heterossexual, adotadas como norma moral, contrárias às práticas sexuais da comunidade LGBTI, que são vistas como perigosas⁵⁰. Segundo a autora, a sexualidade, assim como a raça, a classe e o gênero, não são características fixas dos indivíduos, ao contrário, pois mudam com o tempo e em lugares diferentes⁵¹. A sexualidade assumiu diversas formas de expressão que sempre estiveram relacionadas à vida social⁵². Neste sentido, a orientação sexual encontra um campo amplo de alcance, uma vez que a sexualidade encontra outras formas de demonstração e existência, pois não está destinada apenas para a reprodução, mas para o prazer, para

⁴⁵ Cf. United Nations, *Ending violence and other human rights violations based on sexual orientation and gender identity: A joint dialogue of the African Commission on Human and Peoples' Rights, Inter-American Commission on Human Rights and United Nations*, Pretória, Pretoria University Law Press, 2016, p. 1.

⁴⁶ Cf. World Health Organization, *Coding disease and death*, 18 de junho de 2018, disponível em: <https://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases> [02.04.19].

⁴⁷ Cf. Luiz MOTT, *Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais*, *Revista Bagoas*, vol. 1, n.º 1, 2012, pp. 2-3, disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2252> [02.03.19].

⁴⁸ Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁹ Cf. Marshall Sahlins *apud* Luiz MOTT, *Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos...*, *op. cit.*, p. 4, disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2252> [02.03.19].

⁵⁰ Cf. Lynn WEBER, *Understanding Race, Class, Gender, and Sexuality: A Conceptual Framework...*, *op. cit.*, pp. 32-33.

⁵¹ Cf. Lynn WEBER, *Understanding Race, Class, Gender, and Sexuality: A Conceptual Framework...*, *op. cit.*, pp. 32-33.

⁵² Cf. Marco Aurélio Máximo PRADO e Frederico Viana MACHADO, *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*, São Paulo, Cortez, 2008, p.12.

a expressão individual, física ou mental⁵³.

A OMS conceitua orientação sexual como sendo a atração física, romântica e/ou emocional de um indivíduo por outros, sendo composta por três elementos: atração sexual, comportamento sexual e identidade sexual⁵⁴. Significado semelhante é o apresentado pela ONU, ao afirmar também que a orientação sexual não está relacionada com a identidade de gênero, mas que toda a pessoa possui uma orientação sexual, parte integrante de sua identidade⁵⁵. Segundo Roger Raupp Rios, “existe um consenso entre os antropólogos de que [orientação sexual] é a identidade que se atribui a alguém em função da direção de sua conduta ou atração sexual”⁵⁶. A orientação sexual é mais frequentemente definida em três categorias: a heterossexual, a homossexual e a bissexual⁵⁷. A heterossexualidade pode ser definida para identificar as pessoas que são atraídas por indivíduos do sexo oposto, diferente do seu sexo. Já a homossexualidade é a definida pela atração física, romântica ou emocional por outras pessoas do mesmo sexo de quem a sente⁵⁸. E, dentro desta categoria, por *gay*, compreende-se o homem que se interessa afetiva, emocional, física e sexualmente por outros homens; e, por *lésbica*, a mulher que se sente atraída por outras mulheres. O conceito empregado para o termo homossexualidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos foi o de atração emocional, afetiva e sexual ocorrida entre pessoas do mesmo gênero, bem como as relações sexuais entre eles, relacionando as figuras de *gay* e *lésbica* na mesma aceção⁵⁹. Por fim, dentre as classificações da orientação sexual existem ainda os bissexuais, que são as pessoas que, afetiva e sexualmente, sentem atração por ambos os sexos⁶⁰. Ou seja, podem ser atraídos para indivíduos do mesmo sexo ou de outro sexo e outra identidade de gênero, segundo a OMS⁶¹.

⁵³ De acordo com OMS, ainda que o comportamento sexual possa ser usado para descrever o envolvimento sexual entre as pessoas, nem sempre é determinado pela orientação sexual do indivíduo. Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, op. cit., p. 2.

⁵⁴ Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, op. cit., p. 1.

⁵⁵ Cf. United Nations, *Ending violence and other human rights violations based on sexual orientation and gender identity...*, op. cit., p. 1.

⁵⁶ Cf. Roger Raupp RIOS e Flávia PIOVESAN, “A Discriminação por Gênero e por Orientação Sexual”, in AAVV *Seminário Internacional – As Minorias e o Direito*, Série Cadernos do CEJ, vol. 24, Brasília, Conselho da Justiça Federal, 2003, p. 156, disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/693_609_riosroger.pdf [03.09.2019], interpolação nossa.

⁵⁷ Para uma leitura complementar, cf. K. Bryant SMALLE, et al., “Gender and Sexual Minority Health: History, Current State, and Terminology”, in K. Bryant Smalley, Jacob C. Warren e K. Nikki Barefoot (eds.), *LGBT Health: Meeting the Needs of Gender and Sexual Minorities*, Nova Iorque, Springer Publishing Company, 2018, pp.5-6.

⁵⁸ A OMS sugere a utilização dos nomes *gay*, para homens, e *lésbica*, para as mulheres, ao invés do termo homossexual, que carrega um histórico patológico indevido de pessoas não-heterossexuais como se fosse um distúrbio de saúde mental. O homossexualismo foi considerado doença mental até ao ano de 1973, quando a Associação Americana de Psiquiatria excluiu as práticas homossexuais do rol de doenças mentais, abandonando-se assim, o sufixo “ismo”, característico de patologias, para a utilização do termo homossexualidade, em que o sufixo “dade” possui o significado de “modo de ser”. Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, op. cit., p. 3.

⁵⁹ Cf. Corte Interamericana de Direitos Humanos, Opinião Consultiva n.º 24/17, de 24 de novembro de 2017, op. cit., pp. 19-20.

⁶⁰ Cf. Fernando Luiz CARDOSO e Dennis WERNER, “Homosexuality”, in Carol R. Ember e Melvin Ember (eds.), *Encyclopedia of sex and gender...*, op. cit., pp. 206-209.

⁶¹ Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, op. cit., p. 3.

1.4. Minorias sexuais

O conceito de minorias pode ser descrito como um segmento social, cultural ou economicamente vulnerável⁶². Quando consultado em um dicionário da Língua Portuguesa, minoria é definida como inferioridade em número ou a parte menos numerosa de um corpo deliberativo⁶³. Entretanto, o estatuto de minoria de um grupo não depende do número de membros que o integram, mas sim da sua falta de poder⁶⁴. Como propõem John Budarick e Gil-Soo Han, em sentido amplo, o termo minoria pode ser usado para definir qualquer grupo da sociedade que seja sistematicamente marginalizado e impotente nas áreas econômica, política, social ou cultural⁶⁵. E, neste sentido, as minorias sexuais podem ser definidas por grupos ou indivíduos que, independentemente do número de integrantes, partilham das mesmas características relacionadas aos desequilíbrios de poder e ausência de igualdade de direitos. Segundo Larry Gross, as minorias sexuais são diferentes das minorias raciais e étnicas, podendo ser comparadas às minorias políticas⁶⁶. Os grupos sociais formados por pessoas com características semelhantes entre si e distintas face a outros grupos ou à sociedade em geral, podem constituir minorias e merecer proteção enquanto tais, buscando “um status social menos marginalizado e ganhar direitos no espaço público”⁶⁷. As diferentes minorias sexuais partilham o fato de viverem sob leis que são frequentemente definidas tendo como referência o homem heterossexual. A falta de reconhecimento e a desatenção do legislador e dos demais órgãos do poder público às suas características e necessidades especiais é o que as enquadra na condição de minorias. Ou seja, o que está em causa é a falta de reconhecimento como iguais no meio social, pois as regras que regem a sociedade foram definidas tendo como modelo o homem heterossexual.

A igualdade entre homens e mulheres é o marco inicial da constituição das minorias sexuais. Isto porque, enquanto os homens heterossexuais são os detentores do poder e da tomada de decisões neste modelo de humanidade, as mulheres representam o primeiro grupo minoritário definido em função do sexo a beneficiar de proteção pelo Direito internacional dos direitos humanos⁶⁸. Além das

⁶² Cf. Antonio Celso Baeta MINHOTO, *Da Escravidão às Cotas: A Ação Afirmativa e os Negros no Brasil*, Birigui, Boreal, 2013, p. 9.

⁶³ Cf. PRIBERAM, *Dicionário da Língua Portuguesa*, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/minoria> [01.09.2019].

⁶⁴ Cf. Patrícia JERÓNIMO, “Minorias”, in Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa, Quid Juris?, 2013, pp. 247-248.

⁶⁵ Cf. John BUDARICK e Gil-Soo HAN, *Minorities and Media: Producers, Industries, Audiences*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2017, p. 9.

⁶⁶ Cf. Larry GROSS, “Out of the Mainstream: Sexual Minorities and the Mass Media”, in *Journal of Homosexuality*, vol. 21, 1991, pp. 19-20, disponível em: https://doi.org/10.1300/J082v21n01_04 [02.09.2019].

⁶⁷ Cf. Marco Aurélio Máximo PRADO e Frederico Viana MACHADO, *Preconceito contra homossexualidades...*, op. cit., p.31.

⁶⁸ Cf. Jack DONNELLY, *Universal Human Rights in Theory and Practice*, 2.ª ed., Ithaca e Londres, Cornell University Press, 2003, pp. 211-212. Para uma leitura complementar, cf. Roger D. MASTERS, “Explaining “Male Chauvinism” and “Feminism”:

mulheres heterossexuais, as minorias sexuais também são constituídas pelas pessoas com uma orientação sexual que não seja a heterossexual, bem como pelas pessoas cujo gênero não se enquadre com o socialmente atribuído pelo sexo biológico⁶⁹. No entanto, para alguns autores, há uma modificação em relação ao tamanho e à composição das minorias sexuais nas últimas décadas. Para Aisling Curtin, Lisa Diamond e Louise McHugh, há algumas décadas atrás o termo utilizado para definir minorias sexuais seria o do homem que se declarava abertamente *gay* e o da mulher que se declarava lésbica, cuja atração sexual era caracterizada por pessoas do mesmo sexo:

In the past, such individuals were presumed to be the most common type of sexual minority, reflecting the widely held view that sexual orientation has only two forms: exclusive homosexuality and exclusive heterosexuality. Because of this incorrect belief, researchers studying sexual identity and orientation have historically excluded individuals claiming nonexclusive patterns of attraction, as well as those who refused to claim a gay, lesbian, or bisexual identity⁷⁰.

Diante de uma sociedade em que a heterossexualidade é a norma e os homens detêm o poder, as minorias sexuais vivem sob a falta de proteção legal abrangente⁷¹. Uma vez que o nosso ordenamento jurídico gira em torno do homem branco e heterossexual, as minorias sexuais questionam as normas referentes à sexualidade, ao sexo e ao gênero, à identidade, à família, etc. Em semelhante sentido, Sherry Wolf refere que homofobia, sexismo, racismo e outras divisões sociais refletem o interesse da classe dominante da sociedade, ao que argumenta:

This class—the ruling class— constitutes a small minority of the population; it therefore must use the institutional and ideological tools at its disposal to divide the mass of the population against itself in order to prevent the majority from uniting and rising in unison to take back what is rightfully theirs. This holds true also for ideas about social and legal “norms” of sexual behavior under capitalism. Ideological and legal repression and control of sexual behavior in the United States and other industrialized societies, therefore, grow from the needs of the class in power⁷².

De outro lado, há de ser levado em consideração que as diferentes minorias sexuais possuem também experiências diferentes em matéria de discriminação, preconceito e opressão. A

Cultural Differences in Male and Female Reproductive Strategies”, in *Journal Women & Politics*, vol. 3, 1983, pp. 165-210, disponível em: https://doi.org/10.1300/J014v03n02_07 [03.09.2019].

⁶⁹ Cf. Paulo Roberto Iotti VECCHIATTI, “Minorias sexuais e ações afirmativas”, in Tereza R. Vieira (org.), *Minorias sexuais: direitos e preconceitos*, Brasília, Consulex, 2012, pp. 37-38.

⁷⁰ Cf. Aisling CURTIN *et al.*, “Self and Perspective Taking for Sexual Minorities...”, *op. cit.*, pp. 12-13.

⁷¹ Em alguns países, como o Uganda, a legislação estadual não se limita a ignorar as necessidades das minorias sexuais, como ainda institui disposições abertamente discriminatórias contra algumas delas, em particular, as pessoas LGBTI.

⁷² Cf. Sherry WOLF, *Sexuality and Socialism: History, Politics, and Theory of LGBT Liberation*, Chicago, Haymarket Books, 2009, p. 10.

população LGBTI é mais discriminada em qualquer parte do mundo, do que as mulheres⁷³. Um exemplo que não está relacionado somente com países como o Uganda ou qualquer outro que inclua em seu ordenamento duras leis contra a homossexualidade. No entanto, mesmo dentro da categoria LGBTI, os homens *gay* são mais discriminados do que as mulheres lésbicas⁷⁴. Em alguns países, inclusive, há leis que condenam apenas os homens pelas práticas homossexuais, inexistindo previsão quando da prática de atos sexuais entre mulheres⁷⁵. Outrossim, os homens *gay* masculinizados sofrem menos preconceito e discriminação dos que os homens *gay* efeminados. Além disso, os membros da mesma categoria são diferenciados em relação à raça, condição econômica, social ou cultural, além de outros fatores de discriminação cruzados (*intersectionality*)⁷⁶. Um homem *gay*, morador de uma grande cidade e com uma capacidade econômica elevada possui uma inserção social totalmente diferente de um homem *gay* pobre e morador de uma zona rural ou de uma vila pequena⁷⁷. Um estudo sobre a qualidade da prestação de serviço psiquiátrico e médico relacionado à saúde mental concluiu que havia uma escassez de programas voltados a população LGBTI em relação aos programas existentes para as pessoas heterossexuais⁷⁸. Entretanto, os gays, lésbicas, bissexuais e transexuais que também pertenciam a uma minoria racial apresentavam ainda um índice maior de insatisfação com os serviços de saúde, em comparação com os brancos pertencentes às mesmas minorias sexuais⁷⁹. A insatisfação com a oferta e a qualidade dos serviços médicos também era maior para as mulheres lésbicas e bissexuais do que para as mulheres heterossexuais, ambas integrantes do mesmo grupo social minoritário⁸⁰. No que toca às oportunidades profissionais e crescimento na carreira, um outro estudo sugere que as mulheres lésbicas possuem melhores condições trabalho e oportunidades do que os travestis e os transexuais, que também estão mais propensos à violência⁸¹.

⁷³ Para uma leitura complementar, cf. Phillip M. AYOUB, *When States Come Out Europe's...*, *op. cit.*, pp. 25-26, 127-157.

⁷⁴ Cf. Marcos LACERDA *et al.*, "Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais", in *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 15, n.º 1, 2002, p. 175.

⁷⁵ No capítulo II deste trabalho, a "Homofobia de Estado" e as leis que criminalizam a população LGBTI no continente africano serão retomadas de forma específica e abrangente.

⁷⁶ Cf. Elvia R. ARRIOLA, "Desigualdades de Gênero: Lésbicas, Gays e Teorias Legal Feminista", in *Estudos Feministas*, vol. 2, n.º 2, 1994, pp. 391-414, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16221/14768> [05.09.2019].

⁷⁷ Cf. Ana Cristina SANTOS, "Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 346-347.

⁷⁸ Cf. Anna M. AVER *et al.*, "Satisfaction with Mental Health Services Among Sexual Minorities With Major Mental Illness", in *American Journal of Public Health*, 2001, pp. 990-991, disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1446483/pdf/11392949.pdf> [02.09.2019].

⁷⁹ Cf. Anna M. AVER *et al.*, "Satisfaction with Mental Health Services Among Sexual Minorities...", *op. cit.*, pp. 990-991.

⁸⁰ Cf. Anna M. AVER *et al.*, "Satisfaction with Mental Health Services Among Sexual Minorities...", *op. cit.*, pp. 990-991.

⁸¹ Cf. Alexandre de Pádua CARRIERI *et al.*, "Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais", in *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 18, n.º 1, 2014, pp. 88-91, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v18n1/a06v18n1.pdf> [01.09.2019].

Por fim, no que tange às minorias sexuais, é necessário conceituar alguns termos utilizados para descrever práticas discriminatórias ou ideias equivocadas que recaem sobre o grupo minoritário. O termo heteronormatividade, por exemplo, significa a suposição de que todas as pessoas são heterossexuais e de que a orientação sexual heterossexual é "a norma", o que faz com que outras sexualidades e outras identidades de gênero sejam levadas à invisibilidade e à estigmatização⁸². Homofobia, no entanto, é o termo empregado para descrever a discriminação e o preconceito baseado na orientação sexual ou na identidade de gênero e que pode estar acompanhada de violência física ou verbal, de acordo com a OMS⁸³. Transfobia, contudo, é o termo utilizado para descrever a discriminação e o preconceito em relação aos transexuais. A OMS define transfobia como a desvalorização negativa daqueles que não se encaixam nos padrões convencionais de sexo e gênero, podendo ser pessoal ou sistêmica, intencional ou não⁸⁴. A ONU conceitua homofobia como um medo irracional, ódio ou aversão a *gays*, lésbicas ou bissexuais e transfobia como um medo irracional, ódio ou aversão a pessoas trans⁸⁵.

2. Igualdade, identidade de gênero e minorias sexuais nos padrões internacionais de Direitos Humanos

2.1. Os Instrumentos Normativos da Organização das Nações Unidas

2.1.1. A Carta Internacional de Direitos Humanos

A Carta das Nações Unidas, um dos documentos escritos de maior relevância e influência a nível internacional, foi assinada em São Francisco, nos Estados Unidos da América, em 26 de junho de 1945⁸⁶. Subscrita após o encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, a Carta entrou em vigor em 24 de outubro do mesmo ano, sendo o acordo que formou a Organização das Nações Unidas. O direito à igualdade entre homens e mulheres foi a porta de entrada nos instrumentos internacionais de direitos humanos de uma previsão expressa que contemplasse também as mulheres, o primeiro grupo minoritário caracterizado pelo sexo a receber uma proteção normativa⁸⁷. O princípio da igualdade é desenvolvido ao longo do texto da Carta e presente já em suas notas introdutórias. De acordo com o preâmbulo da Carta, os povos das Nações Unidas comprometem-

⁸² Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, *op. cit.*, p. 4 (aspas no original).

⁸³ Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, *op. cit.*, p. 4.

⁸⁴ Cf. World Health Organization, *Gender, Equity and Human Rights...*, *op. cit.*, p. §4.

⁸⁵ Cf. United Nations, *Ending violence and other human rights violations based on sexual orientation and gender identity...*, *op. cit.*, p. 2.

⁸⁶ Charter of the United Nations, 1945, disponível em: <https://www.un.org/en/sections/un-charter/un-charter-full-text/index.html> [15.09.2019].

⁸⁷ Para uma leitura complementar, cf. Miguel Vale de ALMEIDA, *A Chave do Armário: Homossexualidade, Casamento e Família*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009, pp. 26-34.

se a promover a igualdade entre homens e mulheres. Em sequência, os artigos 1.º, 2.º, e 8.º referem a promoção da igualdade, incluindo as mulheres. Importante redação também é a do artigo 55.º, que inclui as disposições referentes ao princípio da não-discriminação, uma vez que estimula o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Tendo em vista seu texto lacônico e diante da inexistência de uma lista de direitos humanos na Carta das Nações Unidas, a Assembleia Geral da ONU proclamou, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo Flávia Piovesan, a Declaração Universal cria a concepção moderna dos direitos humanos, incluindo em seu elenco tanto direitos civis e políticos, como direitos sociais, económicos e culturais⁸⁸. A ONU reconheceu que o trabalho desempenhado pelas mulheres na criação da Declaração foi determinante para que o texto final incluisse a igualdade em todos os termos. Neste sentido, foram algumas das delegadas que solicitaram a alteração de expressões como “todos os homens”, para apenas “todos” ou “todos os seres humanos”, além de buscar integrar a igualdade de género em todo o documento⁸⁹. E, de facto, as previsões acerca da igualdade de género percorrem toda a Declaração. Tanto que, em suas considerações iniciais, o objetivo assumido pelos povos das Nações Unidas na Carta é relembrado, reafirmando o compromisso de promover os direitos fundamentais do homem e a igualdade de direitos entre homens e mulheres⁹⁰. Em seu artigo 2.º, a Declaração estabelece a possibilidade de todos os seres humanos poderem invocar os direitos e liberdades, sem qualquer distinção de raça, género e língua, acrescentando a fórmula “ou de qualquer outra situação”. Em continuidade, em seu artigo 7.º, dispõe que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, com direito também a igual proteção da lei”. Por intermédio do artigo 10.º, fica previsto que toda a pessoa tem direito a realização de um julgamento público de uma causa, em um tribunal independente e imparcial, “em plena igualdade”. Em seu artigo 16.º, a Declaração refere que a família merece proteção do Estado e determina que o casamento entre homens e mulheres não pode ser celebrado sem o consentimento de ambos. Em sequência, o artigo 21.º destaca o acesso igualitário a cargos e funções públicas no país de nacionalidade e o artigo 23.º destaca o princípio da igualdade de género na forma de salários e iguais condições laborais. Além disso, o artigo 26.º refere que o acesso ao ensino superior deve ser aberto a todos, “em plena igualdade”.

⁸⁸ Cf. Flávia PIOVESAN, *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, 16.ª edição, São Paulo, Saraiva, 2016, p. 229.

⁸⁹ Cf. ONU, As “mulheres essenciais” na criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2018, disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1651161> [12.09.2019].

⁹⁰ Cf. Jack GREENBERG, “Race, Sex, and Religious Discrimination in International Law”, in Richard Pierre Claude e Burns H. Weston (eds.), *Human Rights in the World Community: Issues and Action*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1992, p. 104.

A Declaração Universal, enquanto afirmação solene de intenções e princípios, não foi adotada como instrumento com força jurídica vinculativa. Por esta razão, precisa estar aliada a outros tratados internacionais com o objetivo de garantir que os direitos nela previstos possam ser obrigatórios para os Estados. Assim, tendo sido aprovada e adotada a Declaração, rapidamente se avançou para a preparação de um tratado internacional que desse força jurídica vinculativa aos princípios enunciados pela Declaração⁹¹. O clima de Guerra Fria inviabilizou a adoção de um único tratado que reunisse direitos civis e políticos e direitos económicos, sociais e culturais, pelo que a Comissão redatora acabou por trabalhar em dois tratados separados para as duas categorias de direitos – o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ambos adotados e abertos à assinatura dos Estados em 16 de dezembro de 1966. E, sendo assim, a Carta Internacional de Direitos Humanos (*International Bill of Rights*) consiste não só na Declaração Universal, mas também nestes dois Pactos, que a complementam.

O PIDCP determina em seu preâmbulo a necessidade de obediência aos princípios elencados na Carta das Nações Unidas, bem como o reconhecimento da igualdade de direitos⁹². O artigo 2.º determina que todos os Estados-signatários se comprometem a respeitar todos os indivíduos, sendo vedada qualquer discriminação baseada na “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, posição económica, nascimento ou qualquer outra condição social”. Já o artigo 3.º determina como obrigação estatal a promoção da igualdade entre homens e mulheres no gozo dos direitos civis e políticos. No mesmo sentido, o artigo 14.º refere que, para os tribunais, “todas as pessoas são iguais”. Em sequência, o artigo 23.º confirma o entendimento de que a família deve ser objeto de proteção do Estado e refere que os Estados Parte devem assegurar a igualdade de direitos e de responsabilidades de ambos os cônjuges no casamento. O artigo 25.º também reafirma o posicionamento já adotado na Declaração Universal de que o acesso às funções públicas deve respeitar o princípio da igualdade. Por fim, importante previsão traz o artigo 26º, que dispõe sobre a proibição de qualquer tipo de discriminação. A amplitude dos termos adotados neste artigo permitem, hoje, considerar abrangida pelo preceito a proteção contra discriminação fundada na orientação sexual e na identidade de género:

All persons are equal before the law and are entitled without any discrimination to the equal protection of the law. In this respect, the law shall prohibit any discrimination and guarantee to all persons equal and effective protection against discrimination on any ground such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status.

⁹¹ Para uma leitura complementar, cf. Dinah L. SHELTON, *Advanced Introduction to International Human Rights Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2014.

⁹² O texto do PIDCP está disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/ccpr.aspx> [12.09.2019].

Os artigos 2.º, n.º (1), e 26.º deste Pacto tornaram-se referência na proteção dos direitos da população LGBTI quando utilizados no caso *Toonen contra Austrália*⁹³, julgado, em 1994, pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. De acordo com o caso, o autor buscava ver reconhecida a legalidade dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo diante da resistência do Estado australiano. O entendimento do Comitê foi de que a discriminação em razão do sexo, presente nos referidos artigos, estende-se também à orientação sexual⁹⁴, tendo decidido que “a criminalização de atos sexuais entre homens pela legislação da Tasmânia violava o direito à privacidade, garantido pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, uma vez que a sexualidade é considerada um aspecto da vida privada”⁹⁵. Em 2003, o mesmo artigo 26.º foi utilizado pelo Comitê de Direitos Humanos no caso *Young contra Austrália*⁹⁶. No processo, Edward Young buscava o reconhecimento do seu direito à pensão oriunda da morte de seu companheiro do mesmo sexo. A Austrália recusou o pedido alegando a não caracterização do autor como dependente, razão pela qual o Comitê entendeu que a vítima sofreu discriminação em razão desse indeferimento⁹⁷.

De outro lado, o PIDESC traz em texto uma série de previsões direcionadas aos Estados, determinando que os mesmos reconheçam direitos relacionados ao indivíduo, com um âmbito territorial mais alargado, culminando na obrigação de cooperação internacional⁹⁸. Em relação às disposições que podemos direcionar às minorias sexuais, destacamos de início a disposição trazida pelo artigo 2.º, n.º (2), que obriga os Estados signatários a comprometerem-se “a garantir o exercício dos direitos que nele se enunciam, sem qualquer discriminação, por motivos de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, posição económica, nascimento ou qualquer outra condição social”. Em seu artigo 3.º, podemos presenciar a inclusão do princípio da igualdade de género ao vermos referido que os homens e as mulheres devem gozar de igual modo os direitos económicos, sociais e culturais previstos no Pacto. Em seu 7.º artigo, o PIDESC dispõe acerca da igualdade na remuneração e nas condições de trabalho para homens e mulheres e afirma a obrigatoriedade dos Estados Partes em garantirem iguais oportunidades de promoção no trabalho. O artigo 10.º refere que o

⁹³ Cf. *Toonen v. Australia*, Communication no. 488/1992, U.N. Doc CCPR/C/50/D/488/1992 (1994), disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/undocs/html/vws488.htm> [02.03.2019].

⁹⁴ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História...*, op. cit., pp. 61-62.

⁹⁵ Cf. Gabriela Warner OLIVEIRA, “A proteção internacional das minorias sexuais: Entre a Idade Média e a Pós-Modernidade”, in *Revista Direito Mackenzie*, vol. 9, n.º 2, 2015, p. 122, disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/10107/6252> [02.03.2019].

⁹⁶ Cf. *Young contra Austrália*, Communication no. 941/2000, U.N., CCPR/C/78/D/941/2000 (2003), disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPPrICAqhKb7yhsswSVVnSz50wXLYzs7W9cwELJKQR9g%2BvMXhFRfTz9jvMyeu9OEK1gpXSQCvRizp1wIXahVDWb4gWSBJpiAQBBXmVkkVbBV%2FruNV0MBA8QQLTNA0cih0nTrRm%2B%2FJcd7lg%3D%3D> [12.03.19].

⁹⁷ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI...*, op. cit., pp. 62-63.

⁹⁸ O texto do PIDESC está disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx> [12.09.2019].

casamento deve ser realizado com o livre consentimento de ambos os cônjuges, sem mencionar o gênero desses cônjuges, diferente de muitos dispositivos que trazem as palavras homem e mulher. E ainda, utiliza-se da expressão “qualquer outra condição” quando refere que os Estados devem adotar medidas especiais de proteção e assistência a favor de todas as crianças e adolescentes sem qualquer discriminação. A igualdade também no acesso ao ensino superior é registrada no artigo 13.º do PIDESC. Por fim, em relação aos direitos culturais, o PIDESC estabelece, em seu artigo 15.º, que os Estados signatários são obrigados a garantir a toda e qualquer pessoa o direito a “participar na vida cultural, gozar dos benefícios do progresso científico e das suas aplicações, beneficiar da proteção dos interesses morais e materiais que lhe correspondem”.

2.1.2. Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) foi adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 18 de dezembro de 1979⁹⁹. A CEDAW tornou-se nestes quase quarenta anos de existência um dos maiores instrumentos normativos internacionais¹⁰⁰, um dos grandes tratados de direitos humanos na proteção dos direitos de igualdade entre mulheres e homens e na proibição de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres. O artigo 1.º da CEDAW afirma que, de forma exemplificativa, a expressão “discriminação contra as mulheres” significa qualquer tipo de discriminação ou exclusão em razão do sexo, independente do estado civil e que tenha como objetivo promover a desigualdade, a perda de direitos ou de liberdades fundamentais. Por conseguinte, o texto da CEDAW busca expressar as obrigações destinadas aos Estados-Partes, reconhecendo, dentre tantas outras medidas, a necessidade de promover a igualdade entre os sexos e pôr fim à discriminação de gênero. Assim, como referenciado em seu preâmbulo, a finalidade e o objetivo geral da CEDAW devem ser interpretados com base nos princípios fundamentais, cuja origem remonta à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo vedado qualquer tipo de discriminação em razão do local de nascimento, etnia, raça, língua ou orientação sexual.

A exemplo de outros instrumentos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial e dos Pactos, notou-se a necessidade de criar um procedimento específico de monitoramento para o cumprimento da CEDAW e de verificar o progresso com a adoção das medidas previstas. O artigo 17.º da CEDAW instituiu o Comitê para Eliminação da

⁹⁹ O texto da CEDAW está disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CEDAW.aspx> [01.07.19].

¹⁰⁰ Cf. Susanne ZWINGEL, *Translating International Women's Rights: The CEDAW Convention in Context*, Miami, Palgrave Macmillan, 2016, p. 35.

Discriminação contra as Mulheres, e dispõe sobre sua forma de eleição, reunião e da adoção de um regulamento próprio. Mais tarde, em 06 de outubro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres¹⁰¹, dispondo sobre a competência, a participação e formação, a organização e a forma de trabalho do Comitê. O artigo 21.º da Convenção dispõe que o Comitê pode emitir sugestões e recomendações através de relatórios anuais que servem para abordar suas interpretações da própria Convenção. E, neste sentido, exercendo o seu poder, emitiu diversas Recomendações Gerais, dentre elas algumas em que refletem a relevância da discriminação baseada na orientação sexual para a definição de discriminação contra as mulheres¹⁰².

Segundo Andrew Byrnes, a CEDAW estipula que os membros do Comitê devem refletir a pluralidade de diferentes sistemas jurídicos e de diferentes civilizações, sendo uma prática das Nações Unidas buscar a diversidade e a representação de todas as regiões do mundo, culminando em membros oriundos de várias regiões¹⁰³. Entretanto, há quem refira que os membros do Comitê são vistos como um grupo cuja adesão é moldada pela exclusão¹⁰⁴. Isto, porque os grupos que compõem o Comitê são muitas vezes vistos como um grupo privilegiado, com um grande poder econômico e grande status social, tendo uma composição formada em grande parte por heterossexuais, uma vez que nenhum dos membros especialistas declarou-se *gay*, lésbica, bissexual ou trans¹⁰⁵. Tal fato, apesar de poder ser considerado irrelevante, pode ser atribuído à ausência de previsão taxativa na CEDAW aos direitos das mulheres lésbicas ou transexuais. Nem a CEDAW nem o Protocolo Opcional abordam a orientação sexual ou a identidade de gênero. A exemplo dos outros instrumentos, a CEDAW e o Protocolo refletem o contexto social em que foram adotados. O trabalho desenvolvido pelo Comitê repercute de uma forma positiva perante as diversas organizações que lutam pelo enquadramento normativo dos direitos LGBTI, mas, de outro lado, há quem discorde e defenda políticas antifeministas baseadas na Convenção. Segundo Susanne Wingel destaca, o crescente reconhecimento internacional dos direitos das mulheres desencadeou também a articulação de posições dissidentes e que começaram a ser lançadas desde a conferência realizada em Pequim, em 1995, e cita como exemplo questões frequentemente mantidas contra o Comitê por determinados grupos, dentre eles a crítica em relação à discriminação contra

¹⁰¹ O texto do Protocolo está disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/OPCEDAW.aspx> [01.06.2019].

¹⁰² Cf. Andrew BYRNES, “The Committee on the Elimination of Discrimination against Women” in Anne Hellum and Henriette Sinding Aasen (eds.), *Women’s Human Rights: CEDAW in International, Regional and National Law*, Cambridge, University Cambridge Press, 2013, pp. 40-42.

¹⁰³ Cf. Andrew BYRNES, “The Committee on the Elimination of Discrimination...”, *op. cit.*, pp. 28-29.

¹⁰⁴ Cf. Susanne ZWINGEL, *Translating International Women’s Rights...*, *op. cit.*, p. 80.

¹⁰⁵ Cf. Susanne ZWINGEL, *Translating International Women’s Rights...*, *op. cit.*, p. §80.

2.1.3. A Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes

A Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes foi adotada em 10 de dezembro de 1984... e inclui em seu texto, já de início, a obediência ao princípio da igualdade e a proibição da prática de tortura em razão de discriminação de qualquer natureza¹⁰⁷. O artigo 1.º da Convenção reza que o termo “tortura” pressupõe a prática ou ato por meio do qual seja empregada dor ou sofrimentos físicos e mentais. O Comentário Geral n.º 2, emitido pelo Comitê contra a Tortura, estabelece que são deveres dos Estados protegerem os indivíduos ou grupos de minorias vulneráveis da discriminação e da marginalização e inclui as minorias sexuais na previsão:

States parties must ensure that, insofar as the obligations arising under the Convention are concerned, their laws are in practice applied to all persons, regardless of race, colour, ethnicity, age, religious belief or affiliation, political or other opinion, national or social origin, *gender, sexual orientation, transgender identity*, mental or other disability, health status, economic or indigenous status, reason for which the person is detained, including persons accused of political offences or terrorist acts, asylum-seekers, refugees or others under international protection, or any other status or adverse distinction¹⁰⁸.

Ainda que não traga muitas referências em seu texto ao princípio da igualdade, diferente dos outros instrumentos aqui analisados, a Convenção estipula o controlo dos Estados Partes contra a prática da tortura, que muitas vezes é levada a cabo com fundamento em fatores discriminatórios. A existência de um desenvolvimento posterior, como é o caso do Comentário Geral n.º 2, aproxima a proteção das minorias sexuais com o instrumento e reflete mais uma a preocupação da comunidade internacional com o tema.

2.1.4. A Declaração de Viena e seu Programa de Ação

Depois do fim da Guerra Fria e com vista a reafirmar a universalidade dos direitos humanos, realizou-se em Viena, na Áustria, em junho de 1993, uma Conferência Mundial de Direitos Humanos das

¹⁰⁶ Cf. Susanne ZWINGEL, *Translating International Women's Rights...*, *op. cit.*, pp. 143-148.

¹⁰⁷ O texto da Convenção contra a Tortura está disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CAT.aspx> [23.04.19].

¹⁰⁸ Cf. Committee Against Torture, *General Comment n.º 2*, 2008, *itálico nosso*, disponível em: <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2FPPRiCAqhKb7yhskvE%2BTuw1mw%2FKU18dCy rYrZhDDP8yaSRi%2Fv43pYTgmQ5n7dAGFdDalfzYTJnWNYOXxeLRAIVgbwcSm2ZXH%2BcD%2B%2F6IT0pc7BkgqlATQUZPVhi> [20.03.19].

Nações Unidas. Nas conclusões do evento, foi adotada a Declaração de Viena e seu Programa de Ação, que, além de reafirmarem os compromissos assumidos pela Carta das Nações Unidas, efetuam uma análise global do sistema internacional também objeto do encontro¹⁰⁹. A Declaração de Viena enfatiza as responsabilidades de todos os Estados de desenvolverem e encorajarem o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, sem qualquer distinção de raça, sexo, língua ou religião. O programa de ação busca também reafirmar os direitos fundamentais, a dignidade, o valor da pessoa humana e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Outro fator importante e que fundamenta a análise dessa Declaração neste momento é a preocupação relatada na conferência em relação às várias formas de discriminação e de violência cometidas contra as mulheres. E registra também em seu texto a necessidade de reafirmar o empenho da comunidade internacional em respeitar o valor e a diversidade das diferentes culturas e identidades. Conforme determina o seu § 5.º, os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, sendo que devem ser vistos pela comunidade internacional de forma justa e equitativa, e os Estados, “independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e culturais, [devem] promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”. O texto ainda contempla uma exemplificativa lista de formas de discriminação, dispostas no § 15.º, que assim dispõe:

O respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais sem distinção de qualquer tipo constitui uma norma fundamental do direito internacional em matéria de direitos humanos. A rápida e completa eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial, xenofobia e manifestações conexas de intolerância, constitui uma tarefa prioritária da comunidade internacional. Os governos deverão adotar medidas efetivas para prevenir e combater tais fenómenos. Os grupos, instituições, organizações intergovernamentais e não-governamentais, bem como os indivíduos, são instados a intensificar os seus esforços de cooperação e coordenação das suas atividades contra estes males¹¹⁰.

A Declaração de Viena ainda refere que todas as formas de assédio e violência baseada no género devem ser eliminadas, pois são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana, e traz um grande contributo quando reconhece e inclui em seu texto a existência de minorias e sua necessária proteção. No § 19.º, a Declaração dispõe como uma obrigação estatal a garantia de que “as pessoas pertencentes a minorias possam exercer de forma plena e efetiva todos os direitos humanos e

¹⁰⁹ O texto da Declaração e Programa de Ação de Viena está disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx> [20.03.2019].

¹¹⁰ Usamos aqui a versão traduzida da Declaração,, disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf> [22.04.19].

liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei”. Por fim, em uma subdivisão da matéria abordada, a Declaração destaca uma secção especial para a proteção das minorias e contra toda e qualquer forma de discriminação, com o título “Igualdade, Dignidade e Tolerância”. E, neste íterim, ressalta em seu § 20.º a obrigatoriedade dos Estados de adotarem medidas e políticas públicas capazes de prevenir e combater todas as formas de discriminação, “se necessário através da promulgação de legislação adequada, incluindo medidas de carácter penal, e através da criação de instituições nacionais para o combate a tais fenómenos”.

2.1.5 – Resoluções e recomendações específicas sobre Orientação Sexual e Identidade de Género

Além dos tratados internacionais, têm sido adotadas resoluções e recomendações específicas sobre a promoção e a preservação dos direitos das minorias sexuais¹¹¹. Por intermédio da Recomendação Geral n.º 20, adotada em 2009, o Comitê de Direitos Económicos, Sociais e Culturais manifestou o entendimento de que a expressão “qualquer outra condição” prevista no artigo 2.º do PIDESC refere-se também à proibição de discriminação em razão da orientação sexual¹¹². A resolução A/RES/67/168, de 20 de dezembro de 2012¹¹³, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas buscando assegurar a proteção do direito à vida de todas as pessoas, bem como investigar os assassinatos motivados pela orientação sexual ou pela identidade de género da vítima. A referida resolução recorda os direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no PIDCP, para além de reiterar as disposições do Convénio de Genebra de 1949. No mesmo sentido, a Resolução 17/19, sobre “Direitos humanos, orientação sexual e identidade de género”¹¹⁴, foi adotada, em junho de 2011, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, sendo este o primeiro organismo intergovernamental a adotar uma resolução sobre minorias sexuais¹¹⁵. A resolução expressou em seu texto a preocupação do Conselho com a violência e a discriminação contra as pessoas LGBTI e encomendou a realização de uma pesquisa que registasse o alcance e a extensão destas violações. O estudo buscava ainda encontrar as medidas necessárias para por fim às agressões. Dentre os Estados que votaram contra a realização do estudo, encontra-se o Uganda, objeto de análise nesta dissertação.

¹¹¹ Cf. ONU, *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Orientação Sexual e Identidade de Género*, 2018, disponível em: <https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2018/10/International-Human-Rights-Law-PT.pdf> [02.04.19].

¹¹² Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI...*, op. cit., p. 63.

¹¹³ Cf. UN General Assembly, Resolution A/RES/67/168, 15 de março de 2013, disponível em: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/RES/67/168 [14.04.19].

¹¹⁴ Cf. UN General Assembly, Resolution 17/19, 14 de julho de 2011, disponível em: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/17/19 [02.04.19].

¹¹⁵ Cf. ONU, *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Orientação Sexual e Identidade De Género*, 2018, disponível em: <https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2018/10/International-Human-Rights-Law-PT.pdf> [02.04.19].

Além das duas resoluções citadas, existem ainda outras sete resoluções oriundas da Assembleia Geral da ONU e outras duas aprovadas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. A Resolução A/HRC/RES/27/32¹¹⁶, adotada em 26 de setembro de 2014, versa sobre “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero”. A Resolução A/HRC/RES/32/2, adotada em 30 de junho de 2016, dispõe sobre a “Proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero”¹¹⁷. Por fim, as resoluções A/RES/69/182, A/RES/65/208, A/RES/63/182, A/RES/61/173, A/RES/59/197 e A/RES/57/214¹¹⁸, todas adotadas pela Assembleia Geral da ONU, incluem a promoção e a preservação dos direitos das pessoas LGBTI no que tange às execuções arbitrárias, extrajudiciais ou sumárias. Por fim, em 29 de setembro de 2015, diversas agências da ONU reuniram-se e elaboraram em conjunto, uma declaração pelo fim da violência e discriminação contra as pessoas LGBTI¹¹⁹. A partir da declaração, os organismos internacionais pedem aos Estados que tomem medidas urgentes para pôr fim à discriminação e à violência e assinalam:

All people have an equal right to live free from violence, persecution, discrimination and stigma. International human rights law establishes legal obligations on States to ensure that every person, without distinction, can enjoy these rights. While welcoming increasing efforts in many countries to protect the rights of LGBTI people, we remain seriously concerned that around the world, millions of LGBTI individuals, those perceived as LGBTI and their families face widespread human rights violations. This is cause for alarm – and action¹²⁰.

Em resumo, o que a declaração pede aos Estados é que protejam as pessoas LGBTI, revoguem as leis internas discriminatórias, protejam os indivíduos contra a discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de gênero e que percebam que as Nações Unidas os apoiam para dar cumprimento à declaração e a outras iniciativas que busquem o respeito, a proteção e a promoção dos direitos para todos.

Assim como em outros exemplos de instrumentos normativos internacionais, podemos perceber que a promoção dos direitos das minorias sexuais foram surgindo com o passar dos anos e não foi diferente com a CEDAW. A convenção incluiu em um primeiro momento a luta pela igualdade

¹¹⁶Cf. UN General Assembly, *Resolution A/HRC/RES/27/32*, disponível em: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/RES/27/32 [03.04.19].

¹¹⁷Cf. UN General Assembly, *Resolution A/HRC/RES/32/2*, disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/RES/32/2 [03.04.19].

¹¹⁸ Todas as resoluções das Nações Unidas que versam sobre orientação sexual e identidade de gênero estão disponíveis em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Discrimination/Pages/LGBTUNResolutions.aspx> [03.04.2019].

¹¹⁹ CF. UN Office of the High Commissioner, *Ending violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex people*, 2015, disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Discrimination/Pages/JointLGBTIstatement.aspx> [15.09.2019].

¹²⁰ CF. UN Office of the High Commissioner, *Ending violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex people*, 2015, disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Discrimination/Pages/JointLGBTIstatement.aspx> [15.09.2019].

entre homens e mulheres e a não discriminação, mas as disposições envolvendo orientação sexual surgiram com o passar dos anos com o desenvolvimento dos estudos sobre o tema e por pressão dos organismos e atores não estatais. E, neste sentido, o Comitê para Eliminação da Discriminação contra as Mulheres emitiu algumas recomendações que versam sobre as mulheres lésbicas e as transexuais. Uma delas é a Recomendação n.º 27, que dispõe sobre as mulheres mais velhas e a proteção de seus direitos e afirma em seu texto que “the discrimination experienced by older women is often multidimensional, with the age factor compounding other forms of discrimination based on gender, ethnic origin, disability, poverty levels, sexual orientation and gender identity, migrant status, marital and family status, literacy and other grounds”¹²¹. Outro exemplo é a Recomendação n.º 28, que versa sobre as principais obrigações dos Estados-Partes e cita em seu texto que “the discrimination of women based on sex and gender is inextricably linked with other factors that affect women, such as race, ethnicity, religion or belief, health, status, age, class, caste, and sexual orientation and gender identity”¹²². Contudo, alongar o conteúdo da Convenção e incluir orientação sexual e identidade de gênero tem sido um dos tópicos mais controversos na atuação do Comitê, sendo, inclusive, contestado na elaboração da Recomendação n.º 28¹²³. Para Simone Cusack, a CEDAW representa um espaço de debate sobre os estereótipos de gênero, sendo os Estados-Partes responsáveis não apenas pelos estereótipos equivocados, mas também pelos seus subgrupos e ressalta que o entendimento do Comitê tem sido mais sutil, refletindo uma igualdade substantiva¹²⁴.

A ONU informa que “não existem cláusulas escondidas em letras miúdas em qualquer um dos tratados de direitos humanos que permitem um Estado garantir os direitos para alguns, mas negá-los a outros com base na orientação sexual e identidade de gênero”¹²⁵. O Gabinete do Alto Comissariado da ONU afirma, ainda, que é realizado um acompanhamento periódico, com o objetivo de analisar o cumprimento do previsto nos tratados internacionais em relação à ilegalidade na discriminação devido à orientação sexual ou à identidade de gênero, bem como qualquer outra distinção nos direitos das

¹²¹ Cf. UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women, *General Recommendation No. 27 on older women and protection of their human rights*, 16 de dezembro de 2010, disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G10/472/53/PDF/G1047253.pdf?OpenElement> [02.07.2019].

¹²² Cf. UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women, *General recommendation No. 28 on the core obligations of States parties under article 2 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*, 16 de dezembro de 2010, disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G10/472/60/PDF/G1047260.pdf?OpenElement> [02.07.19].

¹²³ Cf. Susanne ZWINGEL, *Translating International Women's Rights...*, *op. cit.*, pp. 98-99.

¹²⁴ Cf. Simone CUSACK, “The CEDAW as a legal framework for transnational discourses on gender stereotyping”, in Anne Hellum e Henriette Sinding Aasen (eds.), *Women's Human Rights: CEDAW in International, Regional and National Law*, Cambridge, University Cambridge Press, 2013, pp. 142-143.

¹²⁵ Cf. UN Officer of the High Commissioner, *O Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, s/d, disponível em: https://unfe.org/system/unfe-39-sm_direito_internacional.pdf [09.03.2019].

pessoas¹²⁶. Tal acompanhamento tem como base as decisões e orientações emanadas pelos próprios Comitês da ONU, como o Comitê de Direitos Humanos, o Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Comitê sobre os Direitos da Criança, o Comitê contra a Tortura e o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.

2.2 Os instrumentos normativos adotados no quadro do Conselho da Europa

2.2.1. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos

Fundado em 1949 e formado atualmente por 47 Estados-Membros, o Conselho da Europa tem como principais valores os Direitos Humanos, a Democracia e o Estado de Direito. Preconiza, desde a sua criação, a promoção dos direitos humanos através de convenções internacionais, o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, liberdade de reunião, bem como o direito à igualdade e a proteção das minorias¹²⁷. Objetivando cumprir suas finalidades, os Estados Membros do Conselho da Europa adotaram, em novembro de 1950, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH)¹²⁸ e criaram o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), órgão jurisdicional que controla o cumprimento da CEDH pelos Estados Partes. A CEDH e o TEDH representam as fontes principais, sendo uma de natureza convencional e a outra de natureza jurisprudencial¹²⁹.

O texto da CEDH traduz o interesse do Conselho da Europa em garantir e promover o respeito pelos direitos humanos na Europa e inaugura o sistema europeu de proteção. A exemplo dos outros tratados internacionais, a CEDH prevê como obrigatoriedade dos Estados o dever de assegurar o direito à vida, à igualdade, à liberdade e a proibição de toda e qualquer forma de discriminação. A igualdade entre homens e mulheres também é resguardada pela CEDH. O artigo 5.º, por exemplo, dispõe sobre a igualdade dos cônjuges no casamento. Entretanto, um dos artigos que merece mais destaque é o 8.º, que dispõe sobre o respeito à vida privada e familiar¹³⁰. Do artigo, extraímos a preocupação do

¹²⁶ Para uma leitura complementar, cf. Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas, *Mecanismos dos Direitos Humanos*, s/d, disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/mecanismos/#EPU> [09.03.2019].

¹²⁷ Informação disponível em: <https://www.coe.int/pt/web/about-us> [04.07.19].

¹²⁸ O texto da CEDH está disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf [04.07.2019].

¹²⁹ Cf. Dulce LOPES, “A Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem Vista à Luz do Princípio da Não Discriminação”, in *Revista Julgar*, n.º 14, 2011, p. 48, disponível em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/03-JULGAR-Dulce-Lopes-Igualdade-e-n%C3%A3o-discrimina%C3%A7%C3%A3o-na-CE.pdf> [22.03.19].

¹³⁰ Artigo 8.º: Direito ao respeito pela vida privada e familiar: 1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência. 2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem - estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros.

Conselho da Europa em garantir a inviolabilidade desse direito e a garantia de que todos os Estados respeitem a vida privada e familiar das pessoas. Sandro Gorski Silva assinala o pioneirismo da Convenção em trazer de forma expressa o dever de “os Estados não realizarem ingerências indevidas na vida privada dos indivíduos sob jurisdição”, ao passo que este dispositivo se tornou o principal instrumento normativo a favor das minorias sexuais¹³¹. Em seguimento, relevante leitura fizemos também do artigo 14.^o¹³², que dispõe sobre a proibição da discriminação. Assim como todos os outros aqui citados, o artigo não traz uma referência específica e taxativa às minorias sexuais, empregando a expressão “ou qualquer outra situação” para exemplificar que toda e qualquer discriminação é vedada pela CEDH, tornando-se obrigatória para seus Estados-Partes. Segundo Dulce Lopes, o disposto no artigo está repleto de sentidos que iniciam já no momento em que o Conselho da Europa adotou a determinação das situações de desigualdades e que recaem no seu âmbito de aplicação, ao ponto de que tal disposição se aplica expressamente em casos de desigualdade qualificada ou de verdadeira discriminação¹³³. Todavia, como nota Marie-Bénédicte Dembour, o artigo deve ser usado em conjunto com outra disposição da CEDH, no sentido de que o requerente que queira confiar na proteção prevista no artigo, deve alegar que foi discriminado em seu gozo de outro direito também garantido pela Convenção¹³⁴. Outrossim, o Protocolo n.º 12 à CEDH, promulgado no ano 2000, reafirma o princípio fundamental da igualdade entre todas as pessoas e o princípio da não-discriminação, propõe a implementação coletiva de uma interdição geral de discriminação. Sendo assim, prevê o protocolo por intermédio de seu artigo 1.º que todo e qualquer direito previsto na lei deve ser garantido “sem discriminação alguma”, ao que nomeia a discriminação com base no sexo ou a pertença a uma minoria nacional, por exemplo¹³⁵.

O TEDH traz, em seu leque de atuação, um enorme repertório jurisprudencial em relação a temas que envolvam diversidade sexual e identidade de género, em questões que vão desde a criminalização de práticas homossexuais ao casamento entre pessoas do mesmo sexo¹³⁶. De acordo com o texto da CEDH, cabe ao TEDH a interpretação e o enquadramento de determinado artigo com o caso em julgamento. O artigo 8.º da CEDH, por exemplo, foi utilizado em diversas decisões emanadas pelo TEDH, servindo de base para fundamentar e fomentar a proteção de direitos LGBTI. Como exemplo de

¹³¹ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História...*, op. cit., pp. 69-71.

¹³² Artigo 14.º: Proibição de discriminação: O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

¹³³ Cf. Dulce LOPES, *A Jurisprudência do Tribunal Europeu...*, op. cit., pp. 49-51.

¹³⁴ Cf. Marie-Bénédicte DEMBOUR, *Who Believes in Human Rights? Reflections on the European Convention*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p.133.

¹³⁵ Cf. Protocolo n.º 12 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades fundamentais, 2000, pp. 52-55, disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf [15.09.2019].

¹³⁶ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História...*, op. cit., pp. 67-70.

processo envolvendo esse artigo, citamos o acórdão *Goodwin contra The United Kingdom*¹³⁷, julgado em 11 de julho de 2002. De acordo com o processo, a autora da petição teria realizado uma readequação do sexo masculino para o feminino e teve todas as despesas da cirurgia custeadas pelo Serviço Nacional de Saúde britânico¹³⁸. Conforme a decisão, a recusa do Estado britânico em alterar o registro de nascimento, motivo que levou a autora a denunciar o Reino Unido, não era apenas de aspeto formal ou inconveniente, mas sim caracterizada pela incoerência entre os sistemas jurídicos e administrativos. O TEDH concluiu que o referido artigo teria sido violado justamente por proteger a vida privada e comportava o “direito de todos de estabelecer os detalhes da sua identidade de ser humano”, ao passo que, para o julgado em questão, consistia no direito de ver o registo civil configurado em conformidade com a sua real identidade aparente e percebida por si e por terceiros¹³⁹. Segundo Eric Millard, esta decisão é essencial para a proteção jurídica da vida privada, indispensável para uma sociedade que busca ser democrática e liberal quanto à eficácia social dos direitos assegurados¹⁴⁰. De outro lado, o artigo 14.º também foi esmiuçado em algumas decisões do Tribunal envolvendo os direitos das minorias sexuais, das quais citamos como exemplo o caso Salgueiro da Silva Mouta *contra* Portugal, julgado em 21 de dezembro de 1999¹⁴¹. O autor, Sr. Silva Mouta, representou contra o Estado Português, precisamente contra o Tribunal da Relação, por ter concedido a guarda de sua única filha à ex-mulher, sendo que tal atribuição derivou unicamente em função da sua orientação sexual e em razão disso, alegou violação aos artigos 8.º e 14.º da Convenção¹⁴². O tribunal decidiu, de forma unânime, pelo reconhecimento da violação dos referidos artigos em razão de os juristas portugueses terem condicionado um critério não estabelecido em lei para conceder a guarda da criança à genitora, em detrimento do requerente, o que teria afrontado também o princípio geral da proporcionalidade¹⁴³. Para Dulce Lopes, o tribunal ponderou que se tratava, sim, de uma situação discriminatória, uma vez que:

Apesar de na aparência se fundamentar num fim legítimo: a prossecução do melhor interesse da criança, não era adequada e proporcional para a obtenção desse fim, por o Tribunal da Relação ter usado como *ratio decidendi* para a tomada de decisão a orientação sexual do pai

¹³⁷ *Christine Goodwin contra United Kingdom*, application n.º 28957/95, disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-60596> [04.07.19].

¹³⁸ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História...*, op. cit., pp. 75-76.

¹³⁹ Cf. Eric MILLARD, “O Papel do Registro Civil na Construção do Estado” in *Revista Opinião Jurídica*, vol. 4, n.º 8, Fortaleza, 2006, p. 266, disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2024> [01.07.19].

¹⁴⁰ Cf. Eric MILLARD, “O Papel do Registro Civil na Construção...”, op. cit., p. §266.

¹⁴¹ *Silva Mouta contra Portugal*, application n.º 3320/96, disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-81536> [04.07.19].

¹⁴² Cf. Ana Cristina SANTOS *et. al.*, “Homoparentalidade e desafios ao direito: O caso Silva Mouta na justiça portuguesa e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos” in *Velhos e novos desafios ao direito e à justiça*, Coimbra, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 87, 2009, pp. 43-68.

¹⁴³ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História...*, op. cit., pp. 74-75.

(e reflexamente a protecção do modelo tradicional de família portuguesa)¹⁴⁴.

São diversos os acórdãos oriundos da corte europeia em que destacamos, em diversos sentidos e temas, a proteção dos direitos LGBTI¹⁴⁵. É possível identificar, sem dúvidas, a existência de uma jurisprudência mais ampla no sistema europeu em comparação ao sistema americano, justificado não só pelo tempo de existência e antiguidade, mas também pelo amplo acesso ao tribunal. Entretanto, novamente no que tange às prerrogativas de proibição da discriminação, são igualmente enunciadas “de forma genérica, geral e abstrata, sem especificar a temática da diversidade sexual”¹⁴⁶.

2.2.2. Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica – Convenção de Istambul

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica foi adotada na cidade de Istambul, na Turquia, a 11 de maio de 2011, pelos Estados-Membros do Conselho da Europa¹⁴⁷. A Convenção de Istambul, assim também chamada, direciona a preocupação do conselho às mulheres. Além de promover o fim da violência de género e a violência doméstica, a convenção invoca a igualdade e não discriminação em vários aspetos. É ainda vista como o “tratado internacional de maior alcance” no combate a esta determinada violação de direitos humanos, ao ponto que possui “tolerância zero” para a violência contra as mulheres na Europa¹⁴⁸.

O texto da Convenção não faz nenhuma referência explícita a qualquer direito ou obrigações aplicadas para os outros membros das minorias sexuais que não sejam as mulheres. No entanto, o artigo 3.^o¹⁴⁹ da convenção, de forma pioneira, apresenta uma série de definições, dentre elas, assimila que

¹⁴⁴ Cf. Dulce LOPES, *A Jurisprudência do Tribunal Europeu...*, op. cit., p. 69.

¹⁴⁵ Como exemplo, destacamos os casos Alekseyev *contra* Rússia; o caso E.B. *contra* França; Oliari e Outros *contra* Itália; e Davis Norris *contra* Irlanda, todos disponíveis em: <https://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=caselaw&c=> [05.07.19].

¹⁴⁶ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História...*, op. cit., pp. 67-70.

¹⁴⁷ Cf. Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica/Convenção de Istambul, disponível em: <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168046253d> [04.07.19].

¹⁴⁸ Cf. Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica/Convenção de Istambul, Livre do Medo, Livre da Violência, s/a, disponível em: <https://rm.coe.int/1680685fcb> [04.07.19].

¹⁴⁹ Artigo 3.^o - Definições: Para efeitos da presente Convenção:

a) «Violência contra as mulheres» constitui uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada;

b) «Violência doméstica» abrange todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem na família ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima;

género “designa os papéis, os comportamentos, as actividades e as atribuições socialmente construídos que uma sociedade considera apropriados para as mulheres e os homens”¹⁵⁰. Em sua cartilha explicativa, o Conselho Europeu lançou nota de que a “convenção abrange todas as mulheres e raparigas, de qualquer meio, idade, raça, religião, origem social, estatuto de migração ou orientação sexual”¹⁵¹, confirmando assim, que mesmo ausente de forma taxativa, as mulheres lésbicas e as mulheres transexuais encontram guarida no texto da convenção. No Relatório Explicativo CETS N.º 210, que acompanha a convenção, o Conselho demonstra o seu interesse em proteger todos os integrantes das minorias sexuais. O conselho afirma que no momento da elaboração da convenção era de interesse dos redatores acrescentarem outros parâmetros de proibição de discriminação, incluindo não apenas género, mas também orientação sexual e identidade de género, mas que mesmo não tendo sido incluído, a lista é aberta e não limitada às definições existentes:

Women may still experience discrimination at the hands of law enforcement agencies or the judiciary when reporting an act of gender-based violence. Similarly, gay, lesbian and bisexual victims of domestic violence are often excluded from support services because of their sexual orientation. Certain groups of individuals may also experience discrimination on the basis of their gender identity, which in simple terms means that the gender they identify with is not in conformity with the sex assigned to them at birth. This includes categories of individuals such as transgender or transsexual persons, crossdressers, transvestites and other groups of persons that do not correspond to what society has established as belonging to “male” or “female” categories¹⁵².

O artigo 12.º da Convenção trata das obrigações gerais a serem levadas em consideração pelos Estados-Membros e, de igual forma, foi objeto de explicação pelo Conselho no Relatório, alargando o conceito de proibição da discriminação contida no artigo 4.º, incluindo todos os grupos e indivíduos vulneráveis como migrantes e refugiados e as pessoas LGBTI¹⁵³. No entanto, Johhana Bond refere que a Convenção é de fato um importante instrumento protetivo, mas que peca no modo em que o Comitê

c) «Género» refere-se aos papéis, aos comportamentos, às atividades e aos atributos socialmente construídos que uma determinada sociedade considera serem adequados para mulheres e homens;

d) «Violência de género exercida contra as mulheres» abrange toda a violência dirigida contra a mulher por ser mulher ou que afeta desproporcionalmente as mulheres;

e) «Vítima» é qualquer pessoa singular que seja sujeita aos comportamentos especificados nas alíneas a) e b);

f) «Mulheres» abrange as raparigas com menos de 18 anos de idade.

¹⁵⁰ Cf. artigo 3.º da Convenção, disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis [04.07.19]

¹⁵¹ Cf., Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica/Convenção de Istambul, Livre do Medo, Livre da Violência, s/a, disponível em: <https://rm.coe.int/1680685fcb> [04.07.19]

¹⁵² Cf. Explanatory Report to the Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence, Istanbul, Council of Europe Treaty Series – n.º. 210, 2011, pp. 9-10, disponível em: <https://rm.coe.int/16800d383a> [05.07.19].

¹⁵³ Cf. Explanatory Report to the Council of Europe..., *cit.*, pp. 16-17.

opera questões envolvendo as mulheres lésbicas e transexuais na região subsaariana da África¹⁵⁴.

2.3 Os instrumentos normativos adotados no quadro da Organização dos Estados Americanos

2.3.1. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Convenção Americana foi assinada durante a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos ocorrida em San José, na Costa Rica, em 22 de novembro de 1969¹⁵⁵. Também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é com base na convenção que o sistema interamericano está fundamentado. A convenção dispõe sobre as competências e organização da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ambas vinculadas à Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁵⁶. É vista como um mecanismo de proteção dos direitos humanos fortemente inspirado no modelo europeu, mas com um discurso que contrasta, de forma singular, com a real situação vivenciada pela América Central e pela América do Sul quando se trata da promoção e da proteção dos direitos humanos¹⁵⁷.

Ao reiterar os termos da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem aprovada em 1949, em Bogotá¹⁵⁸, e os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta Convenção busca concretizar o ideal de homem livre, com base em condições que o façam capaz de gozar de todos os seus direitos. Sendo assim, é possível identificar em seu texto um vasto rol de direitos protetivos à vida, à liberdade, à igualdade e à proibição de toda e qualquer forma de discriminação. Entretanto, assim como nas outras convenções aqui referidas, os direitos atinentes às minorias sexuais, identidade de gênero ou diversidade sexual, com exceção à igualdade de direito entre homens e mulheres, não foram abordados expressamente pela Convenção¹⁵⁹. A própria ausência de previsão expressa é confrontada pela Comissão quando refere que “embora a orientação sexual e identidade de gênero não estejam explicitamente mencionadas, tanto a CIDH, como a Corte têm interpretado a Convenção Americana no

¹⁵⁴ Cf. Johanna BOND, “Gender and Non-Normative Sex in Sub-Saharan...”, *op. cit.*, pp. 128.

¹⁵⁵ Cf. Convenção Americana sobre Direitos Humanos, disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm [05.07.19].

¹⁵⁶ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: História...*, *op. cit.*, pp. 81-82.

¹⁵⁷ Cf. Hélio BICUDO, “Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais”, in *Estudos Avançados*, vol. 17, n.º 47, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2003, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000100014> [06.07.19].

¹⁵⁸ Cf. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm [05.07.19].

¹⁵⁹ Cf. Thomas M. ANTKOWIAK e Alejandra GONZA, *American Convention on Human Rights: Essential Rights*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2017, pp. 40-43. Cf., igualmente, Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: Histórias...*, *op. cit.*, pp. 83-84.

sentido de incorporar a orientação sexual e identidade de gênero como uma categoria protegida”¹⁶⁰, de acordo com o previsto no artigo 1.º da Convenção¹⁶¹. Em uma interpretação também mais alargada do seu leque de proteção, a Comissão defende que a Declaração Americana dos Direitos e Deveres de 1948, também deve ser usada a favor das minorias sexuais¹⁶². Isto porque, tanto o preâmbulo, como o artigo 1.º e o artigo 2.º da Declaração afirmam que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção de qualquer natureza. Em seguimento, é possível identificar no texto a previsão de direitos específicos para as mulheres, como é o caso do direito à proteção, cuidados e auxílios especiais para a mulher gestante ou lactante, inseridos no artigo 8.º da Convenção. O artigo 12.º, ao tratar sobre o direito à educação, dispõe sobre a igualdade de oportunidades para todos os casos.

A jurisprudência da Corte Interamericana julgou com o passar dos anos alguns processos envolvendo direitos referentes à orientação sexual e identidade de gênero. Em um número de atuação relativamente menor do que o Tribunal Europeu, a própria Comissão Interamericana destaca três processos importantes: o caso *Atala Riffo y Niñas contra Chile*¹⁶³, o caso *Duque contra Colômbia*¹⁶⁴ e o caso *Flor Freire contra Equador*¹⁶⁵. O primeiro, corresponde à denúncia realizada em 2004 por Karen Atala Riffo contra o Estado do Chile quando da realização do julgamento do pedido de custódia de suas filhas, então revogada em razão de sua orientação sexual¹⁶⁶. De acordo com o Tribunal, a discriminação baseada na orientação sexual da pessoa é proibida pela Convenção em uma interpretação realizada com base na lista meramente ilustrativa do artigo 1, n.º (1). De acordo com as palavras traduzidas pela Comissão Interamericana, a corte afirmou também em sua decisão que:

Embora seja verdade que algumas sociedades são muitas vezes intolerantes à orientação sexual ou identidades de gêneros diversas, os Estados não podem utilizar de tal argumento como justificativa para perpetuar um tratamento discriminatório, pelo contrário, devem enfrentar expressões de intolerância com a finalidade de evitar a exclusão¹⁶⁷.

¹⁶⁰ Cf. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “Avanços e Retrocessos para o Reconhecimento dos Direitos das Pessoas LGBTI nas Américas”, 2019, disponível em: <https://cidhoea.wixsite.com/avances-lgbti/portugues> [08.07.19].

¹⁶¹ Artigo 1. Obrigação de respeitar os direitos: 1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social. 2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

¹⁶² Cf. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “Avanços e Retrocessos...”, *cit.*, p. 26.

¹⁶³ *Caso Atala Riffo y Niñas contra Chile*, Corte Interamericana de Direitos Humanos, disponível em: http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=196&lang=e [09.07.19].

¹⁶⁴ *Caso Duque contra Colômbia*, Corte Interamericana de Direitos Humanos, disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_310_esp.pdf [09.07.19].

¹⁶⁵ *Caso Flor Freire contra Equador*, Corte Interamericana de Direitos Humanos, disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_315_esp.pdf [09.07.19].

¹⁶⁶ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: Histórias...*, *op. cit.*, pp. 85-88.

¹⁶⁷ Cf. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “Avanços e Retrocessos para o Reconhecimento dos Direitos das Pessoas LGBTI nas Américas”, 2019, disponível em: <https://cidhoea.wixsite.com/avances-lgbti/portugues> [08.07.19].

De outro lado, o caso *Duque contra Colômbia* teve sentença prolatada em 26 de fevereiro de 2016 pela Corte. A denúncia consistia em um indeferimento por parte do Estado Colombiano em face de um pedido de pensão por morte realizado por Ángel Alberto Duque diante do falecimento de seu companheiro. O Estado recusou o pedido por se tratarem de um casal composto por pessoas do mesmo sexo. Em seu julgamento, a Corte considerou a negativa como um ato de discriminação por parte da Colômbia, tendo sido o requerente considerado vítima também em razão do conceito estereotipado de família empregado pelo requerido, aliado a outros fatores de vulnerabilidade que afetavam a sua integridade pessoal. Por fim, o caso *Flor Freire contra o Estado do Equador*, refere-se à demissão do exército impetrada contra o requerente com base em má conduta durante o expediente laboral. O exército demitiu o ex-tenente por ter, supostamente, realizado atos sexuais com outro soldado, o que foi negado pelo requerente. A esposa do ex-tenente pediu o divórcio em razão dos fatos e o mesmo passou a viver com os pais e a trabalhar vendendo flores nas ruas, diante da não contratação por terceiros em razão da sua suposta má conduta profissional. Por unanimidade, o Tribunal condenou o Estado do Equador a pagar diversas indenizações ao postulante, bem com a reintegrá-lo ao quadro em que deveria ter alcançado, caso não tivesse sido demitido. Neste mesmo julgado a Corte ratificou o entendimento de que discriminação por percepção também viola a Convenção e merece ser reparada.

2.3.2. Resoluções e Recomendações sobre Direitos LGBTI e Identidade de Gênero

A preocupação da Comissão em elaborar instrumentos normativos que possam garantir o bem-estar das minorias sexuais e reconhecer direitos LGBTI perante os Estados americanos não é tão recente. Ainda em 2008 a Assembleia Geral da OEA já havia discutido a cerca da discriminação sofrida por coletivos sexuais e decidiu emitir a Resolução n.º 2435 (XXXVIII-O/08)¹⁶⁸, reconhecendo que o direito à diversidade sexual integra a vida privada de todo o ser humano, além de reconhecer o direito à livre manifestação da orientação sexual e da identidade de gênero¹⁶⁹. Mais tarde, em 2011, a Assembleia Geral aprovou a Resolução n.º 2653 (XLI-O/11)¹⁷⁰, adotando medidas que buscavam combater qualquer tipo de exclusão realizada em detrimento da orientação sexual e/ou da identidade de gênero. Dentre as medidas, destacam-se a condenação da discriminação e dos atos de violência, incentivando os Estados Americanos a investigar e punir os agressores, garantindo proteção judicial às vítimas e estimulando a

¹⁶⁸ Cf. Resolução n.º 2435 - XXXVIII-O/08, de 03 de junho de 2008, Colômbia, 2008, disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/AG-RES_2435_XXXVIII-O-08.pdf [09.07.19].

¹⁶⁹ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: Histórias...*, op. cit., pp. 82-84.

¹⁷⁰ Cf. Resolução n.º 2653 (XLI-O/11), de 07 de junho de 2011, El Salvador, 2011, disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/AG-RES_2653_XLI-O-11_esp.pdf [09.07.19].

adoção de políticas públicas de prevenção contra a violência e discriminação¹⁷¹. Em novembro de 2017, a Corte Interamericana aprovou a Opinião Consultiva N.º 24, solicitada pelo Estado da Costa Rica¹⁷². A determinação versa sobre as obrigações dos Estados em relação ao direito à identidade de gênero das pessoas transexuais, bem como aos direitos à igualdade e à não-discriminação de casais do mesmo sexo. O documento, ainda que recente, não deixa de ser um marco evolutivo na proteção dos direitos das minorias sexuais. Isto porque, a Corte reconheceu, dentre tantos pontos analisados, que o casamento civil não deve ser exclusivo para casais heterossexuais e ratificou o posicionamento adotado nas decisões anteriores de que toda e qualquer forma de discriminação deve ser vetada pelos Estados Americanos.

Alguns anos atrás, por intermédio de um estudo específico, a Comissão buscou conhecer a realidade das pessoas LGBTI nas Américas, situação em que tomou conhecimento do alarmante número de violência cometidos contra essas pessoas, bem como do preocupante preconceito e discriminação estrutural enraizada nas sociedades. Com o resultado desse estudo em mãos, emitiu uma série de recomendações para os Estados, objetivando alertá-los e persuadi-los a cumprirem com o proposto na convenção interamericana, buscando proteger a integridade física e psicológica das minorias sexuais e promover o reconhecimento de seus direitos. Visto que, mesmo passado alguns anos os problemas identificados permaneceram, a Comissão Interamericana elaborou em 2018 um novo relatório para que pudesse tratar dos avanços, desafios e das novas perspectivas de direitos alcançáveis para as minorias sexuais nos Estados que compõem a organização americana de direitos humanos e afirma:

El nuevo informe contiene directrices para la construcción de una sociedad más justa e incluyente, basada en el respeto a la orientación sexual, identidad de género - real o percibida - y diversidad corporal, tomando como base el reconocimiento de derechos específicos que traducen de forma efectiva la protección integral y la garantía del derecho a la dignidad concretar de las personas LGBTI, para que puedan tener la posibilidad de realizar sus planes de vida con plena autonomía y respeto a su voluntad¹⁷³.

No desenvolvimento do combate a todas as formas de combate à discriminação, a Corte interamericana declarou que o princípio da igualdade constitui um princípio *jus cogens*, obrigando todos os Estados a cumprirem os instrumentos normativos e a promoverem a igualdade e não discriminação¹⁷⁴. Segundo Thomas M. Antkowiak e Alejandra Gonza, as obrigações dos Estados foram ampliadas, “far surpassing the U.S. delegation’s limited intentions during the Convention’s negotiations. The Court broadly

¹⁷¹ Cf. Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: Histórias...*, op. cit., pp. 82-84.

¹⁷² Cf. Opinião Consultiva n.º 24/17, de 24 de novembro de 2017, disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf [09.07.19].

¹⁷³ Cf. Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “Avanços e Retrocessos...”, cit., pp. 9-14.

¹⁷⁴ Cf. Thomas M. ANTKOWIAK e Alejandra GONZA, *American Convention...*, op. cit., p.20. Cf., igualmente, Sandro Gorski SILVA, *Direitos Humanos LGBTI: Histórias...*, op. cit., pp. 83-84.

condemns indirect and private discrimination, and promotes affirmative action programs”¹⁷⁵. Contudo, afirmam os autores, que os padrões de revisão e os padrões de prova para tratamento diferencial permanecem incertos.

2.4 Os instrumentos normativos adotados no quadro da União Africana

2.4.1. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Em seguimento aos níveis regionais de proteção, assim como no sistema europeu e no sistema americano, no continente africano os direitos humanos são também protegidos e promovidos tendo como base um instrumento normativo. Trata-se da Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, adotada em 27 de junho de 1981, pela Assembleia dos Estados Membros da Organização da Unidade Africana, em Nairobi, no Quênia. Por ser o primeiro instrumento que visa a proteção e a promoção dos direitos humanos em África, a Carta de Banjul, nome em que também é conhecida, é uma das normas internacionais mais importantes. No âmbito histórico-antropológico e filosófico é a principal fonte de Direito Internacional dos Direitos Humanos no sistema Africano¹⁷⁶. O anteprojeto da carta foi criado a partir da decisão 115 da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, oriunda da sessão ordinária realizada em Monróvia, nos dias 17 a 20 de julho de 1979. A iniciativa tinha como objetivo elaborar um esboço de uma carta africana que estabelece os instrumentos de luta contra o colonialismo e o racismo¹⁷⁷. Durante a elaboração da carta e sua aprovação, os Estados Partes pertenciam a então Organização da Unidade Africana. Da carta que estruturava a OUA, extrai-se que a sua principal preocupação era proteger o Estado, não o indivíduo, com um enfoque predominante na luta contra o colonialismo, *apartheid* e a independência dos países africanos, sem um destaque para os direitos humanos¹⁷⁸. Após 36 anos de existência e de muitas transformações, a OUA deixa de existir para dar lugar à União Africana, lançada como sucessora em 2002 e composta atualmente por 55 Estados Membros¹⁷⁹. A União Africana traz um alcance maior para seus objetivos, ao passo que inclui a promoção e a proteção dos direitos humanos, além dos objetivos previstos para a OUA, demonstrando um novo enfoque em que os direitos do homem são proeminentes e a boa governação e o Estado de Direito são a base da organização¹⁸⁰.

¹⁷⁵ Cf. Thomas M. ANTKOWIAK e Alejandra GONZA, *American Convention on Human Rights...*, *op. cit.*, p. §20.

¹⁷⁶ Cf. Marcolino MOCO, *Direitos Humanos e seus Mecanismos de Protecção – As particularidades do Sistema Africano*, Lisboa, Almedina, 2010, p. 125.

¹⁷⁷ Cf. Hélio BICUDO, *Defesa dos direitos humanos...*, *op. cit.* [08.03.2019].

¹⁷⁸ Cf. Aua BALDÉ, *O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2017, pp. 18-19.

¹⁷⁹ União Africana, disponível em: <https://au.int/en/overview> [13.07.2019].

¹⁸⁰ Cf. Aua BALDÉ, *O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência...*, *op. cit.*, pp. 20-22.

Em seu preâmbulo, segundo Wladimir Brito, a Carta Africana introduz além das motivações político-ideológicas, um destaque especial à tradição, à arquitetura política do continente e ao conceito de pan-africanismo e autodeterminação dos Estados, mas também se destaca dos outros instrumentos, por oferecer “uma inovadora concepção dos direitos humanos”, deveres do indivíduo e direitos dos povos¹⁸¹. Do compromisso dos Estados em promoverem a Carta Africana, também presente no preâmbulo, consta ainda em suas palavras iniciais a proibição de qualquer forma de discriminação dos seus povos. E de acordo com o texto, as formas de discriminação estão nomeadas e baseiam-se na discriminação sofrida em razão da “raça, etnia, cor, sexo, língua, religião ou opinião política”¹⁸². Entretanto, em que pese a disposição trazida na introdução da Carta, o artigo 2.º dispõe que além das formas citadas, é vedada a discriminação com base em “qualquer outra situação”¹⁸³. O artigo prevê que toda pessoa tem direito ao gozo de seus direitos e liberdades, em tratamento igualitário, ou seja, sem qualquer distinção. Segundo Marcolino Moco, o princípio da não discriminação previsto na Carta possui uma precedência distinta dos demais instrumentos regionais, uma vez que em África, durante a elaboração e aprovação da Carta, combater a discriminação racista ou a discriminação colonista eram uma das maiores prioridades¹⁸⁴. Para Gomes Canotilho, o fundamento da distinção discriminatória que a Carta menciona é o mesmo fundamento para o princípio da igualdade, uma vez que ambos buscam “acentuar a mesma dignidade da pessoa humana de todos os cidadãos e a mesma dignidade social”¹⁸⁵. Gomes Canotilho propõe ainda que a expressão “sem distinção nenhuma” também referida no artigo 2.º, serve para registar o sentido de causalidade, daquele em que ninguém pode ser beneficiado, privilegiado ou prejudicado de qualquer direito “em razão dos pressupostos individualizados” como raça, sexo ou cor, acrescentando ainda que:

A causalidade objectiva deriva não apenas do facto de ser particularmente difícil descobrir os “motivos” (do legislador, da administração) ou a “finalidade” de regulações discriminatórias. Acresce que os pressupostos de discriminação estão arreigados, muitas vezes, em estruturas

¹⁸¹ Cf. Wladimir BRITO, “Preâmbulo”, in Patrícia Jerónimo, Rui Garrido e Maria de Assunção do Vale Pereira (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, Braga, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho (OLDHUM)/Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII), 2018, pp. 15-19, 22-27.

¹⁸² O preâmbulo da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos conta com 11 (onze) parágrafos, sendo que o 9.º prevê: “Conscientes do seu dever de libertar totalmente a África cujos povos continuam a lutar pela sua verdadeira independência e pela sua dignidade, e comprometendo-se a eliminar o colonialismo, o neocolonialismo, o apartheid, o sionismo, as bases militares estrangeiras de agressão e quaisquer formas de discriminação, nomeadamente as que se baseiam na raça, etnia, cor, sexo, língua, religião ou opinião política;” Cf. UNIÃO AFRICANA, *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, disponível em: <http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/> [13.07.19].

¹⁸³ Artigo 2º -Toda a pessoa tem direito ao gozo dos direitos e liberdades reconhecidos e garantidos na presente Carta, sem nenhuma distinção, nomeadamente de raça, de etnia, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

¹⁸⁴ Cf. Marcolino MOCO, *Direitos Humanos e seus Mecanismos de Protecção...*, op. cit., pp. 141-142.

¹⁸⁵ Cf. Joaquim José Gomes CANOTILHO, “Artigo 2.º”, in *Comentário Lusófono...*, op. cit., p. 51.

sociais, económicas e culturais, cujo sentido de “estima” e de “diferenciação” não tem de estar retratado em actos jurídicos (lei, acto administrativo, sentença judicial). De todo o modo, podemos interpretar o enunciado “toda a pessoa tem direito ao gozo e garantia de direitos sem nenhuma distinção” com o sentido de ele proibir (i) qualquer comportamento, actividade ou política objectivamente prejudicial; (ii) desprovido de qualquer racionalidade objectiva ou coerência subjectiva; (iii) referente a pressupostos subjectivamente inalteráveis, (iv) tendo em conta a sua irradiação para a esfera pública (raça, etnia, sexo, religião, língua, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, fortuna, nascimento)¹⁸⁶.

Neste mesmo sentido, Aua Baldé refere que o conceito de discriminação utilizado pelo legislador da carta não está definido, isso porque a formulação apresentada permite incluir outros fatores de exclusão que não estão previstos em lei, tais como a discriminação com base no género, na idade ou na orientação sexual¹⁸⁷. Como exemplo, a autora utiliza a comunicação *Egyptian Initiative for Personal Rights and Interights contra Egito II*¹⁸⁸, em que a Comissão Africana deliberou pelo entendimento de que a discriminação baseada no género encontra guarida no disposto no artigo 2.º da Carta, sendo que a violência contra as mulheres também deve ser caracterizada como um ato discriminatório¹⁸⁹. Outro relevante dispositivo da Carta Africana é artigo 3.º, que dispõe sobre o princípio da igualdade e dispõe que todos são beneficiários de uma total igualdade e de uma igual proteção da lei¹⁹⁰ e que está diretamente relacionado ao princípio da discriminação. Ao prever a igualdade dessa forma, o artigo traz uma inovação em comparação às outras normativas¹⁹¹, e tanto a doutrina como a jurisprudência definem que a aplicação do princípio da igualdade vai além da Carta Africana¹⁹². Para que a igualdade seja de fato consolidada, os instrumentos internos dos Estados Partes também devem dispor sobre o direito à igualdade, obrigando os Estados a respeitarem tanto a Carta, como a legislação nacional. Entretanto, segundo Maria Clara Calheiros, por mais acolhedor que seja, do ponto de vista do património jus civilizacional, o princípio e a tutela da igualdade pretendida pela Carta Africana mostra-se como insuficiente para garantir, de facto, a igualdade perante os grupos que são constantemente vítimas de discriminação, como é o caso das mulheres no continente africano¹⁹³.

No conteúdo da Carta Africana podemos destacar ainda o artigo 28.º como um importante

¹⁸⁶ Cf. Joaquim José Gomes CANOTILHO, “Artigo 2.º...” *op. cit.*, pp. 51-53.

¹⁸⁷ Cf. Aua BALDÉ, *O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência...*, *op. cit.*, pp. 83-84.

¹⁸⁸ Cf. Comunicação n.º 323/06, 10ª Sessão Extraordinária, 12-16 de dezembro de 2011, disponível em: <http://www.achpr.org/pt/communications/decisions/?o=845&q=323> [13.07.2019].

¹⁸⁹ Cf. Aua BALDÉ, *O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência...*, *op. cit.*, p. 86.

¹⁹⁰ Cf. artigo 3.º, Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos, disponível em: <http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/> [13.07.19].

¹⁹¹ Cf. Marcolino MOCO, *Direitos Humanos e seus Mecanismos de Protecção...*, *op. cit.*, p. 143.

¹⁹² Cf. Aua BALDÉ, *O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência...*, *op. cit.*, pp. 87-88.

¹⁹³ Cf. Maria Clara CALHEIROS, “Artigo 3.º”, *in Comentário Lusófono...*, *op. cit.*, pp. 56-57.

instrumento que consagra o direito de respeitar as diferenças e de promover a integração¹⁹⁴. O referido artigo pertence ao quadro de deveres do Estado para com os povos e indivíduos e reforça igualmente o princípio da não discriminação¹⁹⁵. Segundo Rui Garrido, o dever de não discriminação constitui um dever geral e que consiste no ato de fomentar o respeito, a tolerância e boas relações entre os indivíduos, justamente na sociedade africana que é caracterizada pela multiculturalidade linguística, étnica e também religiosa¹⁹⁶. Entretanto, esta tolerância buscada pelo artigo não está em conformidade com a realidade das minorias sexuais em África. Em muitos países africanos a discriminação, o preconceito e ainda a criminalização de práticas homossexuais permanecem comuns até os dias de hoje, como no próprio Uganda, objeto de investigação nesse estudo.

Até o momento em que o Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos foi estabelecido, a Comissão era o único órgão capaz de investigar as violações de direitos contidas na Carta Africana. O Tribunal Africano e a Comissão são os organismos responsáveis pela implementação da Carta e possuem determinada autoridade para receber as denúncias de violações de direitos humanos consagrados no texto da Carta e de invocar ações corretivas para sua garantia e proteção¹⁹⁷. Segundo Sibongile Ndashe, não há nenhuma previsão na Carta Africana que impeça qualquer indivíduo de gozar os direitos previstos, até porque sua redação impõe a igualdade e a não discriminação de forma ampla ao utilizar a expressão “outros status”, sendo que aceitar a existência de proteção indiscriminada para todas as pessoas e grupos exige envolvimento com aqueles que são encarregados de empregar conteúdo à carta e de permitirem a realização dos direitos previstos¹⁹⁸.

2.4.2. As Resoluções sobre Orientação Sexual e Identidade de Género

Como propõe Sibongile Ndashe, até o ano de 2010 a União Africana não havia assumido qualquer posição aberta sobre orientação sexual, descontentando alguns governos e colocando em dúvida a opinião de muitas ativistas por medo do consenso adotado¹⁹⁹. Até então, a única oportunidade da Comissão Africana em manifestar-se sobre o tema em um caso de discriminação ocorrida em razão da orientação sexual não ocorreu a tempo, pois foi retirada pelo próprio queixoso antes que pudesse ser

¹⁹⁴ Artigo 28.º - Cada indivíduo tem o dever de respeitar e de considerar os seus semelhantes sem nenhuma discriminação e de manter com eles relações que permitam promover, salvaguardar e reforçar o respeito e a tolerância recíprocos.

¹⁹⁵ Cf. Aua BALDÉ, *O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência...*, op. cit., p. 149.

¹⁹⁶ Cf. Rui GARRIDO, “Artigo 28.º”, in *Comentário Lusófono...*, op. cit., p. 311.

¹⁹⁷ Cf. Claude NDEMEYE, “The right to sexual orientation in the African context: the obligations of States Party under the African Charter on Human and Peoples’ Rights”, in *Reflections on Sexuality and Equality in Africa*, vol. 1, Johannesburg, AMSHeR, 2015, pp. 9-10.

¹⁹⁸ Cf. Sibongile NDASHE, “The battle for the recognition of LGBTI rights...”, op. cit., pp. 4-5.

¹⁹⁹ Cf. Sibongile NDASHE, “The battle for the recognition of LGBTI rights...”, op. cit., pp. 5-6.

analisada²⁰⁰. Tratava-se de uma reclamação formulada por um homem gay do Zimbabué, país que condena relações homossexuais entre pessoas do mesmo sexo e que naquela altura, a denúncia foi seguida de duras declarações do Presidente e do Ministro da República²⁰¹. Após o ocorrido, diante da realização de um Fórum de Organizações Não Governamentais de Direitos Humanos do Zimbabué, em resposta à queixa apresentada na altura, a Comissão Africana apresentou a Comunicação n.º 245/02, declarando que o princípio da não discriminação previsto no artigo 2.º da Carta Africana deve ser empregado igualmente em razão da orientação sexual:

Together, with equality before the law and equal protection of the law, the principle of nondiscrimination provided under Article 2 of the Charter provides the foundation for the enjoyment of all human rights (...) The aim of this principle is to ensure equality of treatment for individuals, irrespective of nationality, sex, racial or ethnic origin, political opinion, religion or belief, disability, age or sexual orientation²⁰².

A Comunicação também define discriminação como qualquer distinção, restrição ou exclusão realizada com base no sexo, na cor, na raça e que anule ou prejudique o reconhecimento de algum direito²⁰³. No entanto, foi somente em 2014 que a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, objetivando de facto proteger as minorias sexuais no continente, adotou uma resolução sobre orientação sexual e identidade de género²⁰⁴. A Resolução ACHPR/RES/275 relembra os princípios da não discriminação e da igualdade no tratamento e em proteção da lei, dispostos nos artigos 2.º e 3.º da Carta Africana e manifesta sua preocupação com o alarmante número de perseguição e violência em diversas partes do continente, resultado da orientação sexual e da identidade de género dos indivíduos enquanto divergente dos padrões heteronormativos²⁰⁵. O texto da resolução relembra as formas de ataques e violência sofridas pela comunidade LGBTI que inclui estupro "corretivo", agressões físicas, tortura, assassinato, detenções arbitrárias, dentre outras retaliações, todos com base na orientação sexual e na

²⁰⁰ Cf. Bronwen MANBY, "Civil and Political Rights in the African Charter on Human and Peoples' Rights: Articles 1–7" in Malcolm Evans e Rachel Murray (eds.), *The African Charter on Human and Peoples' Rights*, 2.ª ed., Nova Iorque, Cambridge University Press, 2008, p.184.

²⁰¹ Cf. Claude NDEMEYE, "The right to sexual orientation in the African context...", *op. cit.*, p. 12.

²⁰² Cf. Communication 245/02, de 15 de maio de 2016, disponível em: https://www.achpr.org/public/Document/file/English/achpr39_245_02_eng.pdf [15.08.19]. Cf., igualmente, Claude NDEMEYE, "The right to sexual orientation in the African context...", *op. cit.*, pp. 12-13.

²⁰³ Cf. Communication 245/02, de 15 de maio de 2016, disponível em: https://www.achpr.org/public/Document/file/English/achpr39_245_02_eng.pdf [15.08.19]. Para uma leitura complementar, cf. Claude NDEMEYE, "The right to sexual orientation in the African context...", *op. cit.*, pp.12-13.

²⁰⁴ Cf. ILGA, *Sexual Orientation, Gender Identity and Expression, and Sex Characteristics at the Universal Periodic Review*, 2016, p. 70, disponível em: https://ilga.org/downloads/SOGIESC_at_UPR_report.pdf [01.08.2019].

²⁰⁵ A resolução ACHPR/RES/275 de 2014 não está acessível para consulta imediata no sítio da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, mas pode ser consultada no sítio das Nações Unidas como anexo do documento "*ENDING VIOLENCE and other human rights violations based on sexual orientation and gender identity*" disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/Endingviolence_ACHPR_IACHR_UN_SOGI_dialogue_EN.pdf [15.08.19].

identidade de gênero, amplamente condenados pela Comissão Africana que ainda determinou:

Calls on State Parties to ensure that human rights defenders work in an enabling environment that is free of stigma, reprisals or criminal prosecution as a result of their human rights protection activities, including the rights of sexual minorities; and Strongly urges States to end all acts of violence and abuse, whether committed by State or non-state actors, including by enacting and effectively applying appropriate laws prohibiting and punishing all forms of violence including those targeting persons on the basis of their imputed or real sexual orientation or gender identities, ensuring proper investigation and diligent prosecution of perpetrators, and establishing judicial procedures responsive to the needs of victims²⁰⁶.

Assim como identificado nos outros sistemas regionais, as resoluções servem para ratificar um determinado posicionamento ou esclarecer de forma mais abrangente a limitação e a aplicabilidade de outro dispositivo maior. O cumprimento dessa Resolução específica, no entanto, não reflete a realidade das nações africanas, como será visto no capítulo a seguir.

²⁰⁶ Cf. OHCHR, “Annex 3: Resolution 275: Resolution on Protection against Violence and other Human Rights Violations against Persons on the basis of their real or imputed Sexual Orientation or Gender Identity”, in *Ending Violence and other human rights violations based on sexual orientation and gender identity*, 2016, pp. 27-28, disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/Endingviolence_ACHPR_IACHR_UN_SOGI_dialogue_EN.pdf [15.08.19].

CAPÍTULO II - IDENTIDADE DE GÉNERO E MINORIAS SEXUAIS NO CONTINENTE AFRICANO

Neste segundo capítulo, abordaremos de forma específica as relações entre pessoas do mesmo sexo e a diversidade de género em África. Ao examinar de maneira histórica e social, tentaremos demonstrar por intermédio de diversos autores e organizações internacionais o modo como as minorias sexuais são vistas e tratadas pelo Estado e pela própria sociedade de maneira geral. A África corresponde a um dos maiores continentes e sua história é fortemente marcada pela colonização europeia, que trouxe consigo suas práticas e leis então em vigor. Com o passar das décadas e com a independência, os países africanos seguiram seu próprio curso, entretanto nem todos abandonaram as leis e as práticas deixadas pelos colonizadores. Com a introdução social dos discursos de género, identidade e orientação sexual, muitos foram os países que abrandaram nas leis e descriminalizaram as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, mesmo com o avançar social, nem todos os Estados caminharam na mesma evolução legislativa, judicial e social. Em muito países do continente africano, as minorias sexuais são levadas ao isolamento, ao cárcere, à invisibilidade, à marginalidade e até mesmo à morte pela homofobia, ocasionada por ser um crime de ódio ou por intermédio do próprio Estado e de suas condenações. Neste sentido, avaliaremos a forma como a discriminação e a homofobia de Estado vem se desenvolvendo no continente em diversos países, ao analisar o crescimento da discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género que ocorre em uma parcela considerável dos países africanos. Buscaremos, assim, identificar os fatores que impulsionam as práticas discriminatórias estatais e sociais e a manutenção das leis que condenam os atos homossexuais.

A partir de tantas violações de direitos humanos, procuraremos identificar os argumentos utilizados em nome das tradições jurídicas africanas como respostas aos ataques, perseguições, retrocessos legislativos e jurídicos. Além de realizar um traço do preconceito e da discriminação que a comunidade LGBTI sofre em África, também observaremos países africanos que são marcados pelo avanço social e legislativo no que tange aos direitos das minorias sexuais. Um grande exemplo é a África do Sul, um dos países pioneiros em reconhecer a união de fato e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Passando à frente de muitos países tidos como desenvolvidos, o país legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2006, sendo o primeiro país do continente africano e o quinto no mundo a legalizar a união civil. De outro lado, a Nigéria e o Sudão, ambas ex-colônias britânicas assim como a África do Sul, mantêm duras condenações, incluído a própria pena de morte para as minorias sexuais em razão da prática de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

1. Homossexualidade, transexualidade e direitos sexuais em África: Enquadramento histórico

Na década de 1890, em um período caracterizado pelos deslocamentos violentos de sul-africanos por rebeldes e pelas conquistas de terras realizadas com base em lutas, um dos líderes daqueles movimentos, chamado pelos homens brancos de *King of Nineveh*, ordenou que suas tropas se abstivessem de todo e qualquer contacto físico com as mulheres²⁰⁷. Em contrapartida, os homens mais velhos dentro do regimento, deveriam iniciar os homens mais jovens e mantê-los como suas esposas²⁰⁸. A doutrina afirma que as relações homossexuais não eram, entretanto, resultado do ambiente prisional ou das ordens de algum líder político em específico, tendo sempre existido relações entre os líderes homens e mulheres, mas também entre os líderes homens, suas esposas e os rapazes para fins sexuais:

The sex ratio was very skewed in all of these, and there was great concern about contracting venereal disease from such few women as there were. The homosexual relations were not, however, a result of the prison environment. [As] elsewhere in the world, the sprouting of a beard indicated that a boy had become a man and was no longer a sex object for other men, but was now a competitor, for boys²⁰⁹.

Em África, há registos de casamentos entre homens jovens, como citado pelos historiadores na relação entre Korongo londo e Mesakin tubele e até mesmo de casos de relacionamentos entre homens mais idosos que acreditavam nos benefícios médicos das relações sexuais, sem sentirem vergonha ou incompreensão dos seus relacionamentos²¹⁰. Refere Marc Epprecht que os homens africanos sempre tiveram relações sexuais com outros homens, ao que afirma:

They do so in a variety of ways, including anally, between the thighs, and by mouth or hand. They do it for money, for love, or when drunk. They identify as gay, straight, he, she, or some other persona. They do it by rape, out of curiosity, out of shyness or fear of women, and for many other reasons. They do it in their bedrooms, in hotels, prisons, dormitories, nightclubs, cars, in the bushes, and elsewhere. Sometimes they feel ashamed or embarrassed by such behavior, and sometimes they feel just fine²¹¹.

Apesar de mais antigas, as relações entre homens não eram as únicas existentes no continente africano mesmo antes das colonizações. Segundo Marc Epprecht, as mulheres africanas

²⁰⁷ Cf. Stephen O. MURRAY, *Homosexualities*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 2000, pp. 163-164.

²⁰⁸ Cf. Charles van ONSELEN, *The Small Matter of a Horse: The Life of "Nongoloza" Mathebula: 1867-1948*, Johannesburg, Ravan, 1984, p. 15.

²⁰⁹ Cf. Stephen O. MURRAY, *Homosexualities...*, *op. cit.*, pp. 164-166, interpolação nossa.

²¹⁰ Cf. Stephen O. MURRAY, *Homosexualities...*, *op. cit.*, pp. 195-196.

²¹¹ Cf. Marc EPPRECHT, *Heterosexual Africa? The History of an Idea from the Age of Exploration to the Age of AIDS*, Ohio, Ohio University Press, 2008, p. 6.

também sempre se relacionaram sexualmente com outras mulheres, ainda que, segundo o autor, “they did not, and still for the most part do not, identify this as lesbian behavior or even as sex”²¹². Na região do Quênia, por exemplo, por muito tempo, atribuiu-se um conceito de terceiro sexo ou terceiro gênero às mulheres homossexuais. Ao descrever os estudos de gênero em África, Oyèrónké Oyěwùmí critica a perspectiva ocidental dominante segundo a qual o conceito de gênero seria ahistórico (*transhistorical*) e essencialista, argumentando que, além de ser socialmente construído, o gênero é também histórico²¹³. Os estudos e pesquisas históricas e antropológicas realizados no continente africano demonstram que diferentes culturas não só reconheciam, como também aceitavam os indivíduos que se autoidentificavam com um gênero diverso daquele que lhes era reconhecido pela sociedade²¹⁴. Stephen O. Murray relata que distinções muito claras de *status* caracterizavam os relacionamentos *msagaji*, com a mulher dominante geralmente sendo mais velha e mais rica²¹⁵. O relacionamento e o próprio casamento entre mulheres mostram-se como um tema conhecido pelos antropólogos, entretanto, a doutrina afirma que este tema ainda é obscuro e pouco conhecido fora do continente africano²¹⁶. Nos estudos realizados sobre as famílias, o assunto ainda é abordado com base em uma fixação histórica nas famílias ocidentais como se fossem um ideal universal. Como propõem Wairimu Ngaruiya Njambi e William E. O’Brien, “this normative presumption of nuclearity makes it very difficult for particular non-western family forms, such as the woman–woman marriages [to] be evaluated as anything but bizarre novelties”²¹⁷. Os autores afirmam ainda que são poucos e um tanto quanto datados os estudos de mulheres que se casam com outras mulheres em África, razão pela qual desenvolveram um estudo baseado em entrevistas realizadas no Quênia com mulheres de *Gikuyu* envolvidas em casamentos entre mulheres e destacam:

Most authors have perceived narrow conditions and functionalist purposes for explaining woman–woman marriages. Our interviewees typically express complex reasons for marrying women, suggesting that woman–woman marriage is a flexible option within which women may pursue a range of social, economic, political, and personal interests. We also critique the concept of “female husband,” suggesting that while the “husband” role can be male or female, the term is not so easily separated from the male connotations it implies in western contexts²¹⁸.

²¹² Cf. Marc EPPRECHT, *Heterosexual Africa? The History of...*, *op. cit.*, p. §6.

²¹³ Cf. Oyèrónké OYĒWÙMÍ, “Gendering”, in Oyèrónké Oyěwùmí (ed.), *Gender Epistemologies in Africa: Gendering Traditions, Spaces, Social Institutions, and Identities*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2011, pp. 1-2.

²¹⁴ Cf. Oyèrónké OYĒWÙMÍ, “Gendering”, in *Gender Epistemologies...*, *op. cit.*, pp. 1-7.

²¹⁵ Cf. Stephen O. MURRAY, *Homosexualities...*, *op. cit.*, pp. 249-250 e, para uma comparação entre as várias regiões do continente e o papel das mulheres nas relações entre pessoas do mesmo sexo, pp. 250-254.

²¹⁶ Cf. Wairimu Ngaruiya NJAMBI e William E. O’BRIEN, “Woman–Woman Marriages and Family Definitions”, in Oyèrónké Oyěwùmí (ed.), *African Gender Studies: A Reader*, Nova Iorque e Hampshire, Palgrave Macmillan, 2005, pp. 147-148.

²¹⁷ Cf. Wairimu Ngaruiya NJAMBI e William E. O’BRIEN, “Woman–Woman Marriages...”, *op. cit.*, pp. 147-148, interpolação nossa.

²¹⁸ Cf. Wairimu Ngaruiya NJAMBI e William E. O’BRIEN, “Woman–Woman Marriages...”, *op. cit.*, p.145.

Ao contrário do que alguns acadêmicos e líderes políticos descrevem, Marc Epprecht argumenta que as relações lésbicas não diminuíram o alto valor associado ao casamento e à reprodução heterossexual, mas sim, diante de escassez econômica e altos níveis de ausência masculina e irresponsabilidade sexual, serviram para reforçar as formas tradicionais de casamento heterossexual, permitindo que as mulheres evitassem complicações com os homens²¹⁹. Ainda complementa o autor a respeito de uma cultura africana específica e suas características com a diversidade sexual e com os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo:

Indeed, while forms of heterosexual marriage with a gendered hierarchy of power are widely held up as ideals in Lesotho, as throughout Africa south of the Sahara, same-sex sexuality is also alluded to fairly widely. It is substantively documented in scores of scholarly books, articles, and dissertations in a wide range of academic disciplines, in unpublished archival documents such as court records and commissions of enquiry, in art, literature, and film, and in oral history from all over the continent²²⁰.

As relações entre pessoas do mesmo sexo foram reconhecidas e amplamente aludidas em várias partes do continente africano. Em determinados países a diversidade de práticas sexuais e de orientação sexual não é só aceita, como também investigada, conhecida e tratada com naturalidade, indiferente do período histórico. O que desqualifica um dos principais argumentos contrários à homossexualidade em África, de que é um fenómeno ocidental e não pertencente à cultura do continente²²¹. Estudos antropológicos comprovam que as práticas homossexuais já existiam antes das colonizações europeias e árabes²²². Segundo Rui Garrido, esta “tese de que a homossexualidade em África ameaça os valores culturais africanos, que é uma ameaça estrangeira (unAfrican), imoral e inaceitável” já foi desvalidada pela doutrina, em que diversos autores e estudos apontam justamente para a existência das práticas homossexuais antes e durante o período colonial²²³. Além disso, defender o posicionamento de que a homossexualidade foi trazida pelos colonizadores e de que não pertence à cultura africana, enseja na ideia equivocada de uma cultura africana como uma unidade homogênea e na ideia também errada de que a tanto a homofobia como a intolerância “são comportamentos

²¹⁹ Cf. Marc EPPRECHT, *Heterosexual Africa? The History of ...*, *op. cit.*, pp. 7-8.

²²⁰ Cf. Marc EPPRECHT, *Heterosexual Africa? The History of ...*, *op. cit.*, pp. 7-8.

²²¹ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, *op. cit.*, pp. 254-255. Cf., igualmente, Sylvie NAMWASE, “Culture versus homosexuality...”, *op. cit.*, p. 52; Cf., também, Phillip M. AYOUB, *When States Come Out Europe’s...*, *op. cit.*, pp. 213-217. Para uma outra leitura complementar, cf. Gustavo Gomes da Costa SANTOS, “Cidadania e direitos sexuais na África do Sul: reflexões sobre o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo”, in *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 15, n.º 2, 2012, p.320 e p.325, disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/22400> [22.08.2019].

²²² Cf. Marc EPPRECHT, “Understanding homophobia in Africa...”, *op. cit.*, pp. 10-14.

²²³ Cf. Marc EPPRECHT, “Understanding homophobia in Africa...”, *op. cit.*, pp. 10-14.

²²³ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014*, *op. cit.*, p. 256.

endêmicos e socialmente aceites em África”²²⁴.

Como propõe Sylvie Namwase, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo sempre existiram na África pré-colonial, sendo “não africano” apenas a atitude homofóbica introduzida com as leis coloniais que criminalizam a homossexualidade²²⁵. O que faz sentido quando avaliamos que o comportamento dos atuais líderes africanos reflete, historicamente, questões comportamentais herdadas dos colonizadores. Tanto a repressão, o controlo, a designação do que era considerado certo ou errado, além da existência de leis duras que regulamentavam as relações, foram incorporadas pelos estados colonizados. Neste sentido, Stella Nyanzi destaca que a sexualidade dos africanos, ao longo dos anos, tem sido o foco de diversos regimes repressivos, sendo marcada na era pré-colonial pelas duras hegemonias patriarcais e na era colonial eram vistas como objeto de controlo do colonizador²²⁶.

A existência das leis que condenam e criminalizam as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo são o resultado da herança colonial deixada em África pelos europeus. Patrícia Jerónimo nos lembra que os costumes são as principais fontes dos Direitos africanos, mas que, com o passar dos anos, também foram transformados por intermédio da colonização europeia, do Cristianismo e do Islamismo²²⁷. Este legado colonial reflete a visão do colonizador que buscava controlar uma sociedade que, no seu entendimento, era moralmente impura e suja²²⁸. No entanto, quando o colonizador trouxe consigo uma legislação que proíbe tais atos, o combate à homossexualidade foi introduzido nas sociedades africanas, introduzindo também o elemento conhecido como “homofobia de Estado”, até então desconhecido²²⁹. Isto porque, anterior à legislação, as relações sexuais não eram controladas pelo Estado.

Se dentre os projetos de civilização adotados pelo colonizador os africanos eram vistos como primitivos e crus, os discursos coloniais pretendiam melhorar, controlar e civilizar a sexualidade africana²³⁰. Gustavo Gomes da Costa Santos e Mathew Waites esclarecem que a criminalização colonial de atos praticados entre pessoas do mesmo sexo teve início com a promulgação do Código Penal Indiano de 1860, que precedeu ao *Offences Against the Person Act*, de 1961, na lei da Inglaterra, recodificando as ofensas e definindo o que seriam relações sexuais consideradas como ofensas não naturais (*unnatural*

²²⁴ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, op. cit., p. §256.

²²⁵ Cf. Sylvie NAMWASE, “Culture versus homosexuality: Can a right ‘from’ culture...”, op. cit., p. 52.

²²⁶ Cf. Stella NYANZI, “Unpacking the [govern]mentality of African Sexualities”, in Sylvia Tamale (ed.), *African Sexualities: A Reader*, Nairobi e Oxford, Pambazuka Press, 2011, p. 489.

²²⁷ Cf. Patrícia JERÓNIMO, *Lições de Direito Comparado*, Braga, ELSA-UMinho, 2015, pp. 155-157.

²²⁸ Cf. Human Rights Watch, *This Alien Legacy. The Origins of “Sodomy” Laws in Britain Colonialism*, 2008, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2008/12/17/alien-legacy/origins-sodomy-laws-british-colonialism> [21/08/2019].

²²⁹ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, op. cit., pp. 254-255.

²³⁰ Cf. Stella NYANZI, “Unpacking the [govern]mentality of African Sexualities” in *African Sexualities: A Reader*, Sylvia Tamale (ed.), Nairobi e Oxford, Pambazuka Press, 2011, p. 489.

offences):

To this day, section 377 of the Indian Penal Code criminalises 'Unnatural offences', defined as 'carnal intercourse against the order of nature with any man, woman or animal' – explained to mean 'penetration', with sentences including life imprisonment (notwithstanding a selective 'reading down' by India's Supreme Court to decriminalise adult consensual acts, in 2018). This offence was gradually extended across British Empire territories. The creation of the 'gross indecency' offence in the United Kingdom's Criminal Law Amendment Act 1885 clarified prohibition of all sexual activity between men, and hence later colonial laws contained wider provisions²³¹.

Grande parte das colônias africanas absorveram os códigos sociais rigorosos que marcavam a Europa vitoriana e que incluíam severas leis contra a homossexualidade, mesmo aqueles territórios que presenciavam a homossexualidade antes da colonização²³². A maioria dos códigos penais das colônias britânicas manteve a criminalização da homossexualidade²³³. No entanto, outros colonizadores também deixaram sua herança legislativa para as colônias que, mesmo após a independência, mantiveram as *sodomy laws* em seu ordenamento jurídico. É o caso de Moçambique, por exemplo, ex-colônia de Portugal que manteve as leis penais portuguesas até 2014, quando promulgou um novo Código Penal para o País e descriminalizou a homossexualidade um ano depois, em 2015²³⁴. Portugal, no entanto, manteve a criminalização dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo até o ano de 1821.

A busca pela imposição da autoridade moral de uma missão civilizadora também foi uma característica presente na colonização francesa. As ex-colônias também assumiram os textos legislativos de uma França que condenava a homossexualidade, roubos e crimes de assassinato por intermédio de uma mesma lei²³⁵. O Senegal serve de exemplo de um país que assumiu as leis coloniais e condena as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo até os dias de hoje. O artigo 319, n.º (3) do Código Penal

²³¹ Cf. Gustavo Gomes da Costa SANTOS e Matthew WAITES, "Comparative colonialisms for queer analysis: comparing British and Portuguese colonial legacies for same-sex sexualities and gender diversity in Africa – setting a transnational research agenda", in *International Review of Sociology*, vol. 29, 2019, p. 311, disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03906701.2019.1641277> [30.08.2019].

²³² Cf. reportagem intitulada "From colonialism to 'kill the gays': The surprisingly recent roots of homophobia in Africa", edição de 27 de junho de 2013, *The Washington Post*, disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/06/27/from-colonialism-to-kill-the-gays-the-surprisingly-recent-roots-of-homophobia-in-africa/> [20.09.2019].

²³³ Cf. Robert ALDRICH, *Colonials and homosexuality*, Londres, Routledge, 2003, p. 100.

²³⁴ Cf. Gustavo Gomes da Costa SANTOS e Matthew WAITES, "Comparative colonialisms for queer analysis...", *op. cit.*, p. 304.

²³⁵ Cf. Babacar M'BAYE, "The Origins of Senegalese Homophobia: Discourses on Homosexuals and Transgender People in Colonial and Postcolonial Senegal", in *African Studies Review*, vol. 56, n.º 2, 2013, p. 118, disponível em: <https://doi.org/10.1017/asr.2013.44> [20.09.2019].

prevê a condenação por atos “não naturais” com penas de prisão e multa²³⁶. Contudo, assim como a maioria das ex-colônias, as relações homossexuais já integravam o cotidiano do Senegal, sendo novamente a homofobia uma imposição colonial também para aquele território²³⁷. Mesmo após o colonizador ter deixado de lado as *sodomy laws*, os líderes políticos e religiosos em África “learned that they could score easy points by condemning homosexuality, which was already widely unpopular”²³⁸. Segundo noticiado, esse hábito de buscar condenar ainda mais a homossexualidade, fez com que políticos “divert from more pressing issues”²³⁹.

Tanto a sexualidade diversa como a multiplicidade de gêneros em África já foram abordadas pelo cinema e pela literatura²⁴⁰, mas o preconceito e a discriminação que as minorias sexuais sofrem no continente ainda são desconhecidos por muitos ao redor do mundo.

2. As tradições jurídicas africanas e a compatibilidade com os direitos humanos

As ordens jurídicas estaduais, quando agrupadas em tradições jurídicas, podem ser reunidas em função de características fundamentais, sejam elas de natureza técnico-jurídica ou de natureza cultural ou ideológica²⁴¹. As tradições jurídicas africanas caracterizam-se pela importância assumida pelo costume como fonte de Direito, sendo que, atualmente, as ordens jurídicas dos Estados africanos combinam costumes, legislação de tipo romano-germânico e normas resultantes de compromissos internacionais, nomeadamente em matéria de direitos humanos. O sistema africano de proteção dos direitos humanos tem por base a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, ratificada por todos os membros da União Africana, com exceção do Sudão do Sul e do Marrocos. Os Estados africanos, quando signatários da Carta, são obrigados a cumprir não somente seus preceitos, o que também é feito por intermédio do trabalho desenvolvido pela Comissão Africana, mas também os preceitos da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, há uma grande contradição

²³⁶ Cf. Human Rights Watch, *Senegal: Law Promotes Violence Against Homosexuals*, 2010, disponível em: <https://www.hrw.org/news/2010/11/30/senegal-law-promotes-violence-against-homosexuals> [20.09.2019] (aspas no original).

²³⁷ Cf. Babacar M'BAYE, “The Origins of Senegalese Homophobia: Discourses on Homosexuals...”, *op. cit.*, pp. 123-124.

²³⁸ Cf. reportagem intitulada “From colonialism to ‘kill the gays’: The surprisingly recent roots of homophobia in Africa”, edição de 27 de junho de 2013, *The Washington Post*, disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/06/27/from-colonialism-to-kill-the-gays-the-surprisingly-recent-roots-of-homophobia-in-africa/> [20.09.2019].

²³⁹ Cf. reportagem intitulada “From colonialism to ‘kill the gays’: The surprisingly recent roots of homophobia in Africa”, edição de 27 de junho de 2013, *The Washington Post*, disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/06/27/from-colonialism-to-kill-the-gays-the-surprisingly-recent-roots-of-homophobia-in-africa/> [20.09.2019].

²⁴⁰ Para uma leitura complementar, cf. Flora VEIT-WILD e Dirk NAGUSCHEWSKI (eds.), *Body, Sexuality, and Gender: Versions and Subversions in African Literatures 1*, Amsterdão e Nova Iorque, Rodopi, 2005.

²⁴¹ Cf. Patrícia JERÔNIMO, *Lições de Direito Comparado...*, *op. cit.*, pp. 155-156.

entre os compromissos assumidos pelas nações africanas nos temas envolvendo direitos humanos e o modo em que as minorias sexuais seguem sendo tratadas no continente²⁴². De acordo com Claude Ndemeye, ainda que ausente de forma explícita na Carta Africana, o direito à livre orientação sexual está reconhecido em leis e em princípios legais garantidos na maior parte das Constituições estaduais, além de estar guarnecidos nos tratados internacionais sobre direitos humanos e que foram ratificados em nível regional e estadual²⁴³. A ausência de previsão na Carta obrigou a Comissão Africana a firmar o posicionamento de que a igualdade de tratamento independe da orientação sexual ou do gênero²⁴⁴. O que demonstra a preocupação da Comissão e o compromisso assumido em lutar pela defesa desses direitos. No entanto, por mais que as minorias sexuais e a identidade de gênero estejam relacionadas com a proteção dos direitos humanos, é recente a inclusão do tema nas pautas da Comissão Africana. Em 2011, durante a sua 50.^a Sessão Ordinária, a Comissão adotou os *Principles and Guidelines on the Implementation of Economic, Social and Cultural Rights in the African Charter*, também conhecidos como os Princípios de Nairobi e clarificam os fatores de proibição da discriminação e quais são os grupos vulneráveis²⁴⁵. Os princípios de Nairobi são extremamente relevantes por definirem quais são os fatores de proibição de discriminação e quais são os grupos desfavorecidos, ao que inclui a população LGBTI, quando refere:

Prohibited grounds of discrimination include but are not limited to race, ethnic group, colour, sex, gender, sexual orientation, language, religion, political or any other opinion, national and social origin, economic status, birth, disability, age or other status²⁴⁶.

Os princípios referem de forma ampla, ao contrário de outros instrumentos africanos, quem são os grupos considerados como vulneráveis e desfavorecidos, ao que inclui “lesbian, gay, bisexual, transgendered and intersex people”, dentre outros. E por fim, traz em seu texto que as minorias sexuais integram os grupos que merecem proteção e que são vítimas de assédio e discriminação no local de trabalho, ao que afirma:

²⁴² Cf. Paavo KOTIAHO, *A Study of the Normative Foundations for the De-Criminalisation of Homosexuality Through the African Human Rights System*, University of Helsinki, 2012, p. 8, disponível em: <https://helsinki.academia.edu/PaavoKotiahoh> [12.05.19].

²⁴³ Cf. Claude NDEMEYE, “The right to sexual orientation in the African context: the obligations of States Party under the African Charter on Human and Peoples’ Rights”, in *Reflections on Sexuality and Equality in Africa*, vol. 1, Johannesburg, AMSHeR, 2015, pp. 9-10, disponível em: <https://www.amsher.org/wp-content/uploads/2016/04/Refelctions-on-Sexuality-and-Equility-In-Africa-Volume1.pdf> [15.09.2019].

²⁴⁴ Cf. European Parliament, *LGBTI in Africa: Widespread discrimination against people with non-conforming sexual orientations and gender identities*, 2019, pp. 7-8, disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/637949/EPRS_BRI\(2019\)637949_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/637949/EPRS_BRI(2019)637949_EN.pdf) [27.08.2019].

²⁴⁵ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, op. cit., pp. 257-258.

²⁴⁶ Cf. African Union, *Principles and Guidelines on the Implementation of Economic, Social and Cultural Rights in the African Charter*, 2011, disponível em: <https://archives.au.int/handle/123456789/2063> [02.09.2019].

Enact and enforce laws and introduce implementing measures, including means of redress and access to justice in cases of noncompliance, against workplace harassment. Harassment may amount to discrimination on account of race, colour, religion, national origin, age, sex/gender, sexual orientation, disability, or other status. While all types of harassment ought to be prohibited, sexual harassment requires particular attention. The experience of sexual harassment is an affront to a worker's dignity and prevents in particular women from making a contribution commensurate with their abilities²⁴⁷.

Em sequência, no ano de 2014, a Comissão Africana levantou sua voz contra a proibição da promoção dos direitos LGBTI e condenou as ameaças ocorridas na Nigéria e no Uganda; e em 2017, apresentou uma orientação jurídica sobre o artigo 5.º da Carta Africana, que versa a respeito do direito de reparação de vítimas de tortura, atos desumanos ou degradantes²⁴⁸. Neste caso em específico, essa orientação era destinada aos causadores e à realização de estupros que se diziam corretivos, bem como a realização do teste anal como sinónimo de tratamento para a orientação sexual. Uma outra abordagem emblemática envolvendo orientação sexual e identidade de género foi realizada na 60.ª Sessão Ordinária da Comissão Africana, realizada em maio de 2017, quando diversos relatórios e pesquisas envolvendo a comunidade LGBTI Africana foram apresentados e discutidos, demonstrando novamente que o tema é uma real preocupação e quais seriam os então novos compromissos a serem assumidos²⁴⁹. Um exemplo que demonstra que as pautas envolvendo orientação sexual e identidade de género nas tradições africanas é realizado de forma progressiva. Entretanto, ao mesmo tempo em que possui destacada atuação a favor das minorias sexuais, como por exemplo quando solicitou aos Estados Membros que reconsiderassem a realização de exames médicos invasivos, atos considerados pela Comissão como violadores da Carta, também não foi capaz de chegar a uma decisão que concedesse o status de observador à Coalizão Lésbicas Africanas (CAL), uma organização regional de direitos humanos que trabalha na proteção da saúde humana dos direitos das lésbicas²⁵⁰.

Durante seus anos de atuação, pode-se dizer que a Comissão tem perseguido os Estados membros diante das violações de direitos LGBTI, o que faz com base na análise dos relatórios emitidos pelos Estados, bem como naqueles realizados e requeridos por iniciativa própria. Em seu campo de atuação, a Comissão firma o compromisso de que a discriminação com base na orientação sexual e de género é incompatível com os preceitos da Carta Africana²⁵¹. De todo modo, ainda que as manifestações

²⁴⁷ Cf. African Union, Principles and Guidelines on the Implementation of Economic, Social and Cultural Rights in the African Charter, 2011, disponível em: <https://archives.au.int/handle/123456789/2063> [02.09.2019].

²⁴⁸ Cf. European Parliament, *LGBTI in Africa: Widespread discrimination against people...*, cit., [27.08.2019].

²⁴⁹ Cf. Human Rights Watch, *African Commission Tackles Sexual Orientation, Gender Identity*, 2017, disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/06/01/african-commission-tackles-sexual-orientation-gender-identity> [01.07.2019].

²⁵⁰ Cf. Sibongile NDASHE, "The battle for the recognition of LGBTI rights...", *op. cit.*, p. 5.

²⁵¹ Cf. Sibongile NDASHE, "The battle for the recognition of LGBTI rights...", *op. cit.*, p. §5.

emitidas pela Comissão não tenham força vinculativa, sua existência e realização demonstra que existe um fórum e uma preocupação de luta para avanço dos direitos LGBTI no continente. O embate em relação a esses posicionamentos é, contudo, preocupante, tendo em vista a fragilidade da Comissão em relação a sua independência. Ao mesmo tempo em que possui destacada atuação a favor da população LGBTI, como por exemplo quando solicitou aos Estados Membros que reconsiderassem a realização de exames médicos invasivos, atos considerados como violadores da Carta, a comissão também não foi capaz de chegar a uma decisão que concedesse o status de observador à Coalizão Lésbicas Africanas (CAL), uma organização regional de direitos humanos que trabalha na proteção da saúde humana dos direitos das lésbicas²⁵². Isso porque, segundo apontado pelo Parlamento Europeu, a Comissão não está protegida contra a forte pressão política dos Estados membros da União Africana, ao que destacam também o mesmo episódio ocorrido em 2017 com a retirada do status de observador da Coalizão de Lésbicas Africanas (CAL) em 2018, que havia recebido em 2015, atendendo à pressão depois de três anos²⁵³. Pavo Kotiaho também vê uma discrepância e uma “contradição performativa” entre os compromissos de direitos humanos assumidos pelas nações africanas e pelos tribunais, e seu comportamento na prática com as minorias sexuais, utilizando-se da própria União Africana e nos compromissos democráticos que os Estados Partes assumem para exemplificar:

The first of these commitments in various legal documents can already be found from article 4 of the Constitutive Act of the African Union, which states that among the African Union's principles are 'respect for human rights, the rule of law and good governance'²⁵⁴.

Para Makau Mutua, é uma obrigação normativa da sociedade civil e dos grupos de direitos humanos liderar a luta pelo debate público sobre homofobia, entender sua resiliência em África e buscar o reconhecimento e a proteção da orientação sexual como um direito fundamental, básico²⁵⁵. Contudo, Sibongile Ndashe nos esclarece que até o ano de 2010, a União Africana não havia assumido qualquer posição aberta sobre orientação sexual, descontentando alguns governos e colocando em dúvida a opinião de muitas ativistas por medo do consenso adotado²⁵⁶. Até então, a única oportunidade da Comissão Africana em manifestar-se sobre o tema em um caso de discriminação ocorrida em razão da orientação sexual não ocorreu a tempo, pois foi retirada pelo próprio queixoso antes que pudesse ser analisada²⁵⁷. Neste sentido, outro fator que merece destaque em relação ao posicionamento adotado pela

²⁵² Cf. Sibongile NDASHE, “The battle for the recognition of LGBTI rights...”, *op. cit.*, p. §5.

²⁵³ Cf. European Parliament, *LGBTI in Africa: Widespread discrimination against people...*, *cit.*, [27.08.2019].

²⁵⁴ Cf. Paavo KOTIAHO, *A Study Of The Normative Foundations...*, *op. cit.*, pp. 8 e 18.

²⁵⁵ Cf. Makau MUTUA, “Sexual Orientation and Human Rights: Putting Homophobia on Trial”, in Sylvia Tamale (ed.), *African Sexualities: A Reader*, Nairobi e Oxford, Pambazuka Press, 2011, p. 452.

²⁵⁶ Cf. Sibongile NDASHE, “The battle for the recognition of LGBTI rights...”, *op. cit.*, pp. 5-6.

²⁵⁷ Cf. Bronwen MANBY, “Civil and Political Rights in the African Charter...”, *op. cit.*, p.184.

União Africana advém dos próprios Estados membros, que não desempenham um papel significativo na proteção das minorias sexuais e na defesa de mudanças dentro da própria União Africana²⁵⁸. Em uma rápida pesquisa ao sítio eletrônico da União Africana podemos perceber que não há nenhuma notícia, nenhuma menção, nenhum resultado para uma busca que incluía expressões como *LGBTI persons*, *gender identity*, *sexual orientation* e *sexual minorities*. O resultado é contrário, no entanto, quando pesquisado sobre *minorities*, *gender equality* ou *respect for human rights*, mas sem nenhuma relação com a comunidade LGBTI²⁵⁹.

Em relação as pessoas trans, a ausência de pesquisa e acompanhamento é ainda menor do que os estudos, pesquisas e decisões judiciais envolvendo gays e lésbicas, por exemplo. Segundo alguns autores, as pesquisas científicas realizadas em África envolvendo minorias sexuais são muitas vezes inacessíveis e não incluem os transexuais, demonstrando um despreparo dos próprios pesquisadores e dos projetos que não incluem estratégias específicas para atingir questões que envolvam identidade de gênero e transexualidade²⁶⁰. No contexto atual, para não serem expostos às penas de prisão e à violência, os transexuais buscam a invisibilidade e a não exposição, sendo poucos os que se identificam como transexuais²⁶¹. Para Johanna Bond, as ligações entre os conceitos de gênero e de identidade, bem como suas formas específicas de manifestação na África subsariana, por exemplo, significam um ato de resistência em terras de atos de violência homofóbica com base no gênero²⁶². Como refere Stella Nyanzi, “African in its diversities has made some inroads into laying plans toward achieving rights”, e destaca, como exemplo, o Plano de Ação de Maputo da União Africana, em 2006, para acesso universal e abrangente de saúde sexual e reprodutiva²⁶³. Outro exemplo, são os Princípios de Yogyakarta, adotados em 2007, articulando direitos humanos com orientação sexual e diversidade de gênero²⁶⁴.

²⁵⁸ Cf. European Parliament, *LGBTI in Africa: Widespread discrimination against people...*, cit., [27.08.2019].

²⁵⁹ A pesquisa foi realizada em língua inglesa, umas línguas disponíveis no sítio eletrônico da União Africana, disponível em: <https://au.int/en> [02.09.2019].

²⁶⁰ Cf. Geoffrey A. JOBSON *et al.*, “Transgender in Africa: Invisible, inaccessible, or ignored?”, in *SAHARA-J: Journal of Social Aspects of HIV/AIDS*, vol. 9, 2012, pp. 160-163, disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17290376.2012.743829> [20.07.19].

²⁶¹ Cf. Geoffrey A. JOBSON *et al.*, “Transgender in Africa: Invisible, inaccessible...”, *op. cit.*, pp. §160-163.

²⁶² Cf. Johanna BOND, “Gender and Non-Normative Sex in Sub-Saharan Africa”, in *Michigan Journal of Gender and Law*, vol. 23, n.º 1, Washington, Lee University School of Law, 2016, p. 85, disponível em: <https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1055&context=mjgl> [10.07.19].

²⁶³ Cf. Stella NYANZI, “Unpacking the [govern]mentality of African...”, *op. cit.*, p. 489.

²⁶⁴ Segundo Mauro Cabral Grinspan e Julia Ehrt, os Princípios de Yogyakarta desempenharam um importante papel no avanço dos direitos das minorias sexuais, tendo iniciado com o número de 29 princípios e em 2017 outros nove foram acrescentados. Os princípios promovem reformas legais, políticas, judiciais e sociais, referentes à orientação sexual e identidade de gênero. Cf. Mauro Cabral GRINSPAN e Julia EHRT, “The Yogyakarta Principles + 10”, in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.ª ed., 2019, pp. 39-41, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

3. A homofobia nos países africanos: uma visão geral do continente

Por intermédio de organizações internacionais e dos meios de comunicação social, conseguimos identificar que, dentre todas as notícias relacionadas com as minorias sexuais em África, sempre e em todos os anos, estão presentes os assassinatos e as prisões ocorridas em razão da identidade de género ou da orientação sexual. São vários os governos no continente africano cujas autoridades, mesmo com o passar dos anos e com todas as mudanças e avanços sociais, perseguem, maltratam e matam as minorias sexuais. Essa homofobia pode ser identificada em diversos conflitos dentro do continente, como o ocorrido em Maláui no ano de 2010, quando Tiwonge Chimbalanga e Steven Monjeza foram presos pelos agentes do Estado e acusados de indecência em razão de uma suposta infração das leis coloniais referentes à sexualidade²⁶⁵. No início do ano de 2011, o ativista Ugandense David Kato foi assassinado, espancado até a morte por um homem que fugiu após cometer o crime²⁶⁶. Alguns meses antes disso, o ativista teve sua foto publicada por um jornal ugandês com um apelo à sua morte. No mesmo ano, poucos meses depois, a ativista lésbica Noxolo Nogwaza, de 24 anos, foi encontrada assassinada, vítima de uma chamada “violação corretiva”²⁶⁷. Desde 2008, a comunidade LGBTI, principalmente as mulheres lésbicas, sofrem ataques e estupros coletivos em alguns países africanos em razão da orientação sexual ou da identidade de género e que já totalizavam mais trinta agressões no fim do ano de 2011²⁶⁸. De acordo com Johanna Bond, essas agressões sexuais são realizadas como forma de punição contra as minorias sexuais, ao que a autora denomina como “agressão sexual homofóbica dirigida”, uma vez que tais atos sugerem uma falha na orientação sexual ou no género e cita como exemplo um estudo que relatou que, na África do Sul, mais de quinhentas mulheres são vítimas desse tipo de violência todos os anos²⁶⁹. Em 2015, mais de 500 pessoas pertencentes à comunidade LGBTI no Uganda pediram asilo nos países próximos, buscando fugir da perseguição sofrida no país²⁷⁰. Em 2018, uma pesquisa revelou que dois dos 10 países mais perigosos

²⁶⁵ Cf. Corinne LENNOX e Matthew WAITES, “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Género na Commonwealth: da História e do Direito ao desenvolvimento de diálogos ativistas e internacionais”, in *Estudos de Sociologia*, vol. 2, n.º 2, 2016, pp. 28-29, disponível em: <http://eprints.gla.ac.uk/141960/> [20.06.2019].

²⁶⁶ Cf. notícia intitulada “Assassinado activista homossexual ugandês”, *ILGA*, edição de 27 de janeiro de 2011, disponível em: <https://ilga-portugal.pt/noticias/217.php> [28.07.19].

²⁶⁷ Cf. notícia intitulada “Lésbica sul africana assassinada e violada”, *ILGA*, edição de 29 de abril de 2011, disponível em: <https://ilga-portugal.pt/noticias/247.php> [28.07.19].

²⁶⁸ Cf. notícia intitulada “Homossexuais sofrem com onda de 'estupros corretivos' na África do Sul”, *G1 Mundo*, edição de 4 de julho de 2011, disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/07/homossexuais-sul-africanas-sofrem-com-onda-de-estupros-corretivos.html> [28.07.2011].

²⁶⁹ Cf. Johanna BOND, “Gender and Non-Normative Sex...”, *op. cit.*, pp. 97-99 (aspas no original).

²⁷⁰ Cf. notícia intitulada “Gay Ugandans regret fleeing to Kenya”, *BBC News*, edição de 10 de novembro de 2015, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-34764968> [28.07.19].

e nocivos às minorias sexuais em todo o mundo estão no continente africano: a Nigéria e o Uganda²⁷¹. Neste ano de 2019, em compensação a todas as trágicas notícias dos anos anteriores, o Tribunal da Botsuana descriminalizou a homossexualidade²⁷². Entretanto, no Quênia, mesmo sendo um país que criminaliza as práticas homossexuais, 76 pessoas que estavam refugidas por terem sido violentadas e perseguidas nos países de origem, como no próprio Uganda, fugiram do campo de refugiados em que estavam por sofrerem ataques homofóbicos²⁷³.

Dentre os motivos que impulsionam o fortalecimento dessa discriminação e violência contra qualquer indivíduo LGBTI estão aqueles relacionados ao poder público e à inação das autoridades estatais, bem como à existência ainda hoje de tantas leis que condenam e criminalizam a homossexualidade e a identidade de gênero. Esse conjunto de leis que condenam a sodomia e estipulam as penas e condenações para as práticas homossexuais são acolhidas pelas atuais elites africanas que usam essa legislação para empregar um caráter de autenticidade na cultura do continente²⁷⁴. Incorporam, assim, a homofobia como algo “inerente e transversal na cultural africana e remetem a homossexualidade para um domínio marginal e exterior, vindo do ocidente”, o que a doutrina designa como fenómeno de africanização da homofobia²⁷⁵. Além disso, como propõe Makau Mutua, a cobrança em cima da orientação sexual é tão complexa no continente também em razão da dominação do espaço político pelo cristianismo e pelo islamismo, as duas religiões messiânicas predominantes em África e que possuem a homofobia como característica comum²⁷⁶. Segundo o autor, a homofobia é um medo irracional utilizado para coibir direitos básicos, tendo a sociedade a obrigação de superar²⁷⁷. Marc Epprecht relembra as palavras proferidas por Edwin Banda, membro do Parlamento do Malawi, quando votou favorável a alteração da Constituição daquele país para proibir a realização de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, de que o Malawi é “a God-fearing nation”, em um ordenamento jurídico em que os atos homossexuais já eram considerados como ilegais²⁷⁸. De acordo com o autor, neste momento o membro

²⁷¹ Cf. notícia intitulada “Os 10 países mais perigosos para ser gay”, *Super Interessante*, edição de 16 de outubro de 2018, disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-10-paises-mais-perigosos-para-ser-gay/> [28.07.2019].

²⁷² Cf. notícia intitulada “Botswana decriminalises homosexuality in landmark ruling”, *BBC News*, edição de 11 de junho de 2019, disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-48594162?intlink_from_url=https://www.bbc.com/news/topics/c8nq32jwp0t/lgbt-rights-in-africa&link_location=live-reporting-story [28.07.19].

²⁷³ Cf. notícia intitulada “Gay refugees sent back to 'homophobic Kenya camp'”, *BBC News*, edição de 20 de junho de 2019, disponível em: https://www.bbc.com/news/world-africa-48703112?intlink_from_url=https://www.bbc.com/news/topics/c8nq32jwp0t/lgbt-rights-in-africa&link_location=live-reporting-story [28.07.19].

²⁷⁴ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, op. cit., p. 255.

²⁷⁵ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, op. cit., p. §255.

²⁷⁶ Cf. Makau MUTUA, “Sexual Orientation and Human Rights...”, op. cit., pp. 452-453.

²⁷⁷ Cf. Makau MUTUA, “Sexual Orientation and Human Rights...”, op. cit., pp. §§452-453.

²⁷⁸ Cf. Marc EPPRECHT, “Understanding homophobia in Africa today”, in AAVV, *Perspectives: Political analysis and commentary from Africa*, Heinrich Böll Foundation, 2010, p. 10, disponível em:

do Parlamento se uniu com o coro emanado pelos demais líderes políticos cristãos do continente africano, dentre eles políticos como Robert Mugabe, do Zimbábue e Yoweri Museveni, do Uganda, dentre outros teólogos africanos com forte papel de liderança na comunidade anglicana mundial²⁷⁹.

Segundo Adam Kretz, a variação legislativa que envolve a comunidade LGBTI nos 57 países pertencentes ao continente africano é muito grande uma vez que temos a África do Sul como exemplo de Estado que se tornou pioneiro em proibir constitucionalmente a discriminação com base na orientação sexual, pós-apartheid, e, de outro lado, temos países como o Sudão e a Mauritânia que punem a homossexualidade com a pena de morte²⁸⁰. Paavo Kotiaho relaciona a existência das *Sodomy Laws* com a exclusão e a marginalização que acompanham as minorias sexuais no continente africano, relacionando as leis que criminalizam a homossexualidade com situações cotidianas que incapacitam as minorias sexuais para práticas comuns na sociedade e cita a opinião de um juiz sul africano que, enquanto representante daquele Tribunal Constitucional, relatou:

It is important to start the analysis by asking what is really being punished by the anti-sodomy laws. Is it an act, or is it a person? [In] the case of male homosexuality ... the perceived deviance is punished simply because it is deviant. It is repressed for its perceived symbolism rather than because of its proven harm[.] Thus, it is not the act of sodomy that is denounced by the law, but the so-called sodomite who performs it; not any proven social damage, but the threat that same-sex passion in itself is seen as representing to heterosexual hegemony²⁸¹.

Adam J. Kretz defende que a marginalização social da população LGBTI no continente africano está presente inclusive nos países que descriminalizaram a homossexualidade e instituíram com o passar dos anos determinadas medidas anti discriminatórias, em um cenário em que são poucas as pessoas LGBTI que estão abertas para demonstrar sua orientação sexual ou sua identidade de gênero²⁸². Segundo o autor, os que o fazem encontram pelo caminho apenas violência, vergonha pública e assassinato²⁸³.

Em uma análise atual da presença da homofobia em diferentes partes do continente, é possível contextualizar o Norte da África como uma das regiões que mais criminalizam as práticas sexuais, mas que também é marcado por uma repressão sexual e emocional, em que há, ainda, a existência de leis que restringem o direito à liberdade de reunião e associação em todos os países da

https://www.boell.de/sites/default/files/perspectives_africa_4-2010_struggle_for_equality_lgbti_africa.pdf [14.08.2019] (aspas no original).

²⁷⁹ Cf. Marc EPPRECHT, "Understanding homophobia in Africa...", *op. cit.*, p. 10 (aspas no original).

²⁸⁰ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, pp. 3-5.

²⁸¹ Cf. Paavo KOTIAHO, *A Study of the Normative Foundations...*, *op. cit.*, pp. 5-6.

²⁸² Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, p.11.

²⁸³ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, p. §11.

região, com exceção da Tunísia²⁸⁴. Já a África Oriental é marcada não só pela criminalização dos atos sexuais, como também pela proibição das expressões de género, em que mesmo em países em que a lei não preveja a criminalização, como no Ruanda, por exemplo, o estigma social permanece e o resultado é sempre o mesmo: exclusão familiar, discriminação em vários campos sociais e violência²⁸⁵. Segundo Eric Guitari, nenhum dos países dessa região continental possui algum estatuto ou qualquer legislação que proíba e penalize os crimes de ódio²⁸⁶. A região da África Ocidental, por sua vez, é caracterizada por uma crescente política que envolve questões de saúde e de controlo de HIV/AIDS. Entretanto, essa preocupação estatal atinge apenas os homens gays na região, deixando de lado as mulheres, os bissexuais, os transexuais e os intergéneros, que seguem negligenciados pelas políticas públicas, pela sociedade e, conseqüentemente, marginalizados²⁸⁷. Nesta região, merece destaque particular a Angola, uma vez que em janeiro deste ano de 2019, descriminalizou as relações homossexuais. Segundo Rui Garrido, a promulgação do novo Código Penal angolano foi o resultado de uma longa jornada de mais de uma década de duração, iniciada em 2004²⁸⁸. Como exemplo de progresso, em 2018 o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos concedeu o reconhecimento legal à primeira associação LGBTI no país, a IRIS Angola²⁸⁹.

Em relação aos outros países, a doutrina destaca casos frequentes de prisão e criminalização explícita, como é o caso de países como o Gâmbia, Guiné, Libéria, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, e de outro lado países tolerantes e anti discriminatórios, como é o caso da antiga colônia portuguesa, o Cabo Verde²⁹⁰. Este que é, aliás, caracterizado como um país com alto nível de aceitação das pessoas LGBTI, inexistindo leis repressivas, uma vez que a criminalização de atos homossexuais foi retirada do seu Código Penal em 2003²⁹¹. Além disso, é o único país lusófono que criminaliza os crimes de ódio com base na orientação sexual e na identidade de género²⁹².

Em análise aos países que compõem a África Central, as questões envolvendo minorias sexuais e identidade de género não tiveram progresso nos últimos anos. De acordo com o abordado pela

²⁸⁴ Cf. Naoufal BOUZID e Khadija ROUGGANY, "Mechanisms of Adaptation and Resistance to Repression in North Africa", in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.^a ed., 2019, p. 87, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

²⁸⁵ Cf. Eric GUITARI, "A Brief Overview of East Africa", in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.^a ed., 2019, p. 88, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

²⁸⁶ Cf. Eric GUITARI, "A Brief Overview of East...", *op. cit.*, p. §88.

²⁸⁷ Cf. Ababacar Sadikh NDOYE e Emma ONEKEKOU, "The Situation of the LGBT Community in West Africa", in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.^a ed., 2019, pp. 89-90, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

²⁸⁸ Cf. Rui GARRIDO, "Recent SOGI Developments in Angola and an Overview on Other African Lusophone Countries", in *ILGA: State Sponsored Homophobia...*, *op. cit.*, pp. 97-98.

²⁸⁹ Cf. Rui GARRIDO, "Recent SOGI Developments in Angola...", *op. cit.*, pp. §97-98.

²⁹⁰ Cf. Ababacar Sadikh NDOYE e Emma ONEKEKOU, "The Situation of the LGBT Community in West...", *op. cit.*, pp. 89-90.

²⁹¹ Cf. Rui GARRIDO, "Recent SOGI Developments in Angola...", *op. cit.*, p. 98.

²⁹² Cf. Rui GARRIDO, "Recent SOGI Developments in Angola...", *op. cit.*, p. §98.

doutrina, tais questões continuam sendo vistas como tabus e contrárias à moral africana ou vistas como uma importação do continente europeu contra os africanos²⁹³. Julie Makuala Di Baku e Jean Paul Enama destacam como exemplo o Código Penal de Camarões que no ano de 2016 sofreu algumas alterações, mas os artigos que criminalizam as práticas homossexuais permaneceram intactos²⁹⁴. Por fim, no que tange à região sul do continente, contrariando o restante da África, os apontamentos são mais positivos. Ainda assim, no relatório mais recente da ILGA, um subscritor anónimo relata a real situação dessa parte do continente, dando margem a uma série de interpretações, a iniciar pela própria escrita de forma anónima. Entretanto, segundo o autor da sessão sobre os países da região sul, há pequenas vitórias a serem contadas, como as alterações legislativas trazidas pela Assembleia na África do Sul referentes há várias questões envolvendo as minorias sexuais do país ou a visão de Moçambique como um país inspirador do ponto de vista protetivo e não discriminatório²⁹⁵. Ou seja, não são todos os Estados africanos que partilham do mesmo posicionamento e forma de tratamento e discriminação com a comunidade LGBTI.

Makau Mutua nos relembra que há uma tendência mundial, aparentemente imparável, para o reconhecimento de direitos das pessoas LGBTI, o que repercute também no continente africano, quando diversas seções do clero apoiam os direitos das minorias sexuais. O autor relembra também que na África do Sul, as seções Anglicanas já se mostraram favoráveis e defensoras dos direitos sem discriminação em razão da diversidade sexual ou de género²⁹⁶. Ainda que longe da perfeição esperada pelas organizações internacionais e pela própria comunidade LGBTI do país, a África do Sul apresenta características próprias e peculiares que comparadas a outros Estados destacam-se pelo pioneirismo e avanço na promoção de direitos. Razão pela qual, traçaremos uma análise específica da África do Sul com Estados opostos na promoção e proteção dos direitos humanos.

4. Lugares paralelos: África do Sul, a Nigéria e o Sudão

Após a independência no século XX, os Estados africanos se assumiram como Estados modernos, deixando de lado os costumes locais dos diversos grupos étnicos e incorporando as ordens jurídicas do modelo ocidental²⁹⁷. Segundo Patrícia Jerónimo, alguns Estados africanos assumiram

²⁹³ Cf. Julie Makuala DI BAKU e Jean Paul ENAMA, "An Overview of Some Central African countries", in *ILGA: State Sponsored Homophobia...*, op. cit., p. 92.

²⁹⁴ Cf. Julie Makuala DI BAKU e Jean Paul ENAMA, "An Overview of Some Central African countries", in *ILGA: State Sponsored Homophobia...*, op. cit., §92.

²⁹⁵ Cf. "Small Victories Add Up in Southern Africa", in *ILGA: State Sponsored Homophobia...*, op. cit., pp. 93-96.

²⁹⁶ Cf. Makau MUTUA, "Sexual Orientation and Human Rights...", op. cit., pp. 458-459.

²⁹⁷ Cf. Patrícia JERÓNIMO, *Lições de Direito Comparado...*, op. cit., p. 155.

sistemas jurídicos híbridos, tendo em vista a força dos costumes locais presentes no dia-a-dia das populações e as então desconhecidas soluções jurídicas importadas dos países europeus²⁹⁸. Assim como o Uganda, objeto de estudo desta dissertação de mestrado, a África do Sul, a Nigéria e o Sudão, dentre tantos outros países africanos, foram colonizados pela Inglaterra. A análise que extraímos em relação a esses três países em particular diz respeito ao modo em que as minorias sexuais são tratadas em cada um deles por intermédio de seus ordenamentos jurídicos. Isto porque o colonialismo é uma das características sociais mais importantes na regulação da sexualidade e dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo²⁹⁹.

De acordo com Neville Hoad, os direitos humanos da comunidade LGBTI circulam de forma transnacional e são vistos como algo instável quando relacionado à modernidade e à autenticidade cultural nos discursos dos nacionalistas pós-coloniais:

Within these national discourses, such rights are frequently described as a threatening imperialist import. It is asserted that their point of origin is outside the space, norms, and psyche of the nation and that their mode of circulation is dangerously foreign, embedded as it is in Western nongovernmental organizations (NGOs), Western funded local NGOs, universalist human rights discourse, and problems of Third World development at the state level³⁰⁰.

Ao analisarmos o ordenamento jurídico desses países, deparamo-nos com leis que preveem penas que vão desde a condenação extrema até à existência de leis que regulamentam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, sendo o reflexo de diversos avanços legislativos em prol da comunidade LGBTI. De um extremo legislativo ao outro, temos de um lado a África do Sul que coleciona direitos protetivos e que foi pioneira no continente em garantir direitos para as minorias sexuais e, de outro, temos a Nigéria e o Sudão que condenam os praticantes de condutas homossexuais com a pena de morte³⁰¹. Ainda que a África do Sul, a Nigéria e o Sudão sejam países que no passado tiveram o mesmo colonizador, em relação às modificações legislativas que trouxeram a partir da independência foram distintas.

Na África do Sul, o caminho percorrido e as lutas por igualdade e respeito são reconhecidas

²⁹⁸ Cf. Patrícia JERÓNIMO, *Lições de Direito Comparado...*, op. cit., p. §155.

²⁹⁹ Cf. Gustavo Gomes da Costa SANTOS e Mathew WAITES, "Comparative colonialisms for queer analysis: comparing British and Portuguese colonial legacies for same-sex sexualities and gender diversity in Africa – setting a transnational research agenda", in *International Review of Sociology*, vol. 29, n.º 2, 2019, pp. 297-298, disponível em: <https://doi.org/10.1080/03906701.2019.1641277> [20.08.2019].

³⁰⁰ Cf. Neville HOAD, "Between the White Man's Burden and the White Man's Disease: Tracking Lesbian and gay Human Rights in Southern Africa", in *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, vol. 5, Southern Africa, 1999, p. 561.

³⁰¹ Cf. ILGA, *Sexual Orientation Laws In The World – 2019*, disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_Sexual_Orientation_Laws_Map_2019.pdf [08.08.19].

mundialmente³⁰². Segundo Elisabeth Libby Johnston, durante o Apartheid as minorias sexuais no país eram criminalizadas e perseguidas por um governo conservador que tratava a homossexualidade como doença, vindo a prender, torturar e a submeter a severas terapias diversos ativistas gays³⁰³. Entretanto, no início da década de 1990, esses e tantos outros ativistas, lutando por um país livre e democrático, uniram-se aos movimentos anti-Apartheid juntamente com os demais grupos e indivíduos então oprimidos pelo regime³⁰⁴. Neste mesmo sentido, Neville Hoad esclarece que dentro dessa circulação transnacional, os direitos humanos das minorias sexuais em África do Sul emergiram como um fator novo, ainda que vulnerável, mas presente na supremacia nacional pós-apartheid³⁰⁵. O movimento pós-apartheid representou a coalização de diferentes grupos e pessoas, repercutindo na criação e no desenvolvimento de instrumentos normativos fortes e com grande abrangência protetiva³⁰⁶.

A Constituição da República da África do Sul em seu capítulo II, dispõe sobre o princípio fundamental da igualdade, afirmando que todos são iguais perante a lei e com igual proteção e benefício dela, sendo vedado ao Estado discriminar alguém em razão do sexo ou da orientação sexual³⁰⁷. A existência de uma previsão normativa específica referente à orientação sexual e ao gênero faz com que a África do Sul seja pioneira, enquanto ex-colônia britânica, de exemplo na promoção e na proteção das minorias sexuais. No recente relatório da ILGA sobre homofobia patrocinada pelo Estado consta a opinião de um cidadão sul-africano que partilha com a organização, de forma anônima, as pequenas vitórias angariadas pela comunidade LGBTI em seu país. De acordo com o autor, mesmo sendo o primeiro país do continente a adquirir proteção constitucional, as minorias sexuais na África do Sul ainda lutam por proteção e aceitação social, em um cenário em que a violência contra a comunidade LGBTI percorre

³⁰² Para uma leitura complementar, cf. Gustavo Gomes da Costa SANTOS, “Cidadania e direitos sexuais na África do Sul: reflexões sobre o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo”, in *Sociedade e Cultura*, vol. 15, n.º 2, Goiânia, 2012, pp. 319-329, disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/22400> [15.09.2019].

³⁰³ Cf. Elisabeth Libby JOHNSTON, “Is South Africa a safe haven for LGBTI persons seeking asylum?”, in *Reflections on Sexuality and Equality in Africa*, vol. 1, Johannesburg, AMSHeR, 2015, p. 30.

³⁰⁴ Cf. Elisabeth Libby JOHNSTON, “Is South Africa a safe haven for LGBTI persons...”, *op. cit.*, p. §30.

³⁰⁵ Cf. Neville HOAD, “Between the White Man’s Burden...”, *op. cit.*, p. 561.

³⁰⁶ Cf. Elisabeth Libby JOHNSTON, “Is South Africa a safe haven for LGBTI persons...”, *op. cit.*, p. 30.

³⁰⁷ Constitution of the Republic of South Africa, 1996 - Chapter 2: Bill of Rights – “9. Equality:

1. Everyone is equal before the law and has the right to equal protection and benefit of the law.
2. Equality includes the full and equal enjoyment of all rights and freedoms. To promote the achievement of equality, legislative and other measures designed to protect or advance persons, or categories of persons, disadvantaged by unfair discrimination may be taken.
3. The state may not unfairly discriminate directly or indirectly against anyone on one or more grounds, including race, gender, sex, pregnancy, marital status, ethnic or social origin, colour, sexual orientation, age, disability, religion, conscience, belief, culture, language and birth.
4. No person may unfairly discriminate directly or indirectly against anyone on one or more grounds in terms of subsection (3). National legislation must be enacted to prevent or prohibit unfair discrimination.
5. Discrimination on one or more of the grounds listed in subsection (3) is unfair unless it is established that the discrimination is fair.” Disponível em: <https://www.gov.za/documents/constitution/chapter-2-bill-rights#9> [20.08.19].

regularmente os noticiários³⁰⁸. Entretanto, ainda que casos de homofobia e crimes de ódio existam no país, de acordo com o autor, o caminho de luta e resistência percorrido na África do Sul angariou diversos avanços legislativos e judiciais para as minorias sexuais nos últimos anos³⁰⁹.

De outro lado, tanto a Nigéria como o Sudão possuem as condenações mais severas para as práticas homossexuais e, assim como a África do Sul, possuem uma história de colonização muito semelhante. Entretanto, não abrandaram ou deixaram de condenar as minorias sexuais pelos atos, tampouco empregaram uma proteção constitucional para as pessoas LGBTI. Ainda que as *sodomy laws* foram trazidas para o continente africano pelo colonizador e que o mesmo já tenha descriminalizado os atos sexuais realizados entre pessoas do mesmo sexo, a Nigéria e o Sudão seguem com as penas mais duras não só do continente africano, mas do mundo inteiro. O Código Penal em vigor na Nigéria, em seu capítulo XXI, secção 214, dispõe sobre a criminalização dos atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, ao que denomina de “*unnatural offences*”, com punição cabível para todos os géneros e penas que variam desde a condenação máxima de 14 anos de detenção até à pena de morte³¹⁰. A secção 217 do mesmo código também prevê a condenação para qualquer ato homossexual, cuja pena prevista é de 3 (três) anos de detenção, e aplicável apenas para o género masculino³¹¹. Além da existência da criminalização no Código Penal do País, a Nigéria conta desde 2013 com uma lei específica que proíbe o casamento ou união civil entre pessoas do mesmo sexo e que, segundo seu memorando explicativo, também penaliza quem pretender solenizar e suas testemunhas³¹². De acordo com o artigo 4.º da referida Lei, é também proibido o registo de clubes, sociedades, associações gays, reuniões e procissões, sendo os praticantes de tais atos punidos com penas de dez anos de prisão³¹³.

A Nigéria é considerada por muitos como um dos países mais homofóbicos do mundo, tendo em vista as pesadas leis em vigor e de seus efeitos sobre as minorias sexuais que recebem um tratamento discriminatório e violento, sofrendo represálias que vão desde a prisão, chantagem, abuso físico e psicológico pela polícia, e até a morte por ataques sexuais e de violência³¹⁴. Da mesma forma, o Código Penal do Sudão, em seu artigo 148, denomina as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo de sodomia (*sodomy*), prevendo uma pena de 5 (cinco) anos de detenção até a pena de morte para os

³⁰⁸ Cf. “Small Victories Add Up in...”, *op. cit.*, p. 93.

³⁰⁹ Cf. “Small Victories Add Up in...”, *op. cit.*, §93.

³¹⁰ Nigeria Criminal Code Act, 1990, disponível em: <http://www.nigeria-law.org/Criminal%20Code%20Act-Tables.htm> [01.09.2019]. Cf., também, ILGA, *State Sponsored Homophobia...*, *op. cit.*, p. 199.

³¹¹ Nigeria Criminal Code Act, 1990, *cit.*, [01.09.2019].

³¹² Cf. Nigeria, Same Sex Marriage (Prohibition) Act, 2013, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed_protect/-protrav/-ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_329335.pdf [01.09.2019].

³¹³ Cf. Nigeria, Same Sex Marriage (Prohibition) Act, 2013, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-ed_protect/-protrav/-ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_329335.pdf [01.09.2019]. Cf., igualmente, ILGA: *State Sponsored Homophobia...*, *op. cit.*, p. 220.

³¹⁴ Cf. ILGA, “Nigeria Criminalisation”, in *ILGA: State Sponsored Homophobia...*, *op. cit.*, p. 360.

indivíduos homens. Por intermédio da secção n.º 151, também do seu Código Penal, a condenação de homens e mulheres por qualquer ato homossexual, prevendo uma pena de um ano de detenção³¹⁵. Assim como na Nigéria, diversidade sexual e de género é algo fortemente proibido no Sudão, ao passo em que casos de violência e tortura são ocorridos em grande escala, tendo como argumento e defesa o fundamento religioso que já foi utilizado, por exemplo, para prender uma ativista que usava calças masculinas³¹⁶.

As minorias sexuais no Uganda, país que é objeto de estudo desta dissertação de mestrado e também uma ex-colônia britânica, possui uma realidade muito próxima de países como o Sudão ou a Nigéria. A única exceção é a ausência de condenação à pena de morte tipificada em lei. Possuem, por óbvio, uma realidade totalmente diferente da África do Sul, que coleciona vitórias no que tange aos direitos LGBTI. Conforme será analisado no capítulo a seguir, o Uganda possui presente em seu ordenamento jurídico as mesmas leis que condenam as práticas homossexuais e outros atos comportamentais. Da mesma forma, criminaliza, discrimina e marginaliza as pessoas LGBTI no país, tendo vários fatores como fundamentos para a existência dessa homofobia social e estatal. Entretanto, além da existência das tipificações discriminatórias e condenáveis presentes no Código Penal do Uganda, o que o torna ainda mais emblemática é a incansável busca pela aprovação de novos diplomas legislativos que consigam agravar as penas já existentes.

³¹⁵ Cf. ILGA, "Sudan", in *ILGA: State Sponsored Homophobia...*, op. cit., pp. 199, 371.

³¹⁶ Cf. ILGA, "Sudan", in *ILGA: State Sponsored Homophobia...*, op. cit., p. 371.

CAPÍTULO III - IDENTIDADE DE GÉNERO E MINORIAS SEXUAIS NO UGANDA

Neste terceiro e último capítulo, abordaremos de forma específica as minorias sexuais e a identidade de género na República do Uganda. Por intermédio de um enquadramento histórico, analisaremos o caminho percorrido pelo tratamento da homossexualidade dentro do país, mesmo antes da colonização britânica e até ao presente momento. Depois, atentaremos para os fatores que fortalecem a homofobia no país, incluindo a religião e a chegada dos missionários norte americanos. Examinaremos também o contexto político do país e faremos uma análise do governo de Yoweri Museveni, presidente do Uganda desde 1986. Em seguimento, buscaremos avaliar de que forma a criminalização e a promoção dos direitos das minorias sexuais aparecem no ordenamento jurídico do Uganda. Dentro deste tópico, analisaremos os compromissos internacionais assumidos pelo Uganda em matéria de direitos humanos, desde a ONU até às organizações regionais africanas, incluindo as decisões e os relatórios sobre o país, e consideraremos o quadro normativo definido, sobretudo, pela Constituição e pelo Código Penal, bem como as decisões judiciais relevantes. Por fim, analisaremos a Lei Anti Homossexualidade (*Anti-Homosexuality Act*), de 2014, seus antecedentes, os trabalhos preparatórios, o texto do projeto de lei e o controlo de constitucionalidade e encerraremos o capítulo analisando o atual ponto de situação das minorias sexuais no Uganda e o ativismo dos direitos humanos no país.

1. Enquadramento histórico: a homossexualidade desde o período pré-colonial

Um dos principais argumentos contrários à homossexualidade no Uganda é o de que os atos e as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo pertencem a um fenómeno ocidental, não africano e inteiramente estranho ao Uganda. No entanto, indiferente do período histórico, a heterossexualidade não foi a única orientação sexual experimentada no Uganda. Uma análise do passado é capaz de comprovar que a homossexualidade no Uganda é anterior ao colonialismo europeu, sendo tacitamente tolerada, nem totalmente aceita, mas também nem totalmente reprimida³¹⁷. Uma das grandes discussões envolvendo a homossexualidade e os direitos das minorias sexuais no Uganda está relacionada com esse argumento de que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo não

³¹⁷ Cf. Sylvia TAMALE, "Out of the Closet: Unveiling Sexuality Discourses in Uganda", in *Feminist Africa*, vol. 2, 2003, p. 2, disponível em: http://www.awdfliibrary.org/bitstream/handle/123456789/361/13%20Tamale_OutoftheCloset_FemAfrica.pdf?sequence=2&isAllowed=y [15.09.2019].

pertencem à cultura do país ou do continente africano³¹⁸. Este posicionamento adotado pelo Uganda parece já estar enraizado de tantas vezes em que é proferido³¹⁹. O discurso tem sido utilizado, inclusive, pelo próprio Presidente do Uganda³²⁰. O argumento também foi utilizado por James Buturo, então Ministro de Ética e Integridade do Uganda, para defender um dos projetos de lei avançados no sentido de agravar as penas previstas para a prática de atos homossexuais³²¹. As evidências históricas e antropológicas comprovam que outras tribos também reconheciam a homossexualidade e os atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, além de um variado conceito de género no território hoje compreendido como o Uganda³²². Tratam-se das tribos dos Langi, no norte de Uganda e dos mudoko dako, oriundos da tribo dos Nilótico Lango, em que alguns homens assumiram géneros alternativos e se casavam com outros homens; e também entre os Iteso, Bahima, Banyoro e Baganda³²³. Ou seja, o próprio passado do país revela que a homossexualidade sempre esteve presente na história da tradição africana, descabendo a tese de que seja algo *unafrikan*. Além disso, como propõe Sylvia Tamale, “there is a long history of homosexuality in the Buganda monarchy; it was an open secret, for example, that Kabaka (king) Mwanga was gay”³²⁴. O reinado de Mwanga II foi iniciado em 1884, aos 17 anos de idade, e de acordo com o que os historiadores apontam, a homossexualidade já era um traço característico de sua personalidade, mesmo antes de se tornar rei³²⁵. Diante da luta pelo poder e comando do território que formou o Uganda, alguns religiosos que queriam impor o controlo das ações do rei, dentre elas conter sua orientação sexual, foram assassinados por ordens de Mwanga II. Muitos desses religiosos cristãos que foram mortos, foram mais tarde beatificados e hoje são cultuados pelos ugandenses que se reúnem anualmente em forma de celebração³²⁶.

Enquanto o argumento de que a homossexualidade não pertence ao Uganda é derrubado pela própria conjuntura histórica do país em seu período pré-colonial, a colonização britânica no Uganda

³¹⁸ Cf. Sylvie NAMWASE, “Culture versus homosexuality...”, *op. cit.*, p. 52.

³¹⁹ Cf. Phillip M. AYOUB, *When States Come Out Europe’s Sexual Minorities and the Politics of Visibility*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2016, pp. 213-217 (aspas no original).

³²⁰ Cf. John Osogo AMBANI, “A triple heritage of sexuality? Regulation of sexual orientation in Africa in historical perspective”, in Sylvie Namwase e Adrian Jjuuko (eds.), *Protecting the human rights of...*, *op. cit.*, p. 21.

³²¹ Cf. John Osogo AMBANI, “A triple heritage of sexuality? Regulation of sexual orientation in Africa in historical perspective”, in Sylvie Namwase e Adrian Jjuuko (eds.), *Protecting the human rights of...*, *op. cit.*, p. 22.

³²² Cf. Sexual Minorities Uganda, *Expanded Criminalization of Homosexuality in Uganda: A Flawed Narrative - Empirical Evidence and Strategic Alternatives from an African Perspective*, Kampala, 2004, p. 7, disponível em: <https://www.humandignitytrust.org/wp-content/uploads/resources/Expanded-Criminalisation-of-Homosexuality-in-Uganda-2014.pdf> [08.01.2018]. Cf., igualmente, Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, *op. cit.*, p. 256.

³²³ Cf. Sylvia TAMALE, “Out of the Closet...”, *op. cit.*, p. 2. Cf., também, Sexual Minorities Uganda, *Expanded Criminalization of Homosexuality in Uganda...*, *op. cit.*, p. 8.

³²⁴ Cf. Sylvia TAMALE, “Out of the Closet...”, *op. cit.*, p. §2.

³²⁵ Cf. Rahul RAO, “Re-memembering Mwanga: same-sex intimacy, memory and belonging in postcolonial Uganda”, in *Journal of Eastern African Studies*, vol. 9, n.º 1, 2015, pp. 1–4, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17531055.2014.970600> [01.10.2019].

³²⁶ Cf. Rahul RAO, “Re-memembering Mwanga: same-sex intimacy...”, *op. cit.*, pp. 1-19.

instala a regulamentação das relações sexuais, até então inexistente e desconhecido no território. O Uganda pertence à região da África Oriental e, assim como outros países, tiveram suas tradições religiosas e culturais fundamentalmente alteradas com a chegada dos imperialistas e missionários que interagiam com as instituições então existentes. Esses novos visitantes distorceram as características culturais dessas tradições e acrescentaram novas civilizações, idiomas, culturas, sistemas políticos e sociais, religião, bem como o perfil da orientação sexual que sempre foi muito inconstante³²⁷. Este legado colonial reflete uma tentativa de instalar a moralidade britânica "em massas resistentes" (*into resistant masses*), modificar o comportamento visto como inaceitável dos nativos e tentar impedir uma "infecção moral" (*moral infection*) dos colonialistas que lá estavam em contato com os nativos³²⁸. O contexto de "homofobia de Estado" surgiu a partir da colonização britânica, sendo que as leis do Uganda que criminalizam homossexuais, como o próprio Código Penal, foram introduzidas pela administração colonial, entre 1902 e 1950, na tentativa de combater o que foi visto na época como tendências sexuais perigosas entre os ugandenses³²⁹. Foi no Império Britânico, inclusive, que uma penalização por atos e condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo foi introduzida pela primeira vez³³⁰.

No entanto, como acima referido, não foram só os colonizadores britânicos que influenciaram as mudanças nos costumes do Uganda. Segundo John Osogo Ambani, além dos imperialistas, regiões como a que hoje pertence ao Uganda receberam a visita de missionários cristãos que viam na própria religião e civilização uma superioridade capaz de "salvar" os nativos³³¹. Kevin Ward esclarece que os missionários cristãos visitaram a Buganda pré-colonial pela primeira vez no final do século XIX, com missões protestantes, católicas e mutuamente hostis, sendo que o Islã havia antecedido o cristianismo há cerca de 30 anos³³². A herança da religião cristã, o islamismo e a própria religião africana auxiliaram a moldar o que foi adotado pelo Uganda em diferentes contextos da política, da cultura, dos costumes e na própria religião enquanto resultado da junção de todas as outras que o Uganda teve contato. Contudo, no que tange às minorias sexuais e à orientação sexual, a jurisdição do Uganda não só reafirmou a herança colonial, como a agravou e "might have fared even 'better' than their 'mentors' In what I have called 'second wave of criminalisation of homosexuality,' Nigeria and Uganda

³²⁷ Cf. John Osogo AMBANI, "A Triple Heritage of Sexuality...", *op. cit.*, p. §14.

³²⁸ Cf. Sexual Minorities Uganda, *Expanded Criminalization of Homosexuality in Uganda...*, *op. cit.*, p. 10 (aspas no original)

³²⁹ Cf. Sexual Minorities Uganda, *Expanded Criminalization of Homosexuality in Uganda...*, *op. cit.*, p. 1.

³³⁰ Cf. Rui GARRIDO, "Ativismo LGBT num Campo Político Hostil – Uma leitura dos movimentos ativistas no Uganda", in *Caderno de Estudos Africanos: Movimentos Sociais, Estado e Sociedade Civil em África*, n.º 31, 2016, p. 99, disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2031#tocto1n1> [10.09.2019].

³³¹ Cf. John Osogo AMBANI, "A Triple Heritage of Sexuality? Regulation of Sexual Orientation in Africa...", *op. cit.*, p. 15 (aspas no original).

³³² Cf. Kevin WARD, "The role of the Anglican and Catholic Churches in Uganda in public discourse on homosexuality and ethics", in *Journal of Eastern African Studies*, vol. 9, n.º 1, 2014, p. 129, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17531055.2014.987509> [18.09.2019].

have expanded the scope of anti homosexuality offences and prescribed harsher penal sanctions”³³³.

O Presidente do Uganda, Yoweri Museveni, um dos maiores defensores da condenação da população LGBTI no país, reconheceu que alguns dos membros da família real Buganda eram homossexuais, tendo afirmado que nenhum deles sofreu qualquer tipo de retaliação no passado em razão da orientação sexual³³⁴. Um contexto totalmente diferente daquele em que seu governo é marcado e das reais experiências sofridas pela população LGBTI no Uganda atual. Para explicar a homossexualidade do Rei, por exemplo, a teoria é a de que Kabaka Mwanga, teria sido corrompido pela bissexualidade de um de seus conselheiros muçulmanos, responsabilizando os árabes pela orientação sexual do Rei³³⁵. Apesar de colonizador ter deixado de criminalizar os comportamentos homossexuais, as *sodomy laws* mantêm-se em vigor no Uganda. Como refere Sylvia Tamale, os fundamentalismos políticos, culturais e religiosos desempenharam um papel crucial para suprimir e sufocar o pluralismo sexual, em um país em que qualquer relação sexual ou orientação sexual diferente do padrão heteronormativo é considerado “patológico”³³⁶.

2. Enquadramento sociocultural e religioso: as manifestações de homofobia

As minorias sexuais no Uganda, pelo menos desde a colonização e do surgimento de leis que combatem a homossexualidade, sempre viveram em um ambiente politicamente hostil e perigoso³³⁷. Entretanto, “o revivalismo da homofobia de Estado, fruto da ação conjugada de vários agentes políticos e religiosos, nacionais e estrangeiros, conduziu à vigência de uma legislação abertamente anti gay”³³⁸. Aliados aos argumentos de que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo vieram de fora do país e do continente, está o de que a homossexualidade não se encaixa à cultura africana. Sendo algo não pertencente a cultura africana, não tem espaço para a proteção e, conseqüentemente, é condenada pelo Estado e pela sociedade. No entanto, além de possuir uma definição extensa dentro do contexto africano, a cultura é praticada de forma distinta por diversas comunidades e sofreu um processo de transformação

³³³ Cf. John Osogo AMBANI, “A Triple Heritage of Sexuality? Regulation of Sexual Orientation in Africa...”, *op. cit.*, p. 15 (aspas no original).

³³⁴ Cf. John Osogo AMBANI, “A Triple Heritage of Sexuality? Regulation of Sexual Orientation in Africa...”, *op. cit.*, pp. 23-24. Cf., igualmente, Sexual Minorities Uganda, *Expanded Criminalization of Homosexuality in Uganda...*, *op. cit.*, p. 7.

³³⁵ Cf. Marc EPPRECHT, ““Bisexuality” and the Politics of Normal in African Ethnography”, *in Anthropologica*, vol. 48, n.º 2, 2006, pp. 190-191. Cf., igualmente, John Osogo AMBANI, “A Triple Heritage of Sexuality...”, *op. cit.*, p. 21.

³³⁶ Cf. Sylvia TAMALE, “Out of the Closet...”, *op. cit.*, p. 2 (aspas no original).

³³⁷ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, *op. cit.*, p. 264.

³³⁸ Cf. Rui GARRIDO, *The Anti-Homosexuality Act, 2014...*, *op. cit.*, pp. 264-265.

significativo oriundo da própria colonização³³⁹. Sylvie Namwase propõe que quando se trata de questões como o casamento e a união de pessoas do mesmo sexo e a própria orientação sexual, estamos diante de uma experiência humana íntima, fora dos limites culturais específicos³⁴⁰. Neste sentido, não caberia relacionar a homossexualidade com a cultura africana, uma vez que estamos diante de uma atitude moral relacionada ao que pode ser conduta ou expressão sexual culturalmente aceitável ou não pela sociedade:

The sexual autonomy of the individual and as such, their innate human right to exist as a sexual being without recourse to a certain culture remains and continues notwithstanding the views against it by members of that culture. It is on this basis that sexual minorities can assert their right to non-discrimination and equality before the law of a constitutional democracy that recognises their autonomous existence. If the facade of culture is removed, the cultural restrictions are revealed for what they truly are: issues of morality that can be changed through the acquisition of knowledge, then 'culture' cannot in and of itself be used as a basis to stifle individual autonomy³⁴¹.

No entanto, por não se encaixarem na cultura dominante da sociedade, como forma de apoio e resistência diante de tanta represália, a população LGBTI do Uganda procurou criar sua própria identidade, sua nomenclatura própria e interação em seu específico ambiente social e cultural. Existem vários termos utilizados para descrever os homossexuais ugandenses, sendo *abasiyazi* o termo mais comum e *kuchu* o termo em que os gays e lésbicas mais se identificam³⁴². No entanto, são considerados como um ultraje moral pela sociedade e, segundo Sylvia Tamale, os gays e lésbicas rejeitam os rótulos negativos e construíram uma autoidentificação positiva e fortalecedora:

Most of the gays and lesbians I have interviewed have assumed the kuchu identity and consider it as the prime factor in their personal identity. [Under] the repressive conditions of state- and religious-inspired homophobia in Uganda, it is not surprising that most homosexuals find it difficult to "come out" of their closeted lives or to be open about their sexual orientation. Most blend within the wider society and even live under the cover of heterosexual relationships while maintaining their homosexual relationships underground. The tendency is to construct "comfort zones" where they complacently live a different and segregated lifestyle³⁴³.

Neste sentido, defende a autora que o *Kuchuisimo* foi uma ferramenta importante para as

³³⁹ Cf. Sylvie NAMWASE, "Culture versus homosexuality: Can a right 'from' culture be claimed in Ugandan...", *op. cit.*, pp. 63-64.

³⁴⁰ Cf. Sylvie NAMWASE, "Culture versus homosexuality: Can a right 'from' culture be claimed in Ugandan...", *op. cit.*, pp. 75-76.

³⁴¹ Cf. Sylvie NAMWASE, "Culture versus homosexuality: Can a right 'from' culture be claimed in Ugandan...", *op. cit.*, p.76.

³⁴² Cf. Sylvia TAMALE, "Out of the Closet...", *op. cit.*, pp. 3-4.

³⁴³ Cf. Sylvia TAMALE, "Out of the Closet...", *op. cit.*, interpolação nossa, pp. §3-4.

minorias sexuais no Uganda, justamente por construírem uma determinada identidade na qual pudessem fazer parte, uma vez que não possuem esse sentimento de pertencimento em relação à cultura dominante e costumes sociais³⁴⁴. Esse não pertencimento deve-se ao fato de que todas as influências políticas, religiosas, nacionais e estrangeiras, que norteiam a regulamentação da vida cotidiana do país declararam guerra à orientação sexual que não seja a heterossexual e à identidade de gênero. No Uganda, essa explosão de preocupações sobre a homossexualidade ganhou força nas últimas décadas e trouxe consigo uma repentina perseguição política e religiosa³⁴⁵. Uma influência e apoio que vem, inclusive, de fora do país e que tem alertado a comunidade internacional. Como referem Matthew Skinta e Kip Williams, organizações antigay dos Estados Unidos da América, cansados de perder as guerras travadas em seu país, mudaram a atenção para a África e vincularam-se a projetos como o “Kill the Gays” do Uganda desde a década de 2010³⁴⁶. Segundo vários comentadores, agentes religiosos têm sido os maiores causadores dos ataques verificados contra esta minoria sexual³⁴⁷. Fato que ensejou a declaração pública de vários líderes religiosos, incluindo os chefes da *Reformed Evangelical Anglican Church of South Africa*, do Arcebispo Desmond Tutu, bem como do Vaticano, que reiteram a inexistência de qualquer relação entre a religião e a perseguição/criminalização das minorias sexuais no Uganda ou nos outros Estados Africanos³⁴⁸.

As manifestações de intolerância em nome da religião ou com base nela, caracterizam o conceito de intolerância religiosa e preceituam as maiores violações de direitos humanos, motivo de constante preocupação da comunidade internacional³⁴⁹. Segundo Patrícia Jerónimo, tais manifestações de intolerância tanto podem resultar da ação de indivíduos ou grupos, como podem influenciar a institucionalização de políticas públicas e ação do Estado e seus agentes; tanto podem ocorrer no relacionamento entre diferentes comunidades religiosas, como no seio de uma mesma comunidade de fiéis contra homossexuais, por exemplo³⁵⁰. A intervenção religiosa na busca pela condenação da homossexualidade ou pelo agravamento das penas já existentes no Uganda tem sido confirmada por diversos autores e pelas próprias ações dos missionários americanos. Em 2009, por exemplo, o projeto

³⁴⁴ Cf. Sylvia TAMALE, “Out of the Closet...”, *op. cit.*, pp. §3-4.

³⁴⁵ Cf. Patrick AWONDO *et. al.*, “Homophobic Africa? Toward A More Nuanced...” *op. cit.*, p. 147.

³⁴⁶ Cf. Matthew D. SKINTA e Kip WILLIAMS, “Queering the Globe: Promoting Equality, Connection, and Community”, in Matthew D. Skinta e Aisling Curtin (eds.), *Mindfulness and Acceptance for Gender and Sexual Minorities: A Clinician’s Guide to Fostering Compassion, Connection & Equality Using Contextual Strategies*, Oakland, CONTEXT PRESS, P. 287.

³⁴⁷ Cf. Patrick AWONDO *et. al.*, “Homophobic Africa...”, *op. cit.*, p. 167. Para uma leitura complementar, cf. Nathan ETENGU *et. al.*, “God, Beliefs and Scriptures”, in Sylvia TAMALE (ed.), *Homosexuality: Perspectives from Uganda*, Kampala, Sexual Minorities Uganda (SMUG), 2007, pp. 1-23.

³⁴⁸ Cf. Sexual Minorities Uganda, *Expanded Criminalization of Homosexuality in Uganda...*, *op. cit.*, p. 7.

³⁴⁹ Cf. Patrícia JERÓNIMO, “Intolerância, religião e liberdades individuais”, in Carlos Serra (coord.), *O que é a Intolerância Religiosa?*, Lisboa, Escolar Editora, 2016, p. 43.

³⁵⁰ Cf. Patrícia JERÓNIMO, “Intolerância, religião e liberdades individuais”, *op. cit.*, p. 49.

de Lei submetido por David Bahati trouxe a atenção mediática e acadêmica para o país e para o forte apoio desses missionários para impor penas severas como a pena de morte em casos tipificados como homossexualidade agravada (*aggravated homosexuality*). Essa influência dos evangélicos americanos no país não é recente, mas tanto o papel desempenhado por eles como “as the cynical manipulation of moral panics by the Ugandan government”, tem influenciado diretamente nessa caçada contra os homossexuais³⁵¹. O vídeo documentário “God Loves Uganda” demonstra bem a relação de controle das massas populares e da liberdade que os missionários americanos possuem no país. Motivam os cidadãos ugandenses a repudiar a homossexualidade e a identidade de gênero e a rotularem tudo que for relacionado às pessoas LGBTI como sendo algo negativo, errado, maligno e mortífero, empregando conceitos errados e desvirtuando os conceitos e relações³⁵². De acordo com o documentário, é possível identificar um trabalho exaustivo dos missionários em fazer os ugandenses seguirem os ensinamentos bíblicos e a identificarem na homossexualidade algo tão grave como a morte, empregando como patrocínio figuras como o ex-Presidente Barack Obama, por exemplo. Em novembro de 1999, o então Ministro do Estado para Segurança, Muruli Musaka, declarou que o Uganda não aceitaria doações de potências estrangeiras que aceitam a homossexualidade³⁵³. Este ponto específico que relaciona a política e a religião faz muito sentido quando nos apercebemos de que esses mesmos líderes religiosos pertencem à bancada de políticos de direita e que estão em pleno poder no Uganda, assumindo, inclusive, diversos cargos políticos de alto nível no governo do país³⁵⁴. No entanto, Barack Obama, visto como inimigo por esses missionários e pelos ugandenses, aparentemente recebeu esse título quando se declarou contrário ao projeto de lei que agrava as penas para os homossexuais em 2009³⁵⁵ e se manifestou contrário a aprovação da Lei Anti Homossexualidade, em 2014, ao que chegou a afirmar ao Presidente do Uganda que, caso aprovada, “this will complicate our valued relationship”³⁵⁶.

Como referido, são muitos os evangélicos de direita que ocupam diversos cargos políticos no país. É o caso da própria primeira-dama do Uganda e também deputada, Janet Museveni, uma “born-again Christian” que não poupa esforços para utilizar sua visão teocrática³⁵⁷. É certo que o trabalho dos missionários americanos no Uganda não se resume apenas à evangelização dos indivíduos, uma vez que auxiliam na construção de escolas, hospitais, dentro outros suportes necessários para o país. No entanto,

³⁵¹ Cf. Patrick AWONDO *et. al.*, “Homophobic Africa...”, *op. cit.*, p. 147 e 153.

³⁵² Cf. God Loves Uganda, Variance Films, Roger Ross Williams (dir.), Estados Unidos da América, 2013, disponível em: <http://www.godlovesuganda.com/> [01.12.2017].

³⁵³ Cf. Mohammed SEENGOOBA, “Homos in West are Beats – Minister”, in *Homosexuality: Perspectives from Uganda...*, *op. cit.*, p. 29.

³⁵⁴ Cf. Patrick AWONDO *et. al.*, “Homophobic Africa...”, *op. cit.*, p. 153.

³⁵⁵ Cf. John Osogo AMBANI, “Regulation of sexual orientation in Africa...”, *op. cit.*, pp. 44-45.

³⁵⁶ Cf. Phillip M. AYOUB, *When States Come Out Europe’s Sexual Minorities...*, *op. cit.*, p. 215.

³⁵⁷ Cf. Patrick AWONDO *et. al.*, “Homophobic Africa...”, *op. cit.*, p. 153.

essa evangelização e esse envolvimento da religião evangélica americana se apresentam como uma moeda de troca pelo apoio prestado ao povo do Uganda. Essa relação é extremamente perigosa para as minorias sexuais porque que esse envolvimento político e social embasa as campanhas legislativas que buscam promover a condenação e os aumentos de pena para as pessoas homossexuais e trans. Desse envolvimento surgiram diversos encontros entre os líderes da Igreja Evangélica dos Estados Unidos da América e os líderes do Uganda, buscando “implementar estratégias contra a comunidade gay no país”³⁵⁸. Este episódio também é referido por Patrick Awondo, Peter Geschiere e Graeme Reid, lembrando que os pastores americanos e sua corte viajaram até Kampala, capital do Uganda, e realizaram diversos encontros e reuniões que incluem advogados, líderes religiosos, políticos e representantes das universidades e escolas públicas para alertarem contra o que chamam de agenda gay:

The trip culminated in a three-day seminar attended by Uganda's elite, including Bahati and other MPs, in which U.S. evangelists whipped up hysteria over the supposed scheming of gays to sodomize African children and destroy Ugandan culture. Bahati became the champion of this message, and his bill, which has circulated through the parliamentary process in various versions but has not been adopted, has all the hallmarks of U.S. religious right obsessions, including the idea that any concession to LGBT equality will lead to the destruction of the family, the building block of society³⁵⁹.

De outro lado, além dos missionários americanos, os próprios religiosos cristãos e anglicanos do Uganda tratam a homossexualidade como um tabu, sem direito à discussão na sociedade, tratam o tema como algo errado e não aceitável. Como propõe Kevin Ward, os líderes políticos pertencentes as igrejas anglicanas e católicas sempre manifestaram um compromisso pessoal com a luta contra a homossexualidade, incluindo-a em uma lista que trazia temas como a pornografia, a bruxaria e a corrupção, por exemplo³⁶⁰. Ainda complementa o autor que a própria inclusão da homossexualidade em uma lista de males universalmente reconhecidos confirma a ausência de debate público sobre o tema³⁶¹. Neste sentido, Phillip Ayoub conclui que a politização da homofobia no Uganda deve-se em parte ao envolvimento transnacional dos conservadores americanos, mas também aos numerosos fatores domésticos relacionados à identidade e a religião³⁶².

³⁵⁸ Cf. Rui GARRIDO, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...”, *op. cit.*, p. 102.

³⁵⁹ Cf. Patrick AWONDO *et. al.*, “Homophobic Africa...”, *op. cit.*, p. 153.

³⁶⁰ Cf. Kevin WARD, “The role of the Anglican and Catholic Churches in Uganda...”, *op. cit.*, p. 134.

³⁶¹ Cf. Kevin WARD, “The role of the Anglican and Catholic Churches in Uganda...”, *op. cit.*, p. §134.

³⁶² Cf. Phillip M. AYOUN, *When States Come Out Europe's Sexual Minorities...*, *op. cit.*, p. 216.

3. Enquadramento político

A República do Uganda é governada desde 1986 pelo mesmo Presidente, Yoweri Museveni. Museveni assumiu o poder em Uganda quando seus guerrilheiros do Exército da Resistência Nacional (NRA / NRM) chegaram à capital Kampala depois de um conflito civil armado que já durava cinco anos³⁶³. Atualmente, com cinco mandatos presidenciais seguidos, o presidente está cercado de controvérsias relacionadas à liberdade de expressão, direitos humanos, alegações de nepotismo e até a morte de opositores políticos. Entretanto, em entrevistas que concede e em toda oportunidade internacional que tem de se manifestar quanto ao seu país, o presidente afirma que o Uganda é o país mais democrático do mundo e que ele está levando os ugandenses para fora da pobreza e para um futuro ainda melhor³⁶⁴. A afirmação positiva demonstra um comportamento típico de um político que deseja passar uma imagem positiva de seu governo para a comunidade internacional. Nesse sentido, Rui Garrido refere uma outra entrevista concedida em 2012 pelo presidente ugandês, quando o mesmo declara, em meio à pressão do Parlamento para a aprovação de uma lei Antigay, que uma resolução pacífica para a questão seria encontrada, bem como de que ele não perseguiria as minorias sexuais³⁶⁵. No entanto, dois anos depois dessa declaração, Museveni promulga a Lei Anti Homossexualidade, acompanhada de uma declaração capaz de demonstrar todo seu discurso homofóbico.

A governação de Museveni é marcada pelo relacionamento difícil com outras instituições centrais, como o Parlamento e os Tribunais. O presidente notoriamente prefere ditar todas as decisões, o que faz com que os ministros e outros funcionários, que são nominalmente responsáveis por uma determinada área de política, sejam dificilmente consultados. Em sectores-chave tais como a economia e as finanças, ou política externa em que o específico órgão técnico deveria ser consultado para a tomada de decisões e posterior implementação, na grande maioria das vezes, sequer são consultados pelo Presidente que decide o rumo de tais questões por conta própria³⁶⁶. O Movimento Nacional de Resistência estabeleceu em Uganda um novo tipo de política eleitoral, logo conhecida e denominada de democracia sem partido. Ainda que as atividades partidárias tenham ficado sujeitas a limitações estritas, o Movimento Nacional de Resistência do Uganda tentou não exacerbar a oposição política ao permitir que as partes existissem como entidades independentes. Sendo assim, as organizações políticas consideradas sem

³⁶³ Cf. Giovanni M. CARBONE, “‘Populism’ Visits Africa: The Case of Yoweri Museveni and No-Party Democracy in Uganda”, *in Crisis States Research Centre*, Milão, 2005, pp. 2-3, disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/28171/1/wp73.pdf> [10/04/2018].

³⁶⁴ Cf. Notícia intitulada “Uganda Is One of the Most Democratic Countries – Museveni”, *All Africa*, edição de 01 de maio de 2017, disponível em: <http://allafrica.com/stories/201705010731.html> [10.05.2018].

³⁶⁵ Cf. Rui GARRIDO, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...”, *op. cit.*, p. 109.

³⁶⁶ Cf. Giovanni M. CARBONE, “‘Populism’ Visits Africa...”, *op. cit.*, pp. 13-14.

interesse para o governo, recebiam uma mínima atenção por parte do movimento, mas não poderiam constituir um desafio efetivo à sua organização como governo³⁶⁷.

O governo do Uganda é ainda fortemente marcado pelo sistema militarista, porque o exército ugandense foi construído em torno de um movimento rebelde formado e comandado por Yoweri Museveni. As próprias forças armadas do país também são executadas de maneira muito pessoal pelo presidente. O exército do Uganda constitui peça de domínio privado do presidente, constituem chave e acabam por ser o principal instrumento de poder. Tanto é que, mesmo tendo sido reformado formalmente do exército tão somente no ano de 2004, o líder ugandense continua, por previsão constitucional, a ser o comandante-chefe do exército, com poderes para nomear e demitir oficiais e supervisionar as operações militares³⁶⁸.

Ao mesmo tempo, a dominação do exército é fielmente assegurada com base na lealdade do ministro da defesa, do comandante do exército e dos muitos oficiais que pertencem ao quadro militar do governo. Nenhuma ação relevante é tomada dentro das forças armadas que não seja diretamente aprovada por Museveni. Como característica dessa relação entre o exército, os militares e o próprio presidente, diversas técnicas foram instituídas como forma de reforçar essa aliança. Dentre elas, a corrupção entre os altos funcionários foi instrumentalmente permitida para reforçar a lealdade ao líder do Uganda. Alguns autores afirmam que durante as campanhas eleitorais de Museveni, como exemplo a campanha eleitoral de 2001, os militares manifestaram-se e deixaram claro que não aceitam qualquer outro presidente para o país que não seja o Museveni³⁶⁹, como uma referência aos Golpes de Estados comuns em África.

Essa aliança militar ultrapassa o papel esperado do exército que se organiza, vive e trabalha em função das ordens dadas por Museveni. Não só o exército, mas a polícia local de forma geral atua sob as ordens do Presidente por intermédio do emprego da força e das armas. Em dezembro de 2017, um festival internacional de cinema com temática LGBTI foi fechado pela polícia alegando conter material pornográfico³⁷⁰. O Estado não ofereceu nenhuma base legal para o encerramento forçado da mostra de cinema, no entanto a alegação de material pornográfico encontraria respaldo em uma lei de 2014, *The*

³⁶⁷ Cf. Giovanni M. CARBONE, "Political Parties in a 'No-Party Democracy' Hegemony and Opposition Under 'Movement Democracy' in Uganda", *in Party Politics*, vol. 9, n.º 4, 2003, disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/135406880394004> [15.05.2018].

³⁶⁸ Cf. Giovanni M. CARBONE, "'Populism' Visits Africa..." *op. cit.*, pp. 13-14.

³⁶⁹ Cf. Notícia intitulada "Uganda can't be lectured on democracy – Museveni", edição de 27 de janeiro de 2018, *The Observer*, disponível em: <http://observer.ug/news/headlines/56729-uganda-can-t-be-lectured-democracy-museveni.html> [27.03.2018].

³⁷⁰ Cf. Human Rights Watch, *Uganda: Police Raid Queer Kampala Film Festival*, 2017, disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/12/15/uganda-police-raid-queer-kampala-film-festival> [08.01.2017].

*Anti-Pornography Act*³⁷¹. A lei afeta inclusive as minorias sexuais, já que o governo correlaciona os temas e os trata como sinónimos. Este evento cultural foi um dos muitos eventos realizados no Uganda e que foram forçadamente fechados pela polícia por ordem do governo por conterem temática envolvendo as minorias sexuais. Outro exemplo, que afeta também grupos já vulneráveis e impediu a realização de campanhas de conscientização e prevenção do HIV/SIDA, foi quando o governo ameaçou barrar doadores internacionais que se ofereceram para debater assuntos como sexo seguro e que atingia também os homossexuais³⁷².

Como propõe Adam Kretz, essa insistência do Uganda em proibir atividades que podem vir a ser positivas do ponto de vista político e social em prol das minorias sexuais elimina qualquer chance de progresso social³⁷³. Neste sentido, quando analisado o aumento da discussão de pedidos de direitos LGBTI em alguns países africanos, dentre eles o Uganda, restou constatado também um aumento da homofobia proveniente justamente das lideranças políticas. Essa homofobia foi vista como um meio de tirar o foco de problemas sociais e económicos enfrentados por alguns países, mas que resultou também no aumento da violência e da discriminação contra os indivíduos LGBTI³⁷⁴.

Segundo Rui Garrido, desde o início da década de 2000 surgiram significativos indicadores políticos preocupantes para a comunidade LGBTI, acompanhados de um largo cronograma de eventos em que pôde ser verificada a presença de homofobia nas ações estatais³⁷⁵. Como refere o autor, em ordem cronológica, esses eventos iniciaram com a visita dos missionários norte-americanos em 2002, e tiveram seguimento por intermédio de diversas alterações legislativas. Um exemplo é a ementa à Constituição do Uganda, promulgada em 2005 pelo Presidente, restringindo o acesso ao casamento para pessoas do mesmo sexo; em 2006, por intermédio da publicação *The Red Papper*, 55 nomes e fotografias de pessoas alegadamente homossexuais vieram a público; em 2009, um conjunto de conferências antigay é realizado no país, resultando na criação de uma *Anti-Gay Task Force* para combater a homossexualidade; no mesmo ano, o então Ministro da Informação declara que os homossexuais precisam ser exterminados antes que eles exterminem a sociedade³⁷⁶. O ano de 2009 ainda é marcado pelo primeiro projeto de lei anti homossexualidade e que previa em seu texto a pena de morte para quem praticasse atos sexuais com pessoas do mesmo sexo.

³⁷¹ Cf. *Anti-Pornography Act, 2014*, disponível em: <https://ulii.org/ug/legislation/act/2015/1-7> [02.10.2019]

³⁷² Cf. Marc EPPRECHT, "'Bisexuality' and the Politics of Normal...", *op. cit.*, p. 188.

³⁷³ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, p. 25.

³⁷⁴ Cf. Johanna BOND, "Gender and Non-Normative Sex in...", *op. cit.*, p. 91

³⁷⁵ Cf. Rui GARRIDO, "Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...", *op. cit.*, pp. 101-102.

³⁷⁶ Cf. Rui GARRIDO, "Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...", *op. cit.*, p. §102.

4. Enquadramento jurídico

4.1. Compromissos internacionais em matéria de direitos humanos

A homofobia de Estado caracterizada pelas leis e pela forma como as pessoas LGBTI são tratadas pelas autoridades públicas no Uganda, é contrária às obrigações oriundas dos tratados internacionais ratificados pelo país e que garantem a proteção de direitos fundamentais e violam os princípios da dignidade, da igualdade, da não discriminação, privacidade e liberdade de expressão³⁷⁷. Ao longo dos anos, o Uganda aderiu e se tornou signatário de importantes tratados internacionais³⁷⁸. A República do Uganda é signatária do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966 (ratificado em 1987); do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 1966 (ratificado em 1995); da Convenção Internacional para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965 (ratificada em 1980); da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979 (ratificada em 1985); da Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984 (ratificada em 1986); da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989 (ratificada em 1990); do Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados, de 2000 (ratificado em 2002); da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de Suas Famílias, de 1990 (ratificada em 1995); e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007 (ratificada em 2008). Como refere Adrian Jjuuko, o Uganda ratificou os tratados internacionais de direitos humanos de forma voluntária. Mesmo assim, algumas disposições legislativas do país violam esses instrumentos, principalmente aqueles que promovem os direitos das minorias sexuais³⁷⁹. O próprio Comitê da CEDAW já instou o Uganda a descriminalizar as relações entre pessoas do mesmo sexo³⁸⁰.

Em relação às Convenções Regionais Africanas, o Uganda é membro da União Africana³⁸¹, sendo signatário da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, de 1986 (ratificada em 1986); da Convenção sobre os aspetos específicos dos problemas dos refugiados em África, de 1969 (ratificada

³⁷⁷ Cf. The Human Dignity Trust, *Uganda: Anti-Homosexuality Act 2014*, Londres, s/d, p. 1, disponível em: http://www.humandignitytrust.org/uploaded/Library/Other_Material/Anti-Homosexuality_Act_2014_final.pdf [29.01.2018].

³⁷⁸ Cf. United Nations, *Treaty Collection*, Nova Iorque, s/d, disponível em: https://treaties.un.org/Pages/UNTSONline.aspx?id=3&clang=_en [05.09.2018].

³⁷⁹ Cf. Adrian JJUUKO, “The incremental approach: Uganda’s struggle for the decriminalisation of homosexuality”, in Corinne Lennox e Matthew Waites (eds.), *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in The Commonwealth*, Londres, School of Advanced Study, University of London, 2013, p. 404.

³⁸⁰ Cf. Adrian JJUUKO, “The incremental approach: Uganda’s struggle for the decriminalisation...”, *op. cit.*, p. §404.

³⁸¹ Cf. African Union, “Member State Profiles”, in *African Union Headquarters*, Ethiopia, s/d, disponível em: <https://au.int/en/memberstates> [23.01.2018]. Cf., igualmente, Sylvie NAMWASE, “Culture Versus Homosexuality...”, *op. cit.*, pp. 55-56.

em 1987); do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das mulheres na África, de 2000 (ratificada em 2010); do Protocolo à Carta sobre o Estabelecimento de um Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, de 1998 (ratificada em 2001); e da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, de 1990 (ratificada em 1994)³⁸².

O Uganda ainda é membro da *UN Human Rights Council*, desde 2013, abordada diversas por ativistas LGBTI em razão das leis que criminalizam a homossexualidade³⁸³. A HRC opera o Exame Periódico Universal, e a cada 4 anos, a ONU revisa os registos de direitos humanos de seus membros. No Exame Periódico Universal elaborado pelas Nações Unidas voltado para o Uganda em 2016³⁸⁴, o país alegou em seu informe nacional que tem realizado diversos avanços e progressos no respeito aos direitos humanos, ao estado de direito e à democracia, incluindo os instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos que tem ratificado³⁸⁵. No entanto, diversas recomendações foram apresentadas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU no mesmo Exame Periódico ao concluir o estudo realizado. Recomendações que também foram identificadas por outros países, como a necessidade de ampliação da ratificação e assinatura de tratados internacionais de direitos humanos por parte do Uganda, por exemplo. O conselho recomendou ainda que o país aplicasse a lei de prevenção e proibição da tortura e aplicasse de maneira efetiva as leis pertinentes sobre violência sexual e de gênero. Restou registado na recomendação a necessidade de harmonização da legislação nacional de acordo com os instrumentos internacionais de direitos humanos. E ainda, a obrigatoriedade de o Uganda prevenir e combater todas as formas de violência e discriminação contra os grupos vulneráveis; fortalecer a luta contra a epidemia de VIH/SIDA mediante o combate contra atitudes discriminatórias; ampliar o acesso à justiça nos casos de violência sexual e de gênero. O conselho da ONU recomendou ainda que o Uganda deveria despenalizar as condutas homossexuais, derogando as leis que regulam os delitos tipificados como contrários à natureza ou indecorosos, e que o país deveria investigar, punir e desencorajar os casos de discriminação, intimidação e ataques contra pessoas LGBTI³⁸⁶.

As recomendações trazidas pela ONU no Exame Periódico Nacional são refletidas nos resultados de pesquisas realizadas por diversos órgãos humanitários, como as desenvolvidas anualmente

³⁸² Cf. University Of Minnesota, "Ratification of International Human Rights Treaties – Uganda", in *Human Rights Library*, Minnesota, s/d, disponível em: <http://hrlibrary.umn.edu/research/ratification-uganda.html> [25.01.2018].

³⁸³ Cf. Adrian JJUUKO, "The incremental approach: Uganda's struggle for the decriminalization...", *op. cit.*, p. 404.

³⁸⁴ Cf. United Nations Human Rights Council, *Universal Periodic Review*, 2018, disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx> [22.01.2018].

³⁸⁵ O Informe Nacional apresentado pelo Uganda às Nações Unidas em 03 de outubro de 2016 no Exame Periódico Nacional, está disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UGIndex.aspx> [22.01.2018].

³⁸⁶ Informe do Grupo de Trabalho sobre o Exame Periódico Nacional no Uganda, distribuído em 27 de dezembro de 2016, pp. 12-26, disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UGIndex.aspx> [23.01.2018].

pela ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo), intitulada de *Minorities Report*³⁸⁷. Como forma de obter dados e um levantamento popular de questões que envolvam orientação sexual e gênero, no decorrer da pesquisa os entrevistados opinam sobre a existência de direitos LGBTI, proteção, sociabilidade, entre outros aspetos. Na pesquisa realizada em 2016 e disponibilizada em 2017, 5123 pessoas participaram e responderam aos questionamentos realizados pela organização, das quais 62% delas possuíam entre 18 e 34 anos de idade. De acordo com as respostas apresentadas, é possível identificar as ameaças, perseguições, preconceito e discriminação no meio social e político no Uganda. Da pesquisa é possível identificar que mais da metade da população do Uganda tem esse posicionamento, eis que as respostas positivas fornecidas pelos entrevistados ultrapassaram o percentual de 60%, quando questionado se consideram a criminalização de homossexuais como correta ou da impossibilidade de aceitarem a homossexualidade devido a cultura ou religião. O *Minorities Report* 2017³⁸⁸, disponibilizada no ano de 2018, foi igualmente realizado com base em sub-regiões dos continentes. Na África Subsaariana, a qual pertence o Uganda, os números registaram igualmente um número maior de desaprovações em relação à homossexualidade e à identidade de gênero do que em outras regiões do mundo, por exemplo³⁸⁹.

4.2. Constituição da República do Uganda

Além dos tratados internacionais dos quais o Uganda é signatário, a homofobia de Estado e a discriminação dessas minorias sexuais no país contrariam a própria Constituição do Uganda, em vigor desde 1995³⁹⁰. Como refere Rui Garrido, no texto da lei fundamental são elencados vários direitos fundamentais, inclusive, com um “âmbito de ação bastante generoso, fazendo da Constituição ugandesa uma lei fundamental bastante progressista”³⁹¹. Isto porque, em seu capítulo IV, sob a epígrafe de *Protection and promotion of fundamental and other human rights and freedoms*, a Constituição prevê, de fato, a promoção de diversos direitos fundamentais como a igualdade e a liberdade, além da não discriminação e a proteção de direitos humanos. O artigo 20.º, inaugura o capítulo dispondo que os

³⁸⁷ A pesquisa encontra-se disponível na íntegra em: <http://www.ilga.org/es/ilga-riwi-global-attitudes-survey-es> [10.11.2017].

³⁸⁸ Cf. ILGA, International Lesbian, Gay, Bisexual, trans and Intersex Association, *Minorities Report 2017: attitudes to sexual and gender minorities around the world*, Geneva, 2017, disponível em: <https://ilga.org/ilga-riwi-global-attitudes-survey> [25.09.2019].

³⁸⁹ Durante a elaboração deste trabalho, a análise individual de cada país não estava acessível no sítio eletrónico da ILGA. Quando estiver, poderá ser consultado em: https://ilga.org/downloads/Country_level_data_ILGA_RIWI_survey_2017_in_Excel.xlsx [05.10.2019].

³⁹⁰ Cf. *Constituição da República do Uganda*, 1995, disponível em: <http://www.parliament.go.ug/index.php/documents-and-reports/the-constitution> [20.01.2019].

³⁹¹ Cf. Rui GARRIDO, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...”, *op. cit.*, p. 100.

direitos e liberdades fundamentais são inerentes ao indivíduo e que devem ser promovidos pelos órgãos do Governo e por todas as pessoas. O artigo 21.º prevê a proteção de direitos à igualdade e à liberdade, dispondo em sua cláusula 1 que “all persons are equal before and under the law in all spheres of political, economic, social and cultural life and in every other respect and shall enjoy equal protection of the law”; na cláusula n.º 2, o artigo esclarece que nenhuma pessoa poderá ser discriminada com base no sexo, raça, cor, origem étnica, tribo, nascimento, credo ou religião, posição social ou econômica, opinião política ou incapacidade; e na cláusula n.º 3, apresenta o significado de “discriminar”, como sendo “give different treatment to different persons attributable only or mainly to their respective descriptions by sex, race, colour, ethnic origin, tribe, birth, creed or religion, social or economic standing, political opinion or disability”³⁹². O artigo 23.º dispõe sobre a proteção da liberdade pessoal, e o artigo 24.º garante o respeito pela dignidade humana e a proteção contra tratamentos desumanos ou degradantes. Em seu texto, também identificamos a proteção ao direito à privacidade da pessoa e do lar, determinado no artigo 27.º, e também o direito à proteção da liberdade de consciência, expressão, movimento, religião, assembleia e associação, previsto no artigo 29.º da constituinte. De suma importância, também, é a referência que o artigo 32.º faz das ações afirmativas em favor dos grupos marginalizados, e que reflete um descompasso bastante grande com a realidade do país. Isto é, de um lado temos um artigo que prevê em sua cláusula 1 que “the State shall take affirmative action in favour of groups marginalised on the basis of gender, age, disability or any other reason created by history, tradition or custom, for the purpose of redressing imbalances which exist against them” e na cláusula 2 que o “Parliament shall make relevant laws, including laws for the establishment of an equal opportunities commission”³⁹³, mas de outro, temos o trabalho inverso do Parlamento e do governo que promulga leis e projetos de lei que buscam marginalizar a população LGBTI do país. Por fim, um último artigo que merece destaque é o artigo 36.º da Constituinte, que presta uma proteção específica para minorias e declara a obrigatoriedade do Estado em proteger os direitos dos grupos minoritários³⁹⁴.

De fato, o texto constitucional apresenta um rol bastante protetivo dos direitos e garantias fundamentais das minorias sexuais. Em contrapartida, às modificações trazidas ao texto original por intermédio de emendas constitucionais contrariam essa previsão progressista e abrangente. Um bom exemplo disso é a emenda constitucional de 2005 que introduziu no texto da constituinte a proibição do

³⁹² Cf. artigo 21.º, n.º 1, da Constituição da República do Uganda, disponível em: <https://ulii.org/ug/legislation/consolidated-act/0> [20.01.2019].

³⁹³ Cf. artigo 32.º, n.ºs 1 e 2, da Constituição da República do Uganda, disponível em: <https://ulii.org/ug/legislation/consolidated-act/0> [20.01.2019].

³⁹⁴ Cf. artigo 36 da Constituição da República do Uganda, disponível em: <https://ulii.org/ug/legislation/consolidated-act/0> [20.09.2019].

casamento entre pessoas do mesmo sexo³⁹⁵. A redação original do artigo 31, n.º (1), da Constituição previa que “men and women of the age of eighteen years and above have the right to marry and to found a family and are entitled to equal rights in marriage, during marriage and at its dissolution”³⁹⁶. No entanto, com a alteração trazida pela ementa, a redação do artigo 31, n.º (2) ganhou uma nova alínea, prevendo a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo, que determina “marriage between persons of the same sex is prohibited”³⁹⁷. Como referem Stella Nyanzi e Andrew Karamagi, “the Constituent Assembly which reviewed the draft Constitution in 1994, and the Government’s White Paper response to the Commission’s report all disapproved same sex marriages for fear of likely societal destruction similar to the scriptural towns of Sodom and Gomorrah”³⁹⁸.

O Tribunal Constitucional do Uganda, em poucas decisões até hoje proferidas envolvendo direitos LGBTI, teve a oportunidade de interpretar alguns dos artigos acima referidos. Dentre as decisões, a primeira delas é o processo *Mukasa & Another contra Attorney-General*, de 2008³⁹⁹. De acordo com o processo, Victor Mukasa era um ativista LGBTI que teve sua residência invadida por funcionários do Conselho Local e agentes policiais, momento em que encontraram seu companheiro de quarto, o segundo requerente, Oyo, descansando no local⁴⁰⁰. Vários itens da casa foram removidos e Oyo foi levado preso por várias horas, tendo sido intimidado e submetido a tratamentos desumanos. Diante da invasão domiciliar, da prisão e dos maus tratos, a Corte concluiu que vários direitos constitucionais haviam sido violados, mas que não se tratava de uma análise envolvendo a homossexualidade, mas sim de direitos humanos⁴⁰¹. De outro lado, o caso *Nabagesera & 3 ors contra Attorney General & Anor*, de 2012, julgado em 24 de junho de 2014, teve um julgamento um tanto diferente⁴⁰². De acordo com a decisão, Jacqueline Kasha Nabagesera, Frank Mugisha, Julian Pepe Onziema e Geoffrey Ogwaro apresentaram em tribunal uma solicitação por intermédio de uma Notificação de Moção contra o Procurador Geral e Reverendo Simon Lokodo, representado pelas Câmaras do Procurador Geral. Tal moção teve origem no encerramento forçado de um *workshop* organizado por um dos requerentes e que teria a participação

³⁹⁵ Cf. Adrian JJUUKO, “The incremental approach: Uganda’s struggle for the decriminalization...”, *op. cit.*, p. 382.

³⁹⁶ Cf. artigo 31, n.º 1, da Constituição da República do Uganda, disponível em: <https://ulii.org/ug/legislation/consolidated-act/0> [20.09.2019].

³⁹⁷ Cf. artigo 31, n.º 2, (a), da Constituição da República do Uganda, disponível em: <https://wipolex.wipo.int/en/text/170004> [20.09.2019].

³⁹⁸ Cf. Stella NYANZI e Andrew KARAMAGI, “The social-political dynamics of the anti-homosexuality legislation...”, *op. cit.*, p. 29.

³⁹⁹ A íntegra da decisão não está disponibilizada no sítio eletrónico da Corte Constitucional do Uganda.

⁴⁰⁰ Cf. J OLOKA-ONYANGO, “Debating love, human rights and identity politics in East Africa: The case of Uganda and Kenya”, *in African Human Rights Law Journal*, vol. 15, 2015, p. 36, disponível em: <http://dx.doi.org/10.17159/1996-2096/2015/v15n1a2> [12.09.2019].

⁴⁰¹ Cf. J OLOKA-ONYANGO, “Debating love, human rights and identity politics in East Africa: The case of Uganda...”, *op. cit.*, p. 37. Para uma leitura complementar, cf. Sylvia TAMALE, *Homosexuality: Perspectives from Uganda...*, *op. cit.*, pp. 60-62.

⁴⁰² Cf. High Court of Uganda, *Nabagesera & 3 ors versus Attorney General & Anor*, Cause n.º 033 de 2012, julgado em 24 de junho de 2014, disponível em: <https://ulii.org/ug/judgment/high-court-civil-division/2014/85-0> [07.10.2019].

dos demais como palestrantes convidados. O encerramento do evento, segundo os autores, teria violado assim os artigos 21, 29 e 38 da Constituição do Uganda. Conforme relatado, o requerido, na condição de Ministro da Ética e Integridade do país, compareceu ao evento e o encerrou sob a alegação de que “the workshop was an illegal gathering of Homosexuals”, ordenando o encerramento, bem como a imediata dispersão dos participantes. O tribunal entendeu que os participantes no momento das palestras não foram encontrados envolvidos em atos homossexuais ou mostraram intenção de fazê-los, razão pela qual descabida a aplicação do Código Penal, conforme requerido pelos demandados. No entanto, como pode ser observado na decisão, o magistrado concluiu, principalmente com base na prova testemunhal do próprio requerido, que os requerentes eram homossexuais e membros da comunidade LGBTI em Uganda e de organizações que incentivam as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo:

The first, second and third applicants' organizations (FARUG and SMUG) have previously organized workshops targeting homosexuals which were organized with LGBT organizations which encourage homosexuals and support or fund their projects. [In] these workshops, homosexual participants were taught 'Human Rights' and Advocacy that it is a human right for persons to practice sex with members of the same sex and encouraged to develop self esteem and confidence about the practices. They were encouraged to train other homosexuals and to conceal the objectives of training activities from the public and law enforcement officers because the practices are prohibited by the law. Further to this, the Minister depones that participants in the workshops were trained to become more adept in same sex practices by distribution of same sex practice literature and information, and training on same sex among homosexuals. In paragraph 7, the Minister reveals that the participants were trained to similarly train other homosexuals and strengthen their LGBT organizations to achieve the objective of encouraging and supporting homosexuals. According to paragraph 8, participants were also encouraged to train other homosexuals in 'Human Rights and Advocacy training', 'project planning', 'Advocacy and leadership' with the aim to equipping homosexuals with the confidence, knowledge and skills to conduct and promote their same sex practice⁴⁰³.

Sendo assim, entendeu o julgador que as evidências eram claras para mostrar que o *workshop* fechado incentivava as pessoas a se envolverem e a promoverem práticas sexuais. Além disso, refere a recusa de um dos requerentes em ter presente um funcionário do governo para observar os procedimentos da conferência e que quando o Ministro requerido teria chegado no evento, os participantes estavam a descansar, logo “it was reasonable and justified for the Minister to conclude that this workshop was engaging in direct and indirect promotion of same sex practices which is prohibited by S. 145 and 21 of the Penal Code Act”. Sendo assim, concordou com a ação do Ministro requerido, sob

⁴⁰³ Cf. High Court of Uganda, *Nabagesera & 3 ors contra Attorney General & Anor*, Cause N.º 033 de 2012, julgado em 24 de junho de 2014, *cit.*, interpolação nossa.

o fundamento de que o mesmo teria agido em nome do interesse público do Uganda, visando proteger os padrões morais públicos do país. As conclusões do julgador ainda foram mais longe ao analisar as demais questões trazidas, tendo proferido que os artigos da constituição invocados pelos requerentes não foram violados diante da ação do Ministro requerido, pois a ação era ilegal e comportava o encerramento, fundamento extraído do artigo 43.º da Constituição e artigo 7.º da Declaração Universal de Direitos Humanos e concluiu assim a questão:

Learned counsel for the applicant also relied on the fact that the UN Human Rights Committee (UNHRC) criticized the use of protection of public morals as a basis for derogating from rights in relation to homosexuality. However, these were views or observations of the UNHRC which are not legally bidding on the UN member states and are unenforceable against the involved state party. In Uganda, the only forum which can determine if protection of public morals is justifiable as a basis for limiting homosexual rights under Article 43 or if legal restrictions such as S.145 of the Penal Code Act is inconsistent with Uganda's obligations under International Law are our National Courts. Decisions from South Africa, Indian and Hong Kong which learned counsel for the applicants relied on reflect what those national courts have determined as to what amounts to public interest of those countries and as such are not bidding on Uganda. Since public interest is defined by a country's fundamental values, it differs between countries.

In as far as there is no legal challenge to the validity of S. 145 of the Penal Code Act, it is still valid and bidding on all courts in Uganda, regardless of whether there are foreign precedents stating that prohibition of homosexual acts as offences against morals is unjustified restriction on rights if the homosexuals.

Por fim, conforme proferido na decisão, entendeu o Tribunal Constitucional que não era cabível nenhuma indenização aos requerentes, pois não poderiam beneficiarem-se de uma situação ilegal.

4.3. Código Penal

O Código Penal do Uganda, em vigor no país desde o ano de 1950, é uma relíquia colonial britânica que, ainda que não nomeie de forma específica os atos sexuais e as relações entre pessoas do mesmo sexo, é frequentemente utilizado para punir a homossexualidade⁴⁰⁴. Isto porque, prevê em seu capítulo XIV as sanções resultantes de ofensas praticadas “contra a moralidade” (*Offences Against Morality*) e, neste contexto, pune as práticas que são consideradas “contra a natureza ou sua tentativa

⁴⁰⁴ Cf. Stella NYANZI e Andrew KARAMAGI, “The social-political dynamics of the anti-homosexuality legislation...”, *op. cit.*, p. 27.

de cometimento” (*Attempt to commit unnatural offences*)⁴⁰⁵. Ou seja, por mais que não tenha uma previsão explícita que condene as pessoas LGBTI, possui em seu texto essas disposições veladas que são interpretadas de maneira discriminatória⁴⁰⁶. Como refere Rui Garrido, essa ausência de previsão específica contra a homossexualidade, “é um reflexo do tempo em que estas leis foram implementadas”, sendo então adotada a redação de “conhecimento carnal contra a ordem natural”⁴⁰⁷. Tais disposições podem ser identificadas na secção 145.^o do Código Penal, que prevê a proibição de ter “contato carnal com qualquer pessoa de forma contrária à natureza” (*carnal knowledge of any person against the order of nature*) e assim refere:

145. Unnatural offences.

Any person who—

- (a) has carnal knowledge of any person against the order of nature;
- (b) has carnal knowledge of an animal; or
- (c) permits a male person to have carnal knowledge of him or her against the order of nature, commits an offence and is liable to imprisonment for life⁴⁰⁸.

O ilícito da secção 145 é punível com pena de prisão máxima de sete anos, conforme determina a secção 146 do Código Penal, e determina que “Any person who attempts to commit any of the offences specified in section 145 commits a felony and is liable to imprisonment for seven years⁴⁰⁹. Por fim, a secção 147 do Código tipifica as agressões indecentes cometidas contra os rapazes menores de 18 anos e dispõe:

147. Indecent assaults on boys under eighteen. Any person who unlawfully and indecently assaults a boy under the age of eighteen years commits a felony and is liable to imprisonment for fourteen years, with or without corporal punishment⁴¹⁰.

A existência dessas disposições legais no Código Penal do país constitui uma invasão da privacidade dos indivíduos e legitimam a violência contra pessoas LGBTI. Além disso, agridem a sua dignidade ao tratar o sentimento afetivo e as condutas referentes à homossexualidade como crimes contranatura. São disposições que podem ser usadas para destruir carreiras e vidas, pois promovem e

⁴⁰⁵ Cf. *Penal Code Act 1950*, disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/75312/100698/F-852255241/UGA75312.pdf> [07.10.2019]. Cf., igualmente, Sylvia TAMALE, “Laws & Human Rights”, in *Homosexuality: Perspectives from Uganda...*, *op. cit.*, pp. 55-56.

⁴⁰⁶ Cf. Stella NYANZI e Andrew KARAMAGI, “The social-political dynamics of the anti-homosexuality legislation...”, *op. cit.*, p. 27-29.

⁴⁰⁷ Cf. Rui GARRIDO, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...”, *op. cit.*, p. 100.

⁴⁰⁸ Cf. Penal Code Act, 1950, *secção 145*, §43, disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/75312/100698/F-852255241/UGA75312.pdf> [07.10.2019].

⁴⁰⁹ Cf. Penal Code Act, 1950, *secção 146*, *cit.*, §§43-44.

⁴¹⁰ Cf. Penal Code Act, 1950, *secção 147*, *cit.*, §44.

incitam a violência, conferindo ao Estado o poder de prender, chantagear e abusar, conduzindo essas pessoas a viverem na invisibilidade e no medo⁴¹¹. Essa criminalização levou diversas pessoas ao cárcere, ao medo, à tortura e à morte, sendo o caso mais conhecido o do ativista gay David Kato, assassinado em 2011⁴¹². Como refere Adrian Jjuuko, a existência dessa previsão legislativa discrimina os homossexuais e os torna cidadãos de segunda categoria, no entanto, para os grupos de direitos “antigays”, a previsão legislativa é necessária, mas ao mesmo tempo fraca para combater a homossexualidade⁴¹³. O argumento de que a legislação então existente no Uganda não era suficiente para combater as ameaças internas e externas à família tradicional originaram em 2009 a criação de um projeto de lei que buscava introduzir dois novos tipos penais: crimes de homossexualidade e homossexualidade agravada⁴¹⁴.

5. *Anti-Homosexuality Act*, de 2014:

5.1 Antecedentes e trabalhos preparatórios – *The Anti-Homosexuality Bill*, 2009

Em outubro de 2009, o parlamentar David Bahati, em seu primeiro mandato como parlamentar, propôs um projeto de lei anti homossexualidade para membros privados do parlamento do Uganda. O parlamentar proponente possuía fortes laços com as autoridades religiosas conservadoras na África e nos Estados Unidos da América e descreveu o projeto como algo capaz de tornar o Uganda um país mais hostil para as pessoas LGBTI ou para quem apoiasse essas minorias sexuais⁴¹⁵. No memorando que precedeu ao projeto constava que o objetivo principal da lei era estabelecer uma "comprehensive consolidated legislation to protect the traditional family"⁴¹⁶. O texto original do projeto trazia significativas disposições aos crimes de homossexualidade, regulamentando-os e introduzindo no ordenamento jurídico novos tipos penais: “ofensa da homossexualidade”, “homossexualidade agravada” e “tentativa de praticar homossexualidade”⁴¹⁷. Como refere Adam Kretz, o projeto foi conhecido internacionalmente como “Kill the Gays Bill”, pois fortalecia as punições para aqueles que eram condenados por envolverem-

⁴¹¹ Cf. Human Rights Watch, *This Alien Legacy – The Origins of "Sodomy": Laws in British Colonialism*, 2008, disponível em: <https://www.hrw.org/report/2008/12/17/alien-legacy/origins-sodomy-laws-british-colonialism> [05.01.18].

⁴¹² Cf. Adrian JUUUKO, “The incremental approach: Uganda’s struggle for the decriminalization...”, *op. cit.*, p. 381. Cf., igualmente, Rui GARRIDO, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...”, *op. cit.*, pp. 102-103.

⁴¹³ Cf. Adrian JUUUKO, “The incremental approach: Uganda’s struggle for the decriminalization...”, *op. cit.*, p. 381.

⁴¹⁴ Cf. Rui GARRIDO, “*The Anti-Homosexuality Act*, 2014...”, *op. cit.*, p. 2.

⁴¹⁵ Cf. Adam J. KRETZ, “From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...”, *op. cit.*, p. 13.

⁴¹⁶ Cf. Tiffany M. LEBRÓN, ““Death to Gays!” Uganda’s ‘One Step Forward, One Step Back’ Approach to Human Rights”, *in Buffalo Human Rights Law Review*, vol. 17, 2011, p. 177, disponível em: <https://digitalcommons.law.buffalo.edu/bhrlr/vol17/iss1/6> [01.10.2019].

⁴¹⁷ Cf. Renata Reverendo Vidal K. NAGAMINE, “Os Direitos de Pessoas LGBTI em Uganda: Redes Transnacionais de Advocacy e a Lei Anti-Homossexualidade”, *in Lua Nova*, vol. 92, São Paulo, 2014, pp. 284-285 (aspas no original).

se em atividades homossexuais⁴¹⁸. O crime de homossexualidade agravada resulta de uma segunda violação da proibição, mas quando entre as pessoas envolvidas estavam pessoas menores de idade, deficientes ou pessoas soropositivas. O crime de tentativa de homossexualidade criminalizava também quem “aids, abets, counsels, or procures another to engage of acts of homosexuality,”⁴¹⁹. Em seu texto inicial, a lei previa a pena de morte para quem cometesse o delito de “homossexualidade agravada”⁴²⁰ e a prisão perpétua para punir quem cometesse o crime de “ofensa da homossexualidade”⁴²¹. Sylvia Tamale esclarece bem o significado desse projeto e de suas previsões quando refere que não apenas as pessoas LGBTI seriam atingidas, mas a sociedade como um todo, justamente por definir homossexualidade de forma tão ampla que o simples gesto de tocar o outro poderia ser punível:

This is a provision highly prone to abuse and puts all citizens (both hetero and homosexuals) at great risk. Such a provision would make it very easy for a person to witch-hunt or bring false accusations against their enemies simply to destroy their reputations and cause scandal. Moreover, the bill imposes a stiff fine and a term of imprisonment for up to three years for any person in authority over a homosexual who fails to report the offender within hours of acquiring such knowledge. Hence the bill requires family members to spy on one another. This provision obviously does not strengthen the family unit in the manner that Hon. Bahati claims his bill wants to do, but rather promotes the breaking up of the family. This provision further threatens relationships beyond family members. What do I mean? If a gay person talks to his priest or his doctor in confidence, seeking advice, the bill requires that the priest or doctor breach their trust and confidentiality with the gay individual and immediately hand them over to the police within 24 hours. Failure to do puts them at risk of being arrested. Or a mother who is trying to come to terms with her child's sexual orientation may be dragged to police cells for not turning in her child to the authorities. The same fate would befall teachers, priests, local councillors, counsellors, doctors, landlords, elders, employers, MPs, lawyers, etc. Furthermore, if your job is in any way related to human rights activism, advocacy, education and training, research, capacity building or related issues, this bill should be a cause for serious alarm. In a very undemocratic and unconstitutional fashion, the bill seeks to silence human rights activists, academics, students, donors and non-governmental organisations. If passed into law, it will stifle the space of civil society⁴²².

O Projeto de Lei de 2009 colocou o Uganda no panorama internacional e atraiu à atenção de diversos ativistas, políticos, religiosos e académicos, todos contrário ao texto e a sua introdução pelo Parlamento do Uganda. Muitos protestos ao redor do mundo foram realizados contendo o apoio ou a iniciativa de nomes como Ban Ki-Moon, David Cameron, Barack Obama, Desmond Tutu, Nelson Mandela,

⁴¹⁸ Cf. Adam J. KRETZ, “From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...”, *op. cit.*, p. 13.

⁴¹⁹ Cf. Adam J. KRETZ, “From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...”, *op. cit.*, p. §13.

⁴²⁰ Cf. Rui GARRIDO, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...”, *op. cit.*, p. 102.

⁴²¹ Cf. Renata Reverendo Vidal K. NAGAMINE, “Os Direitos de Pessoas LGBTI em Uganda...”, *op. cit.*, pp. 285- 286 (aspas no original).

⁴²² Cf. Sylvia TAMALE, “A Human Rights Impact Assessment of the Ugandan...”, *op. cit.*, p. 53.

entre outros⁴²³. Em março de 2010, referindo-se à pressão sofrida pelos países ocidentais, o Presidente do Uganda relatou:

O primeiro-ministro do Canadá veio me encontrar e sobre o que ele falou? Gays. O primeiro-ministro Gordon Brown veio me encontrar e sobre o que ele falou? Gays. A senhora Clinton [secretária de Estado dos Estados Unidos] me rodeou. Sobre o que ela falou? Gays. Houve uma passeata de 300.000 gays em Nova Iorque. Agora, eu quero desafiar vocês, membros do Parlamento, quantos de vocês, além de mim, já presenciaram uma passeata de 300.000 pessoas?⁴²⁴

Assim, Yoweri Museveni passou a fazer pressão privada entre os parlamentares de seu partido, buscando o arquivamento do projeto⁴²⁵. Diante de toda a pressão, o projeto não avançou. A pena de morte foi retirada da redação e, mais tarde, com a mudança de governo o projeto caiu por completo, sem que o fervor de ver uma lei anti homossexualidade no país também fosse derrotado⁴²⁶.

O Projeto de Lei foi reformulado e novamente apresentado pelo deputado David Bahati, dessa vez sem conter aspectos mais polêmicos como a condenação à pena de morte. Segundo aponta Emma Paszat, depois de proposto, o projeto de lei foi atribuído ao Comitê de Assuntos Jurídicos e Parlamentares para revisão, mas sem qualquer consulta formal realizada pelo Comitê até maio de 2011, 16 meses após a introdução do projeto⁴²⁷. No entanto, esclarece Adam Kretz que, diante de sua popularidade política e da nova liderança da Presidente Rebecca Kadaga no Parlamento, o segundo projeto de David Bahati foi proposto no final de 2011⁴²⁸. Muito semelhante ao *Homosexuality Bill* de 2009, este novo projeto trazia ainda as penas de prisão e alternava em relação ao tempo de cárcere e o delito cometido. Em 2013, após alguns anos em tramitação no parlamento, o processo foi encaminhado para votação. Neste sentido, Emma Paszat refere sobre o percurso do projeto e sobre a votação:

[minority] and majority reports were written and finalised in 2012. However, because these reports are only presented to the rest of the legislature when the bill is considered on the floor, the reports were not discussed until December 2013, when, in a last-ditch effort to pass the bill, the Speaker arranged for the AHB to be left off the Order Paper for 20 December. This meant that on 20 December, only select supporters of the bill knew it would be called to the floor. Fox Odoi, who co-wrote and signed the minority report calling for the bill to be scrapped, received an Order of Paper for 20 December without the bill on it: 'I was not aware that it was coming because it [was] not reflected on the [hard] copy and the electronic copy

⁴²³ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, p. 14.

⁴²⁴ Cf. Renata Reverendo Vidal K. NAGAMINE, "Os Direitos de Pessoas LGBTI em Uganda...", *op. cit.*, p. 287.

⁴²⁵ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, p. 14.

⁴²⁶ Cf. Rui GARRIDO, "Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...", *op. cit.*, p. 103.

⁴²⁷ Cf. Emma PASZAT, "Why 'Uganda's anti-homosexuality bill'? Rethinking the 'coherent' state", in *Third World Quarterly*, 2017, pp. 4-5, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2017.1322459> [02.10.2019].

⁴²⁸ Cf. Adam J. KRETZ, "From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...", *op. cit.*, p. 15.

of the order paper that was sent to my email'. According to official Hansard records, on 20 December 2013, the committee reports and the bill were discussed for 56 minutes, and this time encompassed the bill's second and third readings.³⁰ Neither author of the minority report was present to convey their arguments, and fewer than 20 MPs spoke on the issue in the chamber that day⁴²⁹.

Com o apoio irrestrito da líder do parlamento, o projeto avançou de forma rápida até à aprovação. Rebecca Kadaga sustentava que o projeto refletia a vontade da maioria do povo em Uganda, sendo amparada pelos membros do gabinete do Presidente Museveni e de vários líderes religiosos⁴³⁰. O Projeto de Lei foi aprovado pelo parlamento em dezembro de 2013 e em 24 de fevereiro de 2014 o Presidente promulga a Lei Anti Homossexualidade do Uganda. O projeto foi criticado por vários líderes mundiais, sendo que a Dinamarca, a Noruega e os países baixos cancelaram 26 milhões de dólares em ajuda e até mesmo o Banco Mundial cancelou uma assistência médica de noventa milhões de dólares⁴³¹.

5.2 Texto do Projeto de Lei Anti Homossexualidade

O texto do Projeto de Lei Anti Homossexualidade sofreu algumas alterações desde a primeira propositura em 2009. Por ser tão controverso perante a comunidade internacional, em 2011, na segunda introdução no parlamento, David Bahati excluiu algumas severas condenações da redação do projeto, como a aplicação da pena de morte, por exemplo. No entanto, o texto do projeto que se tornou lei em fevereiro de 2014 ainda seguiu extremamente controverso e altamente discriminatório para a comunidade LGBTI, trazendo como proposta no prefácio de “An Act to prohibit any form of sexual relations between persons of the same sex; prohibit the promotion or recognition of such relations and to provide for other related matters”⁴³². Na primeira parte da Lei, o legislador buscou contextualizar os termos utilizados no texto da Lei, apresentando um significado para cada termo utilizado. Neste sentido, dentre os conceitos apresentados, iniciou por descrever o significado de “autoridade” (authority) como o de ter poder e controle sobre outras pessoas em razão de seu reconhecimento e posição oficial. E acrescentou a necessidade de incluir uma pessoa que exerça religião, política, autoridade econômica ou social. Depois, refere por “crime” (*felony*) uma ofensa declarada por lei como crime ou, se não for declarado delito, é punível sem prova de condenação anterior, com morte ou prisão por três anos ou mais. O legislador conceituou “homossexual” (*homosexual*) como sendo uma pessoa que se envolve ou tenta se

⁴²⁹ Cf. Emma PASZAT, “Why ‘Uganda’s anti-homosexuality bill’? Rethinking...”, *op. cit.*, interpolação nossa, pp. 4-5.

⁴³⁰ Cf. Adam J. KRETZ, “From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...”, *op. cit.*, pp. 16-17.

⁴³¹ Cf. Phillip M. AYOUB, *When States Come Out Europe’s Sexual Minorities...*, *op. cit.*, pp. 213-217.

⁴³² Cf. The Anti-Homosexuality Act, 2014, disponível em: <https://ulii.org/ug/legislation/act/2015/2014> [08.10.2019].

envolver em atividades sexuais com outras do mesmo sexo; e por “homossexualidade” (*homosexuality*) os atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo ou do mesmo género. Por conseguinte, também conceituou “ato sexual” nos termos da lei, apresentando os seguintes significados:

“sexual act” includes—

- (a) physical sexual activity that does not necessarily culminate in intercourse and may include the touching of another’s breast, vagina, penis or anus;
- (b) stimulation or penetration of a vagina or mouth or anus or any part of the body of any person, however slight by a sexual organ;
- (c) the unlawful use of any object or organ by a person on another person’s sexual organ or anus or mouth⁴³³.

E, finalmente, por “tocar” (*touch*) inclui tocar com qualquer parte do corpo, com qualquer outra coisa; através de qualquer coisa; e, em particular, inclui tocar no sentido de penetração de qualquer órgão sexual, ânus ou boca. Depois, na segunda parte da lei, tratou o legislador de tipificar os novos crimes. Ainda que o Código Penal do país preveja a criminalização das práticas sexuais entre pessoas do mesmo e, consequentemente, a condenação de quem as pratique, a Lei traz em sua redação dois novos tipos penais para o ordenamento jurídico do Uganda: os crimes de “homossexualidade” e “homossexualidade agravada”⁴³⁴. Sendo que, por crimes de “Ofensa da Homossexualidade”, conforme determinava seu artigo 2, n.º (1), entende-se:

A person commits the offence of homosexuality if: (a) he penetrates the anus or mouth of another person of the same sex with his penis or any other sexual contraption; (b) he or she uses any object or sexual contraption to penetrate or stimulate sexual organ of a person of the same sex; (c) he or she touches another person with the intention of committing the act of homosexuality⁴³⁵.

A pena prevista pelo artigo 2.º, n.º (2) para quem praticasse esse crime de “ofensa da homossexualidade” era a de prisão perpétua. Assim como para o crime de “homossexualidade agravada”, em que o legislador determinou igualmente a condenação à prisão perpétua, conforme determina o artigo 3.º, n.º (2), mas também instituiu a obrigatoriedade de que o condenado fizesse os exames médicos para “to ascertain his or her HIV status”, previsto no artigo 3, n.º (3). Para tipificar o crime de homossexualidade agravada, prevista no artigo 3, n.º (1), o parlamento atribuiu diversas alíneas para justificar a atenuante:

⁴³³ Cf. The Anti-Homosexuality Act, 2014, p. 4, disponível em: <https://ulii.org/ug/legislation/act/2015/2014> [08.10.2019].

⁴³⁴ Cf. Rui GARRIDO, “The Anti-Homosexuality Act, 2014...”, *op. cit.*, p. 261.

⁴³⁵ Cf. The Anti-Homosexuality Act, 2014, *cit.*, §5.

- (1) A person commits the offence of aggravated homosexuality where the—
- (a) person against whom the offence is committed is below the age of eighteen years;
 - (b) offender is a person living with HIV;
 - (c) offender is a parent or guardian of the person against whom the offence is committed;
 - (d) offender is a person in authority over the person against whom the offence is committed;
 - (e) victim of the offence is a person with disability;
 - (f) offender is a serial offender; or
 - (g) offender applies, administers or causes to be used by any man or woman any drug, matter or thing with intent to stupefy or overpower him or her so as to enable any person to have unlawful carnal connection with any person of the same sex⁴³⁶.

A Lei Anti Homossexualidade trazia, ainda, a tipificação do crime de homossexualidade na forma tentada. Como determina o artigo 4.º, quem tentasse cometer o crime, seria condenado em uma pena de sete anos de prisão. De outro lado, o crime de homossexualidade agravada na forma tentado, punia o condenado com a prisão perpétua. Por intermédio do artigo 6.º, a Lei previa o pagamento de multa para quem violasse os termos de confidencialidade das vítimas, cabíveis para um jornalista, por exemplo. A redação final da Lei trazia ainda a possibilidade de condenação em sete anos de prisão para quem ajudasse, incentivasse ou conspirasse para alguém “adquirir” ou envolver-se em relações entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, não eram apenas as pessoas LGBTI que poderiam ser condenadas pela legislação. O reflexo de seu texto repercutia também nos heterossexuais que poderiam ser condenados em caso descumprimento da lei por um comportamento favorável à homossexualidade. O artigo 11.º dispõe sobre a ilegalidade de alugar um imóvel ou espaço para qualquer homossexual, prevendo uma pena de até cinco anos de detenção⁴³⁷. Neste sentido, como refere Adam Kretz, a lei tornava o Uganda o primeiro país no mundo a condenar por vários anos uma pessoa heterossexual que possuísse um posicionamento pró-gay⁴³⁸. A legislação, assim como a ementa constitucional de 2005, ratificou o entendimento de que o casamento entre pessoas do mesmo sexo era ilegal, sendo o ato em si um crime de homossexualidade, punível com a pena de prisão perpétua, nos moldes do artigo 12.º. De outro lado, a pessoa ou representante de uma instituição que realizasse o casamento, quando condenado receberia uma pena máxima de sete anos e perda da respetiva licença que conceda a possibilidade de realizar o ato. Por fim, por intermédio do artigo 13.º, a lei previa a condenação em casos de promoção da homossexualidade que incluía uma vasta lista de atividades, desde oferecer um local para a realização de uma atividade LGBTI ou portar vídeos e fotografias em dispositivos móveis e computadores.

⁴³⁶ Cf. The Anti-Homosexuality Act, 2014, *cit.*, §6.

⁴³⁷ Cf. The Anti-Homosexuality Act, 2014, *cit.*, §9.

⁴³⁸ Cf. Adam J. KRETZ, “From «Kill The Gays» to «Kill The Gay Rights Movement»...”, *op. cit.*, p. 13.

Desde a promulgação da legislação em fevereiro de 2014, pôde ser constatado um aumento considerável nas detenções arbitrárias, abandono por parte dos familiares, perda de emprego, extorsão, abuso de poder por parte de policiais e violações de lésbicas, além da procura por asilo e proteção internacional⁴³⁹. A Lei ficou em vigor até 1 de agosto do mesmo ano, quando foi anulada pelo Tribunal Constitucional do Uganda.

5.3 Controlo da Constitucionalidade - *Judicial Review*

Foi por intermédio da Petição Constitucional n.º 8 de 2014, ajuizada por Oloka-Onyango e outros nove autores, que o Tribunal Constitucional invalidou a *Anti-Homosexuality Act*, de 2014⁴⁴⁰. Na petição de anulação, os peticionários alegaram que a Lei havia proferido diversas violações constitucionais, mais precisamente dos artigos 2.º, n.ºs 1 e 2, 88.º e 94.º, n.º 1, da Constituição da República do Uganda, bem como o artigo 23.º do Regulamento Parlamentar, por ter sido o projeto de lei aprovado sem o quórum mínimo previsto⁴⁴¹. Alegaram, ainda, violação do direito à igualdade, à não discriminação e o direito à privacidade, todos elencados nos artigos 2.º, n.ºs (1) e (2), 21, n.ºs (1), (2) e (4) e artigo 27.º da Constituição do Uganda. Outrossim, os requerentes denunciaram a violação ao princípio da legalidade, afrontando, assim, os artigos 2.º, n.ºs (1) e (2), 28.º, n.ºs (1), (3b) e (12), artigos 42.º e 44.º, todos da Constituição. No que tange às sentenças máxima de prisão perpétua para a homossexualidade, defenderam ser uma punição desproporcional, tendo a lei violado o direito à igualdade e à liberdade de punição cruel, desumana e degradante garantida nos artigos 2.º, n.ºs (1) e (2), 24.º e 44 (a), também da Constituição da República do Uganda. Por fim, fundamentaram que criminalizar a atividade sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo ou género, entre adultos, sendo uma pessoa portadora do vírus HIV, viola a liberdade de discriminação garantida pelo artigo 2.º, n.ºs (1) e (2) e 21.º, n.ºs (1) e (2) da Constituição. Assim como é o caso de uma das pessoas ter alguma deficiência, violando o princípio da não discriminação e o direito à dignidade das pessoas com deficiência garantidos nos artigos 2.º, n.ºs (1) e (2), 21.º, n.ºs (1), (2) e (4c) e artigo 35.º da Constituição. Por fim, argumentaram que sujeitar alguém acusado de homossexualidade agravada a realizar um teste obrigatório de HIV estaria violando o princípio da não discriminação, o direito à privacidade, à não sujeição a tratamentos cruéis, desumanos e degradantes e o direito à presunção de inocência, garantidos pelos artigos 2.º, n.ºs (1) e (2), 21.º, 24.º,

⁴³⁹ Cf. Rui GARRIDO, “The Anti-Homosexuality Act, 2014...”, *op. cit.*, p. 263.

⁴⁴⁰ Cf. J. Olaka-Onyango and 9 others *contra* Attorney general (Constitutional Petition no. 08 of 2014), Constitutional Court of Uganda, 1 de agosto de 2014, disponível em: <http://www.ulii.org/ug/judgment/constitutionalcourt/2014/14> [05.10.2019].

⁴⁴¹ Para uma leitura complementar, cf. J. OLAKA-ONYANG, “Love, Human Rights and Identity Politics in East Africa”, *in African Human Rights Law Journal*, vol. 15, 2015, pp. 39-46.

27.º, 28.º, 44.º e 45.º da Constituição, dentre tantas outras violações⁴⁴². Como propõe Olaka-Onyango, um dos dez proponentes da petição, ao contrário dos casos anteriormente analisados pelo Tribunal em que a orientação sexual ficava em segundo plano, essa petição foi construída no sentido de que obrigaria a Corte a confrontar uma lei direcionada aos homossexuais:

[the] petition sought to challenge the broad, arbitrary, imprecise and vague definitions used by the Act. [The] law was also problematic for the disproportionate penalties that it prescribed (including life imprisonment), and the introduction of the new offences of 'promotion' and 'recruitment', which were accompanied by extensive discretionary powers conferred on state officials – particularly the Minister and the police – to determine what these offences meant. Finally, the Act had wide implications for Ugandan society at large, including parents, counsellors, the friends of LGBTI individuals, employers, health practitioners, academics, journalists, as well as civil society activists/human rights defenders⁴⁴³.

Ao julgar a petição constitucional, o Tribunal do Uganda decidiu pela nulidade do *The Anti-Homosexuality Act, 2014*⁴⁴⁴. No entanto, fundamentou a sua decisão apenas na primeira alegação de violação feita pelos requerentes⁴⁴⁵. Isto é, o Tribunal concordou com a tese dos peticionários de ausência de quórum necessário aquando a votação do *Anti-Homosexuality Bill* no Parlamento violou o artigo 2.º, n.ºs (1) e (2), artigo 88.º, ambos da Constituição e a regra 23 do procedimento parlamentar. Assim deliberou o Tribunal:

It is our decision that the respondent having been presumed to have admitted the allegations of the petitioners in the petition that there was no coram, we find that on the balance of probabilities, the petitioners have proved that at the time the Prime Minister (twice) and Hon Betty Awol raised the objection that there was no coram and coram was never established, and that was in contravention of the Constitution and the Rules⁴⁴⁶.

Enquanto a comunidade LGBTI do Uganda recebia a notícia da declaração de inconstitucionalidade da lei com alívio e comemoração, do outro lado os proponentes e os membros do *lobby* antigay receberam com indignação, iniciando desde então uma campanha para reintroduzir um

⁴⁴² Cf. J. Olaka-Onyango and 9 others *contra* Attorney general (Constitutional Petition no. 08 of 2014), Constitutional Court of Uganda, 1 de agosto de 2014, *cit.*, §§1-5.

⁴⁴³ Cf. J. OLAKA-ONYANG, "Love, Human Rights and Identity Politics...", *op. cit.*, p. 40.

⁴⁴⁴ Cf. Stella NYANZI e Andrew KARAMAGI, "The social-political dynamics of the anti-homosexuality legislation...", *op. cit.*, pp. 30-32.

⁴⁴⁵ Cf. Rui GARRIDO, "The Anti-Homosexuality Act, 2014...", *op. cit.*, p. 263.

⁴⁴⁶ Cf. J. Olaka-Onyango and 9 others v. Attorney general (Constitutional Petition no. 08 of 2014), Constitutional Court of Uganda, 1 de agosto de 2014, disponível em: <http://www.ulii.org/ug/judgment/constitutionalcourt/2014/14> [05.10.2019].

novo projeto de lei⁴⁴⁷. Mesmo diante da nulidade da lei Anti Homossexualidade, David Bahati apresentou esse novo projeto no parlamento em 2014, nomeado de *The Prohibition of Promotion of Unnatural Sexual Practices Bill*⁴⁴⁸.

6 Ponto de situação do tratamento das minorias sexuais no Uganda e ativismo dos direitos humanos

O projeto de lei *The Prohibition of Promotion of Unnatural Sexual Practices Bill, 2014*, apresentado em outubro de 2014, utiliza-se de nomenclaturas semelhantes às usadas no período colonial britânico para criminalizar as práticas “não naturais”, dirigido especificamente às minorias sexuais do país⁴⁴⁹. O projeto não foi alvo de debate no Parlamento⁴⁵⁰. Em 2015, um outro projeto também destinado as minorias sexuais foi proposto. Dessa vez, de autoria de Amoding Monicah, o projeto intitulado de *Sexual Offences Bill, 2015*, ou *Bill N.º 35*, foi recebido em 15 de abril de 2016⁴⁵¹. Este projeto prevê a criminalização de diversas ofensas sexuais, dentre elas as práticas sexuais realizadas entre pessoas do mesmo sexo, ao que também denomina de “*Unnatural Offences*”, conforme seção 16, e “*Attempt to commit unnatural offences*”, previsto na seção 17. Assim como os projetos anteriores e o Código Penal do país, o projeto busca criminalizar as práticas consideradas contra a natureza e prevê uma pena de prisão perpétua para quem praticar na forma consumada e uma pena máxima de detenção de sete anos na forma tentada. Este projeto também não foi alvo de votação perante o parlamento do Uganda.

Além da criminalização prevista no Código Penal ainda em vigor no país, as minorias sexuais convivem com a incansável busca de alguns políticos e religiosos em verem criminalizados qualquer ato ou ação relacionada à orientação sexual e à identidade de gênero. É incontestável que essas minorias sexuais enfrentam riscos diários maiores do que qualquer cidadão heterossexual ou cisgênero⁴⁵². No entanto, como propõe Phillip Ayoub, apesar de toda a repressão doméstica, a comunidade LGBTI está protestando nas ruas cada vez mais, tendo mudado a perspectiva do que é ser gay em Uganda⁴⁵³. Segundo

⁴⁴⁷ Cf. J. OLAKA-ONYANG, “Love, Human Rights and Identity Politics...”, *op. cit.*, p. 42.

⁴⁴⁸ Cf. Rui GARRIDO, “The Anti-Homosexuality Act, 2014...”, *op. cit.*, p. 264.

⁴⁴⁹ Cf. Rui GARRIDO, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...”, *op. cit.*, p. 103.

⁴⁵⁰ Além do projeto não ter sido debatido perante os parlamentares, seu conteúdo não está presente nos arquivos de projetos propostos no sítio eletrônico do Parlamento do Uganda. Cf. Parliament of The Republic of Uganda, disponível em: <https://www.parliament.go.ug> [02.10.2019].

⁴⁵¹ Cf. Parliament Of The Republic of Uganda, Bill n.º 35, Sexual Offences Bill, 2015, disponível em: <https://www.parliament.go.ug/documents/1277/bills-2015> [02.10.2019].

⁴⁵² Cf. Emma PASZAT, “Why ‘Uganda’s anti-homosexuality bill’? Rethinking.” *op. cit.*, p. 2.

⁴⁵³ Cf. Phillip M. AYOUN, *When States Come Out Europe’s Sexual Minorities...*, *op. cit.*, pp. 213-217.

Emma Paszat, os casos de abusos policiais com as pessoas LGBTI seguem ocorrendo no Uganda, contudo a autora cita algumas mudanças nas respostas dos polícias em Kampala, por exemplo:

Firstly, there is now a designated person in the Kampala department to address lgbt issues and complaints. Activists who I spoke to have said although there is still opportunity for improvement, this has made a big difference in terms of both reducing police harassment, and altering police conduct when lgbt people are in police custody⁴⁵⁴

O pequeno progresso acompanhado no Uganda reflete o ativismo desenvolvidos pelos movimentos sociais no país e pressão internacional sofrida desde o *Anti-Homosexuality Bill, 2009*. Para Rui Garrido, o ativismo LGBTI no Uganda se torna cada vez mais visível, desafiando o ambiente social desfavorável e o ambiente político hostil em que estão inseridos⁴⁵⁵. Um exemplo de organização da sociedade civil que tem se dedicado a este grupo minoritário é a *Sexual Minorities Uganda - SMUG*, uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atuam em prol da população LGBTI⁴⁵⁶. Segundo a organização, dentre as atividades da SMUG estão a defesa de reformas políticas e o monitoramento e auxílio no trabalho desenvolvido por outras 18 organizações LGBTI e ativistas locais. É também por intermédio do trabalho desenvolvido pela SMUG que podemos acompanhar a realidade das minorias sexuais no país, divulgadas em sua plataforma eletrônica. Em 2018, a Human Right Watch publicou um artigo intitulado "From the Americas to the Far East, Courts Are Advancing LGBT Rights," no qual descrevia os avanços feitos na proteção dos direitos LGBTIS por intermédio de decisões judiciais. No entanto, lá estava o Uganda citado como um exemplo negativo de atuação de um tribunal, justamente pela negativa de registo da SMUG nos serviços de Registo Público do país. De acordo com o Tribunal Constitucional do Uganda, a organização estava promovendo comportamento ilegal e argumentou que, tanto o nome, quanto as metas eram prejudiciais ao interesse público⁴⁵⁷.

Ainda assim, a SMUG segue na defesa das minorias sexuais no Uganda, elaborando relatórios e pesquisas e acompanhando todas as retaliações sofridas pelas pessoas homossexuais no país que ainda são realizadas em elevado número. A última delas foi o assassinato no recente 04 de outubro de Brian Wasswa, um jovem profissional para legal e membro da Fundação Children of the Sun Fundantion (COSF), na cidade de Jinja⁴⁵⁸. Segundo a organização, a vítima havia sido deserdada pela família quando boatos em torno de sua homossexualidade começaram a se espalhar, prática rotineira e

⁴⁵⁴ Cf. Emma PASZAT, "Why 'Uganda's anti-homosexuality bill'? Rethinking..." *op. cit.*, p. 13.

⁴⁵⁵ Cf. Rui GARRIDO, "Ativismo LGBT num Campo Político Hostil...", *op. cit.*, p. 104.

⁴⁵⁶ Sexual Minorities Uganda – SMUG, disponível em: <https://sexualminoritiesuganda.com/> [09.10.2019].

⁴⁵⁷ Cf. Human Rights Watch, *From the Americas to the Far East, Courts Are Advancing LGBT Rights*, 30 de julho de 2018, disponível em: <https://www.hrw.org/news/2018/07/30/americas-far-east-courts-are-advancing-lgbt-rights> [01.10.2019].

⁴⁵⁸ Cf. SMUG, *Uganda Must Not Condone Violence Towards the LGBTI Community*, 08 de outubro de 2019, Kampala, disponível em: <https://sexualminoritiesuganda.com/uganda-must-not-condone-violence-towards-the-lgbti-community/> [09.10.2019].

ainda presente na vida de muitos jovens gays e lésbicas no Uganda. O jovem foi a quarta vítima da violência e da discriminação somente nos últimos três meses:

This deplorable act of violence fueled by fear, stigma and discrimination is the fourth in the last three months; one to a transwoman in Gomba in August, another to a gay man in Kayunga and Kampala respectively and now another gay man in Jinja. Disappointingly, it comes in the wake of legislators in Ugandan parliament calling for the re-introduction of an Anti-Homosexuality Law, and after the Minister for Security General Elly Tumwine claimed that the LGBTI community and a known political pressure group are so-called “terrorists” with the “Red Movement” on national media⁴⁵⁹.

Outros ativistas locais como o sítio da internet *Kuchu Times* tem acompanhado todos os acontecimentos ocorridos no país relacionados às minorias sexuais. De acordo com a plataforma, no Uganda as pessoas são presas não apenas por seres gays, mas por serem acusadas de homossexualidade, por socializarem com gays e até mesmo por alugarem um quarto ou hospedarem alguém que seja considerado gay⁴⁶⁰. Sobre os recentes assassinatos ocorridos em Uganda e relacionados com a homossexualidade ou a identidade de género das vítimas, o *Kuchu Times* observa um reavivamento dos ocorridos em 2014 quando a Lei Anti Homossexualidade foi aprovada:

What is happening now is a repeat of 2014 after the passing of the AHB into law- which saw an increase in the number of attacks and violations against LGBT identifying individuals, loss of jobs, evictions from homes as well as an influx in the number of Ugandan LGBT persons that fled to Kenya in search of a safe haven. It should also be remembered that in 2011, gay activist, David Kato, was found bludgeoned to death (in a very similar fashion as Brian) at his home in Mukono. David Kato's photograph had been published in the tabloid, The Rolling Stone under a headline that called for hanging of gay persons. With the Anti-Homosexuality Bill being brought back to the floor of Parliament at any point now, members of the LGBT community are cautioned to be vigilant and pay more attention their safety⁴⁶¹.

O texto do sítio revela o medo e o pânico em que as pessoas LGBTI no Uganda vivem ainda em 2019. No entanto, além da homofobia, da discriminação e da violência que acompanha a realidade dessas minorias sexuais, a “homofobia de Estado” enquanto política estatal dirigida à perseguição e expulsão dos homossexuais insiste em se manifestar. Desta vez, foi no recente 10 de outubro quando o governo do Uganda, por intermédio de seu Ministro da Ética e da Integridade, anunciou que planeja

⁴⁵⁹ Cf. SMUG, *Uganda Must Not Condone Violence Towards the LGBTI Community*, 08 de outubro de 2019, Kampala, disponível em: <https://sexualminoritiesuganda.com/uganda-must-not-condone-violence-towards-the-lgbti-community/> [09.10.2019].

⁴⁶⁰ Cf. Kuchu Times, s/a, disponível em: <https://www.kuchutimes.com/about/> [09.10.2019].

⁴⁶¹ Cf. Kuchu Times, *When Will It Stop?: Violence Against LGBTI Persons on the Increase*, 08 de outubro de 2019, disponível em: <https://www.kuchutimes.com/2019/10/when-will-it-stop-violence-against-lgbt-persons-on-the-increase/> [09.10.2019].

promulgar uma nova lei que imponha a pena de morte para as pessoas LGBTI⁴⁶². Segundo os veículos de comunicação que publicizaram o relatado pelo Pe. Simon Lokodo em entrevista à Thomas Reuters, o governo do Uganda deseja ressuscitar o antigo projeto de lei “*Kill the Gays*” de 2009 dentro das próximas semanas e deve ser votado no parlamento até o final deste ano⁴⁶³. Segundo a notícia, o Ministro apresentou a seguinte justificativa:

Homosexuality is not natural to Ugandans, but there has been a massive recruitment by gay people in schools, and especially among the youth, where they are promoting the falsehood that people are born like [that]. Our current penal law is limited. It only criminalises the act. We want it made clear that anyone who is even involved in promotion and recruitment has to be criminalised. Those that do grave acts will be given the death sentence⁴⁶⁴.

De acordo com a plataforma *Kuchu Times*, a comunidade LGBTI do Uganda está indignada e abalada com o receio de que os efeitos anteriores causados pelo *Anti-Homosexuality Bill, 2009*, sejam repetidos, e referem:

The timing of the resurrection of the bill is callous - #LGBTIQ people are being used as a scapegoat as elections approach. Violence against us has escalated in recent months, countless community members have fled, and I fear it will only get worse. We urgently need support from the international community if we are to stand up against the witch hunt being launched against us⁴⁶⁵.

Quando o Tribunal Constitucional do Uganda anulou a *The Anti-Homosexuality Act, 2014*, e a analisou somente os aspetos formais da propositura, deixou em aberto toda a motivação que buscava demonstrar as afrontas constitucionais, de princípios fundamentais e de todos os tratados internacionais que o Uganda é signatário. Com uma decisão focada exclusivamente nos aspetos formais e nas regras de procedimentos, o governo do Uganda encontra um campo aberto para continuar a tentar impor o fim da homossexualidade no país. Além disso, nos últimos anos, acompanhamos um número menor de atenção mediática e internacional voltada ao Uganda, permitindo que os líderes políticos e evangélicos

⁴⁶² Cf. notícia intitulada “Uganda wants death penalty for gay sex”, *African News*, edição de 10 de outubro de 2019, disponível em: <https://www.africanews.com/2019/10/10/uganda-wants-death-penalty-for-gay-sex/> [10.10.2019]. Cf., igualmente, “Uganda lawmakers plan bill imposing death penalty to gay sex”, *African News*, edição de 11 de outubro de 2019, disponível em: <https://www.africanews.com/2019/10/11/uganda-lawmakers-plan-bill-imposing-death-penalty-to-gay-sex/> [11.10.2019].

⁴⁶³ Cf. notícia intitulada “Uganda wants death penalty for gay sex”, *African News*, edição de 10 de outubro de 2019, disponível em: <https://www.africanews.com/2019/10/10/uganda-wants-death-penalty-for-gay-sex/> [10.10.2019].

⁴⁶⁴ Cf. notícia intitulada “Uganda lawmakers plan bill imposing death penalty to gay sex”, *African News*, edição de 11 de outubro de 2019, interpolação nossa, disponível em: <https://www.africanews.com/2019/10/11/uganda-lawmakers-plan-bill-imposing-death-penalty-to-gay-sex/> [11.10.2019].

⁴⁶⁵ Cf. Kuchu Times, *Parliament Vows To Pass Anti-Gay Bill Before Year's End*, 11 de outubro de 2019, disponível em: <https://www.kuchutimes.com/2019/10/parliament-vows-to-pass-anti-gay-bill-before-years-end/> [12.10.2019].

pudessem fazer *lobby* em torno de uma nova lei que pretende não só a perseguição, mas a morte de todo indivíduo LGBTI. Desde a aprovação da Lei Anti Homossexualidade em 2014, a discriminação às minorias sexuais no Uganda ganhou espaço nos média. A homofobia no Uganda foi tema de capa da revista *Times*, em junho de 2015, com o título “Out in Africa – Gays Fight Back Against a Rising Tide Of Homophobia”. O conteúdo da reportagem dava seguimento à abordagem assumida por tantos outros tabloides internacionais preocupados com o tema e dispostos a mostrar para o mundo a violação de direitos humanos ocorrida em Uganda. Além dos tabloides, diversas notícias foram publicadas por ONGs como a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e a International Gay and Lesbian Human Rights Commission (IGLHRC), que as recebiam de membros de organizações não governamentais locais⁴⁶⁶. Contudo, com o passar dos anos, a abordagem do tema foi perdendo relevância internacional, sendo que a “luta” travada pelas minorias sexuais do Uganda contra a homofobia de Estado é ainda desconhecida por muitos, mesmo com a existência de tantos ataques correntes até hoje.

⁴⁶⁶ Cf. Renata Reverendo Vidal Kawano NAGAMINE, “Os direitos de pessoas LGBTI em Uganda...”, *op. cit.*, pp. 273-302.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos à livre orientação sexual e à identidade de género, bem como à proteção contra discriminação fundada nestes fatores, estão protegidos por intermédio dos padrões internacionais de direitos humanos. Ainda que ausentes no momento da redação dos tratados, podemos perceber que a matéria em torno da proteção do princípio da igualdade e da proibição da discriminação fazem hoje parte de resoluções e recomendações que buscam a proteção das minorais sexuais contra tratamentos discriminatórios ou outros atentados à dignidade da pessoa humana. Com o passar dos anos, tanto as Comissões da ONU e das organizações regionais, por intermédio de resoluções e comunicações sobre o tema, como os Tribunais, por intermédio da jurisprudência, desenharam novos mecanismos de proteção e reinterpretaram direitos e garantias fundamentais para que a população LGBTI também pudesse ser abrangida pelas normas já existentes. Os padrões internacionais caminham em direção a um futuro promissor, buscando a igualdade, a liberdade e a não discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género. No entanto, nem todos os Estados africanos acompanham este desenvolvimento, ainda que sejam signatários desses instrumentos. É constante a violação desses direitos em muitos países, principalmente no Uganda que é, de facto, um dos piores países para se ser LGBTI.

Fontes históricas e antropológicas demonstram que a homossexualidade está presente no continente africano mesmo antes da colonização e desacreditam a narrativa segundo a qual a homossexualidade não pertence ao continente ou ao Uganda. O período pré-colonial de diversos países foi marcado por pessoas cuja diversidade de práticas sexuais se manifestava de forma natural, sem o controlo ou o receio de que fosse pecado, impuro ou errado. A história do próprio Uganda é marcada por um Rei homossexual que comandava seu povo sem julgamentos em torno da sua sexualidade. Esse julgamento tão somente aconteceu quando o colonizador e os religiosos europeus entraram em África e introduziram uma aversão às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Os ocidentais não trouxeram a homossexualidade para o Uganda, mas instalaram as formas de combatê-la e o que conhecemos hoje por homofobia. Defender que a homossexualidade não pertence à cultura e aos valores africanos é contrariar e resumir a história de um continente que é tão rico em cultura, costumes e tradições. Tais argumentos, de tanto serem invocados pelos líderes ugandenses, parecem estar enraizados em uma sociedade que discrimina e reprime não só os atos homossexuais, mas o próprio ser homossexual. O que aparenta contradição quando lembramos que o próprio Presidente do Uganda, um dos maiores líderes africanos contrários a homossexualidade, reconheceu a presença da homossexualidade no período pré-colonial do país. No entanto, hoje, persegue os indivíduos LGBTI e

integra o grupo de políticos e religiosos que concordam que as penas existentes hoje são fracas e que a homossexualidade precisa ser contida urgentemente.

Há outros interesses em torno da perseguição da população LGBTI e de campanhas como a “*Kill the Gays*”. A homossexualidade que já não era bem recebida desde a colonização, tornou-se um motivo forte capaz de o foco de outras questões envolvendo a política e o governo. A presença dos missionários norte americanos no Uganda e sua aliança com os líderes políticos também evangélicos do país auxiliaram no aumento da discriminação e perseguição das pessoas LGBTI. A moeda de troca pelos investimentos e construções de prédios públicos é o batismo cristão de uma sociedade que passa a ver a homossexualidade como doença, pecado mortal e crime grave contra a família e a sociedade africana. Não se dúvida da existência de grupos e pessoas que desenvolvam um excelente trabalho social no Uganda ou em outros países. O que está em questão são os interesses que levam tantos religiosos até o Uganda, ocupam cargos políticos de grande relevância e exercem o poder introduzindo a religião como foco principal. Esse movimento atinge diversos estados africanos, não é recente e não aparenta ter um fim próximo, eis que, aparentemente, ganham força interna e cada vez menos atenção da comunidade internacional.

Quando o Tribunal Constitucional do Uganda anulou a lei anti homossexualidade de 2014 exclusivamente com base no aspeto formal de ausência de quórum da votação, reconheceu e deixou em aberto todas as violações de direitos humanos que implicavam na própria existência da lei. Ao não analisar esses fundamentos, o Tribunal os caracterizou automaticamente como irrelevantes ou inexistentes. Não existindo nada de errado na propositura de uma lei que prevê a condenação das práticas homossexuais, mas sim na forma em que fora aprovada, nada impede que seja novamente proposta, observando dessa vez os procedimentos do Parlamento. De outro lado, o Uganda já não recebe a mesma atenção que recebia por parte da comunidade internacional anos atrás. É verdade que os tempos mudaram e que alguns governos substituíram seus Chefes de Estado. Barack Obama, por exemplo, já não tem o poder de instigar o fim da criminalização das práticas homossexuais e de requerer o arquivamento de leis que buscam agravar as penas existentes, sob pena cortar investimentos ou atrapalhar o relacionamento entre os países. A política desenvolvida pelo seu atual sucessor é bem diferente e não apresenta as mesmas preocupações com as minorias sexuais do seu próprio país, muito menos com as pessoas LGBTI de outros países. De qualquer sorte, o Uganda tem passado quase que despercebido, deixando um campo aberto para que o lobby em torno de novas leis que aumentem a criminalização das práticas homossexuais pudesse ser criada. O resultado disso é a declaração do Ministro da Ética e da Integridade do país que confirmou a propositura até o fim do mês de outubro de 2019 de um novo projeto de lei capaz exterminar a homossexualidade do país. Extermínio, neste caso,

não é uma palavra forte, já que o tal projeto trará novamente a condenação à pena de morte para quem praticar condutas homossexuais.

Esta dissertação de mestrado buscou realizar uma análise das minorias sexuais no continente africano, tendo como estudo de caso o Uganda. A escolha pelo tema da presente investigação deu-se em razão da grande relevância acadêmica que o acompanha. Com o objetivo de contribuir com a comunidade acadêmica, buscamos realizar uma reflexão da homofobia no Uganda, a partir de sua existência, permanência e crescimento. Além disso, deixar registrado que assim como outras partes do mundo, as pessoas LGBTI no Uganda convivem diariamente com a homofobia social que oprime, isola e até mesmo mata, as minorias sexuais presenciam o consentimento e a inação do Estado para que tudo isso ocorra, em total violação aos direitos humanos e aos princípios que protegem a dignidade da pessoa humana. Enquanto a descriminalização da homossexualidade e das práticas homossexuais trariam para as minorias sexuais do Uganda um sentimento de pertencimento, de respeito e de igualdade, a homofobia estatal os leva ao isolamento e à marginalização.

LISTA BIBLIOGRÁFICA

AAVV, "Small Victories Add Up in Southern Africa", in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.^a ed., 2019, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

ALDRICH, Robert, *Colonials and homosexuality*, Londres, Routledge, 2003.

ALI, Muna-Udbi Abdulkadir, "Un-Mapping Gay Imperialism: A Postcolonial Approach to Sexual Orientation-Based Development", in *Reconsidering Development*, vol. 5, n.º 1, 2017, disponível em: <https://pubs.lib.umn.edu/index.php/reconsidering/article/view/907> [31.07.19]

ALMEIDA, Migue Vale de, *A Chave do Armário: Homossexualidade, Casamento, Família*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009.

- , *Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Etnográfica Press, 1995, disponível em: <https://books.openedition.org/etnograficapress/466> [15.09.2019].

ANTKOWIAK, Thomas M. e GONZA, Alejandra, *American Convention on Human Rights: Essential Rights*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2017.

ARRIOLA, Elvia R., "Desigualdades de Gênero: Lésbicas, Gays e Teorias Legal Feminista", in *Estudos Feministas*, vol. 2, n.º 2, 1994, disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16221/14768> [05.09.2019].

AVER, Anna M., et al., "Satisfaction with Mental Health Services Among Sexual Minorities With Major Mental Illness", in *American Journal of Public Health*, 2001, disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1446483/pdf/11392949.pdf> [02.09.2019].

AYOUB, Phillip M., *When States Come Out Europe's Sexual Minorities and the Politics of Visibility*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2016.

AWONDO, Patrick, et. al., "Homophobic Africa? Toward A More Nuanced View", in *African Studies Review*, vol. 55, n.º 3, 2012, disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/1591183/147198_Homophobic_Africa.pdf [02.10.2019].

BALDÉ, Aua, *O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2017.

BEAUVOIR, Simone de, *O Segundo Sexo*, Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1980.

BICUDO, Hélio, "Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais", in *Estudos Avançados*, vol. 17, n.º 47, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2003, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000100014> [06.07.19].

BIEBER, Michael, "Adolescent Sexuality", in Fedwa Malti-Douglas (ed.), *Encyclopedia of Sex and Gender*, Farmington Hills, Thomsom Gale, 2007.

BOND, Johanna, "Gender and Non-Normative Sex in Sub-Saharan Africa", in *Michigan Journal of Gender and Law*, vol. 23, n.º 1, Washington, Lee University School of Law, 2016, disponível em: <https://repository.law.umich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1055&context=mjgl> [10.07.19].

BOUZID, Naoufal e ROUGGANY, Khadija, "Mechanisms of Adaptation and Resistance to Repression in North Africa", in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.ª ed., 2019, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

BRITO, Wladimir, "Preâmbulo", in Patrícia Jerónimo, Rui Garrido e Maria de Assunção do Vale Pereira (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, Braga, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho (OLDHUM)/Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII), 2018.

BUDARICK, John e HAN, Gil-Soo, *Minorities and Media: Producers, Industries, Audiences*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2017.

BYRNES, Andrew, "The Committee on the Elimination of Discrimination against Women" in Anne Hellum and Henriette Sinding Aasen (eds.), *Women's Human Rights: CEDAW in International, Regional and National Law*, Cambridge, University Cambridge Press, 2013.

CALHEIROS, Maria Clara, "Artigo 3.º", in Patrícia Jerónimo, Rui Garrido e Maria de Assunção do Vale Pereira (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, Braga, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho (OLDHUM)/Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII), 2018.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes, "Artigo 2.º", in Patrícia Jerónimo, Rui Garrido e Maria de Assunção do Vale Pereira (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, Braga, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho (OLDHUM)/Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII), 2018.

CARBONE, Giovanni M., "'Populism' Visits Africa: The Case of Yoweri Museveni and No-Party Democracy in Uganda", in *Crisis States Research Centre*, Milão, 2005, disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/28171/1/wp73.pdf> [10/04/2018].

-, "Political Parties in a 'No-Party Democracy' Hegemony and Opposition Under 'Movement Democracy' in Uganda", in *Party Politics*, vol. 9, n.º 4, 2003, disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/135406880394004> [15.05.2018].

CARDOSO, Fernando Luiz e WERNER, Dennis, "Homosexuality", in Carol R. Ember e Melvin Ember (eds.), *Encyclopedia of sex and gender: men and women in the world's cultures*, Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2003.

CARRIERI, Alexandre de Pádua, *et al.*, "Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais", in *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 18, n.º 1, 2014, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v18n1/a06v18n1.pdf> [01.09.2019].

CUNHA, Manuela Ivone P. da, "Vocabulário Elementar da Diferença e da Desigualdade: Conceitos e Problemas nas Ciências Sociais", in Patrícia Jerónimo (coord.), *Temas de Investigação em Direitos Humanos para o Século XXI*, Braga, Universidade do Minho, 2016.

CURTIN, Aisling, *et al.*, "Self and Perspective Taking for Sexual Minorities in a Heteronormative World", in Matthew Skinta e Aisling Curtin (eds.), *Mindfulness & Acceptance for Gender & Sexual Minorities: A Clinician's Guide to Fostering Compassion, Connection & Equality Using Contextual Strategies*, Oakland, Context Press, 2016.

CUSACK, Simone, "The CEDAW as a legal framework for transnational discourses on gender stereotyping", in Anne Hellum e Henriette Sinding Aasen (eds.), *Women's Human Rights: CEDAW in International, Regional and National Law*, Cambridge, University Cambridge Press, 2013.

DEA, Shannon, *Beyond the Binary - Thinking about Sex and Gender*, Peterborough, Broadview Press, 2016.

DEMBOUR, Marie-Bénédicte, *Who Believes in Human Rights? Reflections on the European Convention*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

DIAS, Maria Berenice, *Transexualidade e o direito de casar*, s/d, disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_788\)1__transexualidade_e_o_direito_de_cas ar.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_788)1__transexualidade_e_o_direito_de_cas ar.pdf) [08.03.2019].

DI BAKU, Julie Makuala e ENAMA, Jean Paul, "An Overview of Some Central African countries", in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.ª ed., 2019, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

DONNELLY, Jack, *Universal Human Rights in Theory and Practice*, 2.ª ed., Ithaca e Londres, Cornell University Press, 2003.

EPPRECHT, Marc, "'Bisexuality' and the Politics of Normal in African Ethnography", in *Anthropologica*, vol. 48, n.º 2, 2006.

- , *Heterosexual Africa? The History of an Idea from the Age of Exploration to the Age of AIDS*, Ohio, Ohio University Press, 2008.

- , “Understanding homophobia in Africa today”, in AAVV, *Perspectives: Political analysis and commentary from Africa*, Heinrich Böll Foundation, 2010, disponível em: https://www.boell.de/sites/default/files/perspectives_africa_4-2010_struggle_for_equality_lgbt_africa.pdf [14.08.2019].

ETENGU, Nathan, *et. al.*, “God, Beliefs and Scriptures”, in Sylvia TAMALE (ed.), *Homosexuality: Perspectives from Uganda*, Kampala, Sexual Minorities Uganda (SMUG), 2007.

FRASER, Roberta Tourinho Dantas e LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira , “Intersexualidade e Direito à Identidade: Uma Discussão Sobre o Assentamento Civil de Crianças Intersexuadas”, in *Journal of Human Growth and Development*, 2012, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v22n3/pt_12.pdf [01.04.2019].

GARRIDO, Rui, “Ativismo LGBT num Campo Político Hostil – Uma leitura dos movimentos ativistas no Uganda”, in *Caderno de Estudos Africanos: Movimentos Sociais, Estado e Sociedade Civil em África*, n.º 31, 2016, disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2031#tocto1n1> [10.09.2019].

- , “Artigo 28.º”, in Patrícia Jerónimo, Rui Garrido e Maria de Assunção do Vale Pereira (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, Braga, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho (OLDHUM)/Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII), 2018.

- , *The Anti-Homosexuality Act, 2014. Legislação anti gay e a ameaça aos direitos humanos da população LGBTI no Uganda*, 2016, disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12157/1/Rui%20Garrido.pdf> [20.09.2019].

- , “Recent SOGI Developments in Angola and an Overview on Other African Lusophone Countries”, in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.ª ed., 2019, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

GUITARI, Eric, “A Brief Overview of East Africa”, in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.ª ed., 2019, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

GREENBERG, Jack, “Race, Sex, and Religious Discrimination in International Law”, in Richard Pierre Claude e Burns H. Weston (eds.), *Human Rights in the World Community: Issues and Action*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1992.

GRINSPAN, Mauro Cabral e EHRT, Julia, “The Yogyakarta Principles + 10”, in *ILGA: State Sponsored Homophobia*, 13.ª ed., 2019, disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019> [13.08.19].

GROSS, Larry, “Out of the Mainstream: Sexual Minorities and the Mass Media”, in *Journal of Homosexuality*, vol. 21, 1991, disponível em: https://doi.org/10.1300/J082v21n01_04 [02.09.2019].

HOAD, Neville, "Between the White Man's Burden and the White Man's Disease: Tracking Lesbian and gay Human Rights in Southern Africa", in *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, vol. 5, Southern Africa, 1999.

JERÓNIMO, Patrícia, "Intolerância, religião e liberdades individuais", in Carlos Serra (coord.), *O que é a Intolerância Religiosa?*, Lisboa, Escolar Editora, 2016.

- , *Lições de Direito Comparado*, Braga, ELSA-UMinho, 2015.

- , "Minorias", in Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho (coords.), *Enciclopédia da Constituição Portuguesa*, Lisboa, Quid Juris?, 2013.

JOHNSTON, Elisabeth Libby, "Is South Africa a safe haven for LGBTI persons seeking asylum?", in *Reflections on Sexuality and Equality in Africa*, vol. 1, Johannesburg, AMSHeR, 2015.

JJUUKO, Adrian, "The incremental approach: Uganda's struggle for the decriminalisation of homosexuality", in Corinne Lennox e Matthew Waites (eds.), *Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity in The Commonwealth*, Londres, School of Advanced Study, University of London, 2013.

JOBSON, Geoffrey A., *et al.*, "Transgender in Africa: Invisible, inaccessible, or ignored?", in *SAHARA-J: Journal of Social Aspects of HIV/AIDS*, vol. 9, 2012, disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17290376.2012.743829> [20.07.19].

KRETZ, Adam J., "From "Kill The Gays" to "Kill The Gay Rights Movement": The Future of Homosexuality Legislation in Africa", in *Journal Of Human Rights*, vol. 11, 2013, disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2210985 [03.07.19].

KOTIAHO, Paavo, *A Study of the Normative Foundations for the De-Criminalisation of Homosexuality Through the African Human Rights System*, University of Helsinki, 2012, disponível em: <https://helsinki.academia.edu/PaavoKotiahio> [12.05.19].

LACERDA, Marcos, *et al.*, "Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais", in *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 15, n.º 1, 2002.

LEBRÓN, Tiffany M., "'Death to Gays!' Uganda's 'One Step Forward, One Step Back' Approach to Human Rights", in *Buffalo Human Rights Law Review*, vol. 17, 2011, disponível em: <https://digitalcommons.law.buffalo.edu/bhrlr/vol17/iss1/6> [01.10.2019].

LENNOX, Corinne e WAITES, Matthew, "Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero na Commonwealth: da História e do Direito ao desenvolvimento de diálogos ativistas e internacionais", in *Estudos de Sociologia*, vol. 2, n.º 2, 2016, disponível em: <http://eprints.gla.ac.uk/141960/> [20.06.2019].

LOPES, Dulce, “A Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem Vista à Luz do Princípio da Não Discriminação”, in *Revista Julgar*, n.º 14, 2011, disponível em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/03-JULGAR-Dulce-Lopes-Igualdade-e-n%C3%A3o-discrimina%C3%A7%C3%A3o-na-CE.pdf> [22.03.19].

LOTT, Bernice e MALUSO, Diane, “Gender Development - Social Learning”, in Judith Worell (ed.), *Encyclopedia of Women and Gender - Sex Similarities and Differences and The Impact of Society on Gender, A-P*, vol. 1, San Diego, Academic Press, 2001.

MANBY, Bronwen, “Civil and Political Rights in the African Charter on Human and Peoples’ Rights: Articles 1–7” in Malcolm Evans e Rachel Murray (eds.), *The African Charter on Human and Peoples’ Rights*, 2.^a ed., Nova Iorque, Cambridge University Press, 2008.

MASTERS, Roger D., “Explaining “Male Chauvinism” and “Feminism”: Cultural Differences in Male and Female Reproductive Strategies”, in *Journal Women & Politics*, vol. 3, 1983, disponível em: https://doi.org/10.1300/J014v03n02_07 [03.09.2019].

M’BAYE, Babacar, “The Origins of Senegalese Homophobia: Discourses on Homosexuals and Transgender People in Colonial and Postcolonial Senegal”, in *African Studies Review*, vol. 56, n.º 2, 2013, disponível em: <https://doi.org/10.1017/asr.2013.44> [20.09.2019].

MILLARD, Eric, “O Papel do Registro Civil na Construção do Estado” in *Revista Opinião Jurídica*, vol. 4, n.º 8, Fortaleza, 2006, disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2024> [01.07.19].

MINHOTO, Antonio Celso Baeta, *Da Escravidão às Cotas: A Ação Afirmativa e os Negros no Brasil*, Birigui, Boreal, 2013.

MOCO, Marcolino, *Direitos Humanos e seus Mecanismos de Protecção – As particularidades do Sistema Africano*, Lisboa, Almedina, 2010.

MOTT, Luiz, *Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais*, *Revista Bagoas*, vol. 1, n.º 1, 2012, disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2252> [02.03.19].

MURRAY, Stephen O., *Homosexualities*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 2000.

MUTUA, Makau, “Sexual Orientation and Human Rights: Putting Homophobia on Trial”, in Sylvia Tamale (ed.), *African Sexualities: A Reader*, Nairobi e Oxford, Pambazuka Press, 2011.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal K., “Os Direitos de Pessoas LGBTI em Uganda: Redes Transnacionais de Advocacy e a Lei Anti-Homossexualidade”, in *Lua Nova*, vol. 92, São Paulo, 2014.

NAMWASE, Sylvie, "Culture versus homosexuality: Can a right 'from' culture be claimed in Ugandan courts?", in Sylvie Namwase e Adrian Jjuuko (eds.), *Protecting the human rights of SEXUAL MINORITIES in contemporary Africa*, Pretoria, Pretoria University Law Press, 2017.

NDEMEYE, Claude, "The right to sexual orientation in the African context: the obligations of States Party under the African Charter on Human and Peoples' Rights", in *Reflections on Sexuality and Equality in Africa*, vol. 1, Johannesburg, AMSHeR, 2015, disponível em: <https://www.amsher.org/wp-content/uploads/2016/04/Refelctions-on-Sexuality-and-Equity-In-Africa-Volume1.pdf> [15.09.2019].

NDASHE, Sibongile, "The battle for the recognition of LGBTI rights as human rights", in AAVV, *Perspectives: Political Analysis and Commentary from Africa*, Heinrich Böll Foundation, 2010, disponível em: https://www.boell.de/sites/default/files/perspectives_africa_4-2010_struggle_for_equality_lgbti_africa.pdf [14.08.2019].

NJAMBI, Wairimu Ngaruiya e O'BRIEN, William E., "Woman–Woman Marriages and Family Definitions", in Oyèrónké Oyèwùmí (ed.), *African Gender Studies: A Reader*, Nova Iorque e Hampshire, Palgrave Macmillan, 2005.

NYANZI, Stella e KARAMAGI, Andrew, "The social-political dynamics of the anti-homosexuality legislation in Uganda", in *Agenda: Empowering women for gender equity*, vol. 29, n.º 1, 2015, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10130950.2015.1024917> [30.09.2019].

NYANZI, Stella, "Unpacking the [govern]mentality of African Sexualities", in Sylvia Tamale (ed.), *African Sexualities: A Reader*, Nairobi e Oxford, Pambazuka Press, 2011.

OAKLEY, Ann, *Sex, Gender and Society*, Aldershot, Gower/Maurice Temple Smith, 1985.

OLIVEIRA, Gabriela Warner, "A proteção internacional das minorias sexuais: Entre a Idade Média e a Pós-Modernidade", in *Revista Direito Mackenzie*, vol. 9, n.º 2, 2015, disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rmd/article/view/10107/6252> [02.03.2019].

OLOKA-ONYANGO, J., "Debating love, human rights and identity politics in East Africa: The case of Uganda and Kenya", in *African Human Rights Law Journal*, vol. 15, 2015, disponível em: <http://dx.doi.org/10.17159/1996-2096/2015/v15n1a2> [12.09.2019].

ONSELEN, Charles van, *The Small Matter of a Horse: The Life of "Nongoloza" Mathebula: 1867-1948*, Johannesburg, Ravan, 1984.

O'SULLIVAN, Lucia F., et. al., "Adolescent Gender Development", in Judith Worell (ed.), *Encyclopedia of Women and Gender - Sex Similarities and Differences and The Impact of Society on Gender, A-P*, vol. 1, San Diego, Academic Press, 2001

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ, “Gendering”, in Oyèrónkẹ Oyĕwùmí (ed.), *Gender Epistemologies in Africa: Gendering Traditions, Spaces, Social Institutions, and Identities*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2011.

PASZAT, Emma “Why ‘Uganda’s anti-homosexuality bill’? Rethinking the ‘coherent’ state”, in *Third World Quarterly*, 2017, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2017.1322459> [02.10.2019].

PIOVESAN, Flávia, *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, 16.^a edição, São Paulo, Saraiva, 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana, *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*, São Paulo, Cortez, 2008.

RAO, Rahul, “Re-membering Mwanga: same-sex intimacy, memory and belonging in postcolonial Uganda”, in *Journal of Eastern African Studies*, vol. 9, n.º 1, 2015, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17531055.2014.970600> [01.10.2019].

RIOS, Roger Raupp e PIOVESAN, Flávia, “A Discriminação por Gênero e por Orientação Sexual”, in AAVV *Seminário Internacional – As Minorias e o Direito*, Série Cadernos do CEJ, vol. 24, Brasília, Conselho da Justiça Federal, 2003, disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/693_609_riosroger.pdf [03.09.2019].

SANTOS, Ana Cristina, “Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa, “Cidadania e direitos sexuais na África do Sul: reflexões sobre o reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo”, in *Sociedade e Cultura*, vol. 15, n.º 2, Goiânia, 2012, disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/22400> [15.09.2019].

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa e WAITES, Matthew, “Comparative colonialisms for queer analysis: comparing British and Portuguese colonial legacies for same-sex sexualities and gender diversity in Africa – setting a transnational research agenda”, in *International Review of Sociology*, vol. 29, 2019, disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03906701.2019.1641277> [30.08.2019].

SANTOS, Rita, *Beyond Gender Binaries: The History of Trans, Intersex, and Third-Gender Individuals*, Nova Iorque, Rosen YA, 2019.

SEENGOOBA, Mohammed, “Homos in West are Beats – Minister”, in Sylvia TAMALE (ed.), *Homosexuality: Perspectives from Uganda*, Kampala, Sexual Minorities Uganda (SMUG), 2007.

SEGAL, Edwin S., “Cultural Constructions of Gender”, in Carol R. Ember e Melvin Ember (eds.), *Encyclopedia of sex and gender: men and women in the world's cultures*, Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2003.

SHELTON, Dinah L., *Advanced Introduction to International Human Rights Law*, Cheltenham, Edward Elgar, 2014.

SILVA, Sandro Gorski, *Direitos Humanos LGBTI: História, Conquistas e Desafios*, Curitiba, Appris, 2018.

SKINTA, Matthew D. e WILLIAMS, Kip, "Queering the Globe: Promoting Equality, Connection, and Community", in Matthew D. Skinta e Aisling Curtin (eds.), *Mindfulness and Acceptance for Gender and Sexual Minorities: A Clinician's Guide to Fostering Compassion, Connection & Equality Using Contextual Strategies*, Oakland, CONTEXT PRESS.

SMALLE, K. Bryant, *et al.*, "Gender and Sexual Minority Health: History, Current State, and Terminology", in K. Bryant Smalley, Jacob C. Warren e K. Nikki Barefoot (eds.), *LGBT Health: Meeting the Needs of Gender and Sexual Minorities*, Nova Iorque, Springer Publishing Company, 2018.

TAMALE, Sylvia, "A Human Rights Impact Assessment of the Ugandan Anti-homosexuality Bill 2009", in *The Equal Rights Review*, vol. 4, 2009.

- , "Laws & Human Rights", in Sylvia TAMALE (ed.), *Homosexuality: Perspectives from Uganda*, Kampala, Sexual Minorities Uganda (SMUG), 2007.

- , "Out of the Closet: Unveiling Sexuality Discourses in Uganda", in *Feminist Africa*, vol. 2, 2003, disponível em: http://www.awdflibrary.org/bitstream/handle/123456789/361/13%20Tamale_OutoftheCloset_FemAfrica.pdf?sequence=2&isAllowed=y [15.09.2019].

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti, "Minorias sexuais e ações afirmativas", in Tereza R. Vieira (org.), *Minorias sexuais: direitos e preconceitos*, Brasília, Consulex, 2012.

WAITES, Matthew, "Genocide and global queer politics", in *Journal of Genocide Research*, vol. 20, n.º 1, 2017, disponível em: <http://eprints.gla.ac.uk/142311/> [20.06.19].

WARD, Kevin, "The role of the Anglican and Catholic Churches in Uganda in public discourse on homosexuality and ethics", in *Journal of Eastern African Studies*, vol. 9, n.º 1, 2014, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17531055.2014.987509> [18.09.2019].

WEBER, Lynn, *Understanding Race, Class, Gender, and Sexuality: A Conceptual Framework*, 2.ª ed., Oxford, Oxford University Press, 2010.

WEISS, Meredith L. e BOSIA, Michael J., *Global Homophobia: States, Movements, and the Politics of Oppression, Urbana-Champaign*, University of Illinois Press, 2013.

WITTEN, Tarynn M., *et al.*, "Transgender and Transsexuality", in Carol R. Ember e Melvin Ember (eds.) , *Encyclopedia of sex and gender: men and women in the world's cultures*, Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2003.

WOLF, Sherry, *Sexuality and Socialism: History, Politics, and Theory of LGBT Liberation*, Chicago, Haymarket Books, 2009.

ZWINGEL, Susanne, *Translating International Women's Rights: The CEDAW Convention in Context*, Miami, Palgrave Macmillan, 2016.